



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA**  
**LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E IDENTIDADES**

**DO PAPEL AO CONCRETO ARMADO**  
PROJETOS DE CIDADE E A MEDICALIZAÇÃO DA MORTE – SÃO JOÃO DO  
RIO DO PEIXE - PB (1947-1970)

MAIZA RIBEIRO DE SOUSA

CAMPINA GRANDE-PB

Junho de 2020

**MAIZA RIBEIRO DE SOUSA**

**DO PAPEL AO CONCRETO ARMADO  
PROJETOS DE CIDADE E A MEDICALIZAÇÃO DA MORTE – SÃO JOÃO  
DO RIO DO PEIXE-PB (1947-1970)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, pela Universidade Federal de Campina Grande, ao Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: Cultura, Poder e Identidades.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marinalva Vilar de Lima

**CAMPINA GRANDE-PB**

**Junho de 2020**

S725d

Sousa, Maiza Ribeiro.

Do papel ao concreto armado: projetos de cidade e a medicalização da morte – São João do Rio do Peixe-PB / Maiza Ribeiro de Sousa. - Campina Grande, 2023.

123 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2020.

"Orientação: Profa. Dra. Marinalva Vilar de Lima."

Referências.

1. Cidade. 2. Modernização. 3. Medicalização. 4. Legislação. 5. Morte. I. Lima, Marinalva Vilar de. II. Título.

CDU 930.85(043)

**MAIZA RIBEIRO DE SOUSA**

**DO PAPEL AO CONCRETO ARMADO  
PROJETOS DE CIDADE E A MEDICALIZAÇÃO DA MORTE – SÃO JOÃO  
DO RIO DO PEIXE-PB (1947-1970)**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marinalva Vilar de Lima  
(Orientador – UFCG/UAHIS/PPGH)

---

Prof. Dr. Azemar Soares dos Santos Júnior  
(Examinador Interno – DPEC/CEUFRN – PPGH/UFCG)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Viviane Gomes de Ceballos  
(Examinador Externo – UACS/CFP/UFCG)

---


Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Michelly Pereira de Sousa Cordão  
(Suplente Interno – UFCG/UAHIS/PPGH)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Paula Cristiane de Lyra Santos  
(Suplente Externo – URCA/PROFISTÓRIA-URCA)

**CAMPINA GRANDE-PB**


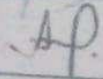
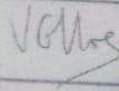
**Junho de 2020**

  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

As 14:00 do dia 18 (dezoito) de junho de 2020 (dois mil e vinte), realizada por videoconferência, a Comissão Examinadora da Dissertação de Mestrado apresentada pela aluna **Malza Ribello de Sousa**, intitulada: "Do Papel ao Concreto Armado: Projeto de Cidade e a Medicalização da Morte em São João do Rio do Peixe-PB (1940-1970)". para obtenção do grau de Mestre, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso decidiu conceder ao mesmo o conceito Aprovada, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: **Marinalva Vilar de Lima** (Orientadora), **Viviane Gomes de Ceballos** (Examinadora externa), **Azemar Soares dos Santos Júnior** (Examinador interno). Assinam a presente Ata os membros da Comissão Examinadora, o Coordenador **José Otávio Aguiar** e o Secretário do PPGH/UFCG **Yaggo Fernando Xavier de Aquino**, para os devidos efeitos legais.

Parecer: ~~A UNIVERSIDADE ATENDE AS EXIGÊNCIAS DO PPGH ASSIM COMO O ALUNO ATENDE A EXIGÊNCIA METODOLÓGICA, A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA LOCAL E A IMPORTÂNCIA DE SEUS TÓPICOS E UMA PESQUISA CAPAZ DE GERAR O DEBATE. PUBLIQUEMOS OS TRABALHOS.~~

**Lista de Presença**

Orientador(a)	Marinalva Vilar de Lima	
Examinador(a) interno(a)	Azemar Soares dos Santos Júnior	
Examinador(a) externo(a)	Viviane Gomes de Ceballos	
Coordenador(a)	José Otávio Aguiar	
Secretário	Yaggo Fernando Xavier de Aquino	

Campina Grande, PB, 18 de junho de 2020.

## DEDICATÓRIA

Para José e Margarida, meus pais. Esse trabalho, só foi possível, pois eu tive em vocês a força necessária para prosseguir. Foi vocês que me ensinaram o exercício de amar, de continuar, mesmo que pelo caminho em que as flores não se fizessem presentes, os passos ainda poderiam ser belos como um amanhecer e seus primeiros raios de sol, pois a estrada sou eu. Vocês me ensinaram que a paz vai estar sempre dentro de mim e, que tudo o que vier a mim, é para fazer com o melhor das minhas forças. “ Por vocês, faria tudo isso mil vezes”.

Dedico também esse trabalho a Viviane Gomes de Ceballos, que viu em mim potencial que nem eu sabia que tinha. Por todas as vezes que você me ouviu e, que me enxergou como humana e não como um currículo. Você sempre será uma referência de pessoa e de profissional que levarei para minha vida

E, para vovô (*in memoria*)

## AGRADECIMENTOS

“Embora o caminho seja solitário, a viagem é solidária”. Ninguém cumpre uma jornada sem ajuda e na minha caminhada, tive várias pessoas que foram pontes para a minha travessia em dias sombrios e, principalmente, em dias fosforescentes. Agradeço por todos as flores que enfeitaram minha vida.

Agradeço a Deus, por ser abrigo, por me permitir conhecer a experiência de seu amor.

Aos meus pais José e Margarida que sempre me apoiaram e apoiam em minhas escolhas e que me ensinaram o exercício de amar e, que com toda sua simplicidade e muitas vezes sem entender, me permitiram chegar até aqui. Meu muito obrigada as minhas irmãs, Marília e Márcia. Amo vocês!

Agradeço aos meus amigos que me acompanharam durante a graduação e que continuam presentes em minha vida: Ailmo (*in memoria*), Danilo, Everton, Jane, Joedna, Ianne, Lilian, Marleide, Ranielton, Rejane, Risoneide, Suzyane e Yara. Desejo que vocês conquistem o mundo e que se orgulhem da pessoa que estão se tornando.

As amigas que tive a oportunidade de reencontrar no mestrado e onde pude conhecer as suas formas humanas. Laís e Jéssica, esse trabalho foi possível, pois sonhamos juntas, choramos juntas, e nos permitimos recomeçar. Que nossa amizade dure para além das lembranças do nosso amado apartamento 201 e, principalmente, para além desse mestrado. Movimentem-se sempre no caminho da luz.

A minha linha 1: Rubismar, Priscylla Larissa, Joallyson. Agradeço em especial a Mariana e Amélia.

Mariana, pessoa corajosa, iluminada e de um coração leve, que tive a oportunidade de compartilhar meus sonhos, de ser amiga e receber amor. Continue florescendo, Mari!

Amélia, que sua vida seja recheada de bons amigos e, principalmente, de amigos que entendam os teus defeitos e mesmo assim queiram ficar.

Agradeço a linha 2, em especial a Natiele, Rafaela e Priscila Juliene. Sejam sempre um pontinho de luz na vida de alguém!

Agradeço ao meu amigo Erik, onde tive a oportunidade de conhece-lo para além de u..... figura arrumadinha que se fazia presente nas aulas do mestrado. Obrigada, pela acolhida, pela amizade e por me ajudar a perceber a vida por outros ângulos. No meu coração você sempre vai estar!

Agradeço a Marcos e Isabelle, pela acolhida e pela convivência sempre agradável.

Não poderia deixar de agradecer a uma das pessoas mais lindas que conheci aqui em Campina Grande -, Nádia, uma pessoa do coração gigante e cheio de amor. Desejo que você seja feliz e “continue a nadar”.

Agradeço, aos meus professores do CFP, em especial ao meu orientador da graduação, Rodrigo Ceballos, que me ensinou o ofício de ser historiadora, que acreditou que este trabalho não estava esgotado. Obrigada por acreditar que eu poderia seguir com os escritos sobre a morte. Você foi luz para meus olhos.

Agradeço ao PPGH, em especial a Dalva, Felipe e Yago que sempre me atenderam com todo carinho. Agradeço também aos professores Benjamim Montenegro e Iranilson Buriti, pessoas iluminadas, que com suas aulas me ensinaram a ser uma pessoa melhor.

Agradeço a minha orientadora Marinalva Vilar, pela confiança e por acreditar que essa pesquisa seria possível.

Agradeço a minha banca examinadora, em especial a Azemar e Viviane. Deus continua me dando a oportunidade de encontrar pessoas que me acolhem e que me fazem sentir que eu posso.

Viviane me acompanha desde a graduação, já Azemar conheci na graduação através de um de seus textos. Viviane sempre me disse que seria possível, Azemar me dizia através de seus escritos. Viviane, me ensinou que poderia seguir ainda mais longe, que poderia sonhar. Viviane acreditou em mim, e isso me deu motivação em tecer escritos sobre a morte e agora sobre o urbano. Azemar, me inspira, e com seus escritos, me possibilitou sonhar e acreditar que as sensibilidades podem ser tecidas em lugares áridos.

Agradeço a CAPES, que financiou essa pesquisa.

Por fim, que possamos ser abrigo e amor. Que em tempos líquidos, sombrios e de desamores, continuemos sendo sólidos, afetos e empatas. Que o mundo possa ser um lugar melhor, onde as minorias possam ter espaço diante uma sociedade que segrega e mata todos os dias, preto, pobre, índios, LGBTs e mulheres.

Que sejamos resistência!



“a memória do coração elimina as más lembranças e enaltece as boas e que graças a esse artifício conseguimos suportar o passado.” (MÁRQUEZ, 1985, p.134)

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa objetiva fazer uma análise do processo de modernização da cidade de São João do Rio do Peixe-PB, entre os anos de 1947 a 1970, a partir dos usos de fotografias do urbano empregadas por um memorialista que se propôs a contar a história da cidade a partir de fotos do urbano, onde cristalizou nomes dos “heróis do povo”. Também faço uso de Atas (1947-1960) e Código de Posturas (1951-1963) que se encontram na Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira. Assim, ao analisar o conjunto de leis, decretos, e normas no processo de interferência da modernização na urbe, nos corpos e práticas dos habitantes cidadão, sobretudo no que se refere a morte, focalizo o trabalho dos legisladores que atuaram na cidade, onde suas formas de gestão do urbano, delimitou-se por meio da técnica e saberes médicos-higienistas, que buscaram construir uma urbe de concreto armado, com novos usos do espaço, com novas formas de “bem viver” e “bem morrer”. A política municipal de investimentos urbanos desenvolvidas na cidade e registradas em fotografias, Atas e Código de Posturas, produziu uma urbe que se queria moderna e, o seu futuro estava nas mãos de seus interventores - dos legisladores que estabeleceram a política do “bem servir”, “bem construir” e “bem realizar”. Assim, a análise detalhada dessa pesquisa se dá a partir de estudos sobre a cidade como um espaço múltiplo, que perpassa a apreensão técnica, médica e higienista, mas uma urbe que também se modernizava a partir do habitante, e principalmente dos mortos, que redesenharam as primeiras obras de urbanização em São João do Rio do Peixe.

**Palavras-chave:** Cidade, Modernização, Medicalização, Legislação, Morte.

## SUMMARY

This research work aims to analyze the process of modernization of the city of São João do Rio do Peixe-PB, between the years 1947 to 1970, based on the use of urban photographs taken by a memoirist who proposed to tell the history of the city based on urban photos, where the names of the “heroes of the people” crystallized. I also make use of Minutes (1947-1960) and Code of Postures (1951-1963) which are in the Municipal Chamber Casa Raimundo Gomes Pereira. Thus, when analyzing the set of laws, decrees, and norms in the interference process of modernization in the city, in the bodies and practices of the city's inhabitants, especially with regard to death, I focus on the work of legislators who acted in the city, where their forms of urban management, was delimited by means of technique and medical-hygienist knowledge, which sought to build a city of reinforced concrete, with new uses of space, with new ways of “living well” and “dying well”. The municipal policy of urban investments developed in the city and recorded in photographs, Minutes and Code of Postures, produced a city that wanted to be modern and its future was in the hands of its intervenors- of the legislators who established the policy of “well serving”, “building well” and “doing well”. Thus, the detailed analysis of this research is based on studies about the city as a multiple space, which permeates the technical, medical and hygienist apprehension, but a city that was also modernizing from the inhabitant, and mainly from the dead, who redesigned the first urbanization works in São João do Rio do Peixe.

Keywords: City, Modernization, Medicalization, Legislation, Death.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Noticiário (1947) .....	28
Imagem 02: Mapa – localização igreja do Rosário ao Cemitério Jerusalém .....	53
Imagem 03: Posto Hospitalar de Saúde (1960).....	62
Imagem 04: Hospital Capitão João Dantas Rothéa (1978) .....	64
Imagem 05: Cemitério Nossa Senhora da Consolação (1952).....	70
Imagem 06: Mausoléu (1942) .....	77
Imagem 07: Mausoléu (1936) .....	77
Imagem 08: Mausoléu (1950) .....	79
Imagem 09: Mausoléu (1940) .....	79
Imagem 10: Largo da Praça da Matriz Nossa Senhora do Rosário (1948).....	91
Imagem 11: Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário e Coluna da Hora (1948).....	92
Imagem 12: Coluna da Hora – Juazeiro do Norte-CE.....	94
Imagem 13: Avenida Tabelião José Candido Dantas (1970) .....	95
Imagem 14: Avenida Jacob Frantz (1932).....	97
Imagem 15: Avenida Jacob Frantz (1950) .....	99
Imagem 16: Praça Padre Joaquim Cirilo de Sá (1932) .....	100
Imagem 17: Praça Padre Joaquim Cirilo de Sá (1950) .....	100
Imagem 18: Parque Infantil (1967).....	102
Imagem 19: Construção do primeiro reservatório d'água ( 1953) .....	109
Imagem 20: Chafariz Público (1957).....	112

## LISTA DE TABELAS

Tabela I: Cemitérios .....	72
Tabela II: Taxas de sepultamento .....	74

## SUMÁRIO

Introdução .....	13-23
Capítulo I- Gênese: Leis e Resoluções que constroem a cidade .....	24
Janus: as duas faces da Câmara Municipal e os legisladores do povo.....	24-32
“Legalidades urbana”: a <i>urbs</i> moderna, ideal, desejada .....	32-37
Cidade saudável: lei de zoneamento e regulamentação do viver urbano.....	37-43
Modelando a cidade: usos e usufrutos do espaço urbano.....	43-49
Cidade em movimento: o frenesi urbano.....	49-51
Capítulo II – Morte legislada e medicalizada: outras formas de bem morrer .....	52
Exigências urbanas: o progresso da morte.....	52-57
“Não se morrer mais como antes”: a medicalização da morte.....	57-61
O lugar da cura: morrendo em paz com o hospital .....	61-68
Novas cidades: a secularização do cemitério .....	68-80
O último adeus ainda permaneceu tradicional .....	80-84
Capítulo III – Cidade em preto e branco: fragmentos urbanos e retratos de um progresso.....	85
Eu, forasteira: por entre “frechas” de minhas memórias .....	85-88
Retratos de uma história: um olhar memorialístico da cidade .....	89-90
Em preto e branco constrói-se o progresso: a produção fotográfica do urbano .....	90-105
As luzes do progresso: a produção de novas sensibilidades .....	105-108
“Fluxos do progresso”: o abastecimento d’água na cidade.....	108-112
Considerações finais.....	113-115
Referências.....	116-123

## INTRODUÇÃO

Era uma quinta feira nublada. Dia 29 de junho do ano de 2017, dia de São Pedro<sup>1</sup>. Lembro que estava feliz, arrumava-me para ir visitá-lo. Usava um batom vermelho, um *short* azul, uma blusa com uma estampa em flores e tênis branco. Era aproximadamente meio dia, quando ao olhar o celular, vejo uma mensagem avisando-me de sua morte. No momento eu paralisei, o meu coração gelou e não consegui emitir nenhuma reação. Em minha mente veio um turbilhão de imagens.

Voltei ao tempo de criança. Conseguia vê-lo sentado na calçada de sua casa, onde passava as tardes. Conseguia vê-lo saindo escondido de casa para pegar o carro e ir à cidade de São João do Rio do Peixe. Conseguia vê-lo voltando da cidade nos dias de feira com uma sacolinha, que dentro trazia queijo de manteiga que tanto gostava. Conseguia escutar sua voz, sentir seu cheiro, lembrava de cada ruga em seu corpo. Mas eu não consegui vê-lo morto. Não conseguia aceitar aquela notícia e precisava ver para crer, pois logo mais cedo eu havia escutado sua voz por meio de uma ligação e me asseguraram que estava tudo bem.

Acompanhada por alguns amigos, que gentilmente me deram um abraço e me fizeram companhia, fui até o Hospital Dr. José de Souza Maciel, da cidade de Cajazeiras-PB. Ao chegar lá esbarrei-me com as normas do hospital. Aquele não era horário de visitas e eu não poderia entrar. Mesmo falando que havia recebido uma notícia que uma pessoa da minha família havia morrido, fui impedida de entrar. A postos, o guarda cumpria seu papel de vigiar e manter o controle e disciplina daquele espaço. Já eu, consegui burlar sua vigilância e corri em direção ao quarto que ele estava.

O quarto com paredes brancas, camas organizadas uma ao lado da outra, com um pequeno espaço que as separavam. Tubos de oxigênio, soros dividiam espaço com os doentes e seus acompanhantes. Como diz Foucault, (1979, p.108/109) “a estrutura espacial do hospital é um meio de intervenção sobre o doente. A arquitetura do hospital deve ser instrumento de cura”. Além de servir como um instrumento de cura corporal, também servia como instrumento de preparação para a cura espiritual. Aquela parede branca e fria de uma certa forma transmitia paz. Talvez, fosse uma maneira de amenizar as angustias dos moribundos para que eles fossem sendo preparados para à passagem. Criando assim, a ideia do além-túmulo como um lugar tranquilo e sereno, onde tudo transbordava paz e calma<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> O dia de São Pedro é comemorado no dia 29 de junho. Faz parte das festas de tradição católica.

<sup>2</sup> Soares Júnior (2018) também faz uma leitura da estrutura hospitalar como um lugar que prepara os moribundos para o seu fim.

Aquele lugar também me faz perceber o conjunto de técnicas pelas quais as disciplinas hospitalares se aplicavam. As técnicas de identificação dos doentes ficavam logo acima do leito. Estavam inscritos seus nomes e as medicações que a eles estavam sendo aplicadas. O sistema de poder que regia aquele quarto, assim como todo o hospital, praticava o exame da vigilância permanente por meio dos profissionais da saúde. Eles olhavam a partir de seu lugar de poder, com um ar de arrogância, vestiam branco, usavam luvas, máscaras e pranchetas que anotavam a evolução do paciente ou sua piora. Ali o médico brincava de Deus e fabricava seu Adão, pois ele era o conhecedor da arte da cura. Assim, os doentes eram classificados e distribuídos a partir de suas mazelas. (FOUCAULT, 1979, p.107)

Como diz Soares Júnior (2018, p.262) o hospital era o “[...] lugar de guerra. Guerra contra vírus e bactérias. Batalha contra morte”. Ele estava na área que se nomeava como “área de risco”. Essa área ficava perto da enfermaria. Esse lugar significava que o paciente precisava de maiores cuidados, de uma vigilância maior. Quando cheguei na porta do quarto, vi um corpo sobre uma cama branca de hospital, estava completamente coberto por um lençol verde e umas fitas brancas que carregavam um número e, que prendiam o lençol para que ninguém pudesse vê-lo. Era uma tentativa de escondê-lo, uma tentativa de ocultá-lo para que os outros não se assustassem.

De paciente, caso médico, doente, passou a ser apenas um corpo inerte, frio, sem brilho. Um corpo que não mais produzia, mas que provocava incômodos. Ele tornou-se um corpo temido que precisaria ser retirado daquele quarto para que um outro moribundo fosse lá colocado e tratado por meio do rigor da equipe médica. Naquele ambiente não existia mais sujeitos particulares, portadores de histórias. O que existia eram corpos doentes e médicos que precisavam descobrir as causas que possibilitaram aqueles corpos estarem ali. Em seus escritos, Alexandre (2009, p.3) nos chama atenção para percebermos como os médicos lançam olhares e discursos que são aplicados ao corpo, buscam uma forma de explicar as causas das doenças. Ao corpo é aplicado a ciência de cura, descobre-se a enfermidade e atesta-se a causa em receituários médicos.

Naquele hospital só existiam e resistiam corpos medicalizados. Aquele corpo representava o fim último de todos que ali estavam, mas o hospital precisava fazer com que os doentes que ali se encontravam, acreditassem que não iriam ter o mesmo destino. Os corpos que ali estavam, recebiam todos os medicamentos necessários para controle da doença e sua cura. Logo eles iriam ser liberados pelo médico, o conhecedor dos meios de cura, do “saber” e voltariam para o conforto de suas casas, pois foi bem assim que eu e minha família imaginamos que aconteceria.



Aquele corpo que tanto depositou seu suor na terra seca, que tirava o sustento para sua família, aquele corpo que nos deu amor, que tanto buscou amor em outros corpos fora de seu casamento, pois assim foi subjetivado para exercer sua identidade de homem forte e viril. Aquele corpo contava tantas histórias de sua mocidade, que tanto creditou sua fé em seu Deus e em seus santos de devoção que foram chamadas na hora de sua agonia, mas que não lhe deram a cura que tanto clamou. Para o Hospital era somente um cadáver frio, que passou a ser identificado apenas por um número de óbito.

Me disseram que eu não deveria retirar o lençol que o envolvia, que o escondia, que o ocultava dos outros doentes e dos corpos sãos que os acompanhavam. Eu retirei o lençol. Precisava me certificar de sua morte. Seu corpo ainda estava quente, seus olhos abertos que fitavam algo distante. A luz de seus olhos estava cinza e por um momento não o reconheci, pois, seus olhos tinham tanta luz e de repente apagou-se. Eu fechei seus olhos, segurei sua mão como forma de senti-lo, de pedir a benção. Seu corpo estava contorcido, provavelmente havia sentido muita dor, e contorceu, virou e se revirou naquele quarto de hospital.

Seu corpo marcado pelo sol, traçado milimetricamente pelas linhas da idade, das vivências e também experiências. Suas mãos e seu tórax denunciavam como ele havia sido esquadrinhado, mexido e remexido pela equipe médica que buscavam incessantemente causas, motivos e meios de como sanar a enfermidade que corroía seu corpo, que o fazia gritar quando as dores se intensificavam.

Mãos e tórax estavam com muitas manchas roxas, provavelmente devido a medicação que aplicaram em busca da cura para a doença que decompunha seu organismo e que levou a seu óbito. Fiquei um tempo olhando para ele, até o um funcionário que o chamavam de maqueiro vir retirá-lo e levá-lo até um local que chamavam de “pedra”<sup>3</sup>. O maqueiro era então o responsável por levar os mortos até a pedra. Com sua função delegada, ele fazia aquele trabalho sem nenhum remorso, como não expressava nenhuma sensibilidade diante o momento de dor. Vestido com um roupa verde, botas brancas e luvas, ele também expressava os cuidados e medos de contrair alguma doença.

Assim, da pedra onde foi colocado o cadáver, seguiu para ser produzido para seu funeral. Foi levado pelos cuidadores de defuntos – à funerária. Para os funcionários do hospital e funerária ele era apenas um corpo que estava a putrefazer-se, que precisaria ser produzido para seu último adeus e logo mais sepultado. Para mim ele era mais que um corpo inerte, frio e sem

---

<sup>3</sup> Pedra quer dizer o necrotério, lugar onde coloca-se os mortos.

luz. Ele era a pessoa que eu aprendi a amar, embora nunca tenha dito que ele era importante e que o amava.

Mesmo tendo sido pedagogizado para ter exercido suas funções de provedor do lar, o garanhão que deveria ter uma prole de vários filhos e várias mulheres, ele também soube ser sensível em alguns momentos e por ele nutri muitos afetos. Ele era meu avô paterno, o mais velho dos filhos homens, o quarto filho de uma prole de doze. Morava na zona rural de São João do Rio do Peixe, sítio Baixio dos Gilas. Todos os dias ele apostava no “jogo do bicho”, adorava uma companhia e um cafuné. Todas às noites eu escutava ele clamando a intercessão de Nossa Senhora e a Padre de Cicero “Padim Ciço”. Ele dizia que só morreria ao completar 120 anos. Morreu aos 98 anos de idade, com a causa da morte atestada pelo saber médico, como: Choque Cardiogênico, Infarto Agudo do Miocárdio, Insuficiência Cardíaca<sup>4</sup>.

De forma bem técnica, sem demonstrar nenhum tipo de sentimento a senhora que trabalhava na funerária começou a produzi-lo. Dentro do caixão, comprado por meio de um plano funerário de categoria “A”, ela começou a colocar jornais próximo a seus pés. Vestiu nele meias brancas, colocou sobre seu corpo metade de uma calça de cor preta. A camisa que ele vestia no momento de sua morte e o lenço que sempre carregava em seu bolso, guardei para mim como uma forma de preservar uma memória olfativa, pois lá tinha seu cheiro. Ainda tem o seu cheiro. Nele também foi vestido metade de uma camisa branca de mangas longas e uma gravata de cor amarelo.

Colocamos flores por sobre o seu corpo, suas mãos foram postas em sinal de oração. Ela retirou um pouco de sua barba, foi introduzido algodão em seus ouvidos, nariz e boca. Em sua boca foi colocado um tipo de cola que não possibilitasse que a mesma por ventura abrisse em seu velório.

Enquanto sujeito da experiência, aquela cena não fazia sentido para mim, pois ele deveria voltar para casa vivo e não em um caixão. Naquele momento, eu que estava estudando os rituais de morte no século XIX e XX em São João do Rio do Peixe, tentei entender outras formas de cuidar dos mortos e os tratamentos a ele aplicados, onde o hospital encarregou-se de buscar a cura para ele e as funerárias cuidaram e prepararam o seu corpo, e a família trataria de cuidar do ritual, pois como diz Ginzburg (2001, p.88) “[...] transformavam o acontecimento

---

<sup>4</sup> Seu nome era Ciriaco José de Souza. Nasceu em 15 de janeiro de 1919. Era agricultor aposentado. Viúvo. De seu casamento deixou sete filhos. Em exames de rotina ele havia sido diagnosticado com uma insuficiência em seu coração, apenas 30% funcionava. Essa insuficiência provocou o infarto, que levou a sua morte – passagem. Informações sobre a causa mortis foi retirada do seu óbito, que encontra-se em arquivo particular da autora.

biológico num processo social, controlando a passagem do cadáver putrescente (objeto instável e ameaçador por excelência) a esqueleto”.

Assim, para Bondía (2002, p.28) “ é experiência aquilo que ‘nos passa’, ou que nos toca, ou que nos acontece, e, ao nos passar, nos transforma”. Até então só havia passado por mim livros de óbitos do século XIX que me davam uma dimensão dos rituais de morte, e sua simbologia, como leituras que me ajudaram a melhor entender minhas fontes e meu objeto de pesquisa da monografia<sup>5</sup>. O que me aconteceu foi uma outra forma de entender o que circunda a morte, o morto e o morrer. Foi uma experiência de angústia que me tocou, que me fez parar, pensar, calar e dar tempo e espaço à minha dor. (BONDÍA, 2002, p.25)

O caixão foi fechado e levado para sua casa, lugar este que ele havia pedido para morrer. Talvez ele tivesse sentido que seu fim estava próximo e sabia como poderia ser cuidado em um hospital. Ele talvez entendesse que em um nosocômio seu corpo ficaria exposto a técnica médica, seria furado por agulhas, submetido a exame de imagens e várias avaliações que em nome da ciência dava-lhes um atestado da sua doença. Ele sabia que no hospital não teria um chá, que em algumas vezes aliviou suas dores. Ele sabia que no nosocômio, ninguém colocaria uma vela em sua mão na hora de sua última agonia não pronunciariam as palavras, “Vai com Deus” “Jesus te guie”, “Abra seus olhos para Jesus”.

Na hora de sua morte ninguém rogou a Virgem Maria por sua alma, ninguém mandou segurar na mão de Deus, nenhuma vela foi acesa e posta em suas mãos. Talvez em seu íntimo ele tenha rogado por sua alma e pelo seu livramento do fogo do inferno. Talvez em seu íntimo ele tenha rogado a seu Deus, à Virgem Maria e a “Padim Ciço” para fazer uma boa passagem.

Ele, sentando em uma cadeira queixava-se de dores no peito, aplicaram-lhe um remédio para acalmar os nervos. Acalmou-se. Fez silêncio. Ao pingo do meio, partiu<sup>6</sup>.

\* \* \*

Pesavento (2005, p.15 *apud* SOARES JÚNIOR, 2018, p. 255) diz em seus escritos que “o olhar de Clio mudou e voltou para outras questões e problemas, para outros campos e temas”. As histórias são e podem ser construídas também por meio de experiências, pelo o que nos

---

<sup>5</sup> Essas percepções foram questões discutidas em um trabalho monográfico: “Um último adeus: práticas fúnebres a busca da boa morte nos séculos XIX e XX – São João do Rio do Peixe-PB”. O estudo problematizou a elaboração dos rituais de morte buscando entender seus sentidos e significados. A pesquisa utilizou da metodologia da História Oral e Livros de Óbitos para entender o processo ritual dispensados aos mortos. A pesquisa não conseguiu abarcar a dinamicidade desses momentos de despedidas e percebemos a necessidade de ampliação sobre tais questões.

<sup>6</sup> Parte desta introdução foi inspirada nos escritos de Soares Júnior (2018).

passa, pelo o que nos toca. Segundo Albuquerque Júnior (2013 *apud* SOARES JÚNIOR, 2018, p.253) escrever é “uma possibilidade de apartar de si mesmo, de se perder, de se desconhecer, de experimentar o que está para além da memória e da história, a experimentação permanente do indeterminado, do indefinido, do incondicionado”.

Assim como Soares Júnior (2018) também escrevo para me libertar das minhas fendas de memórias de dor e angústias. Escrevo para me encontrar, para demarcar meus momentos de força e fraqueza diante daquele corpo surrado pela vida e devassado pela ciência médica. A mecânica médica e seu saber não marcaram apenas o corpo de vovô, eles demarcaram outros corpos, aplicaram seu saber, controle e poder. Destroçaram lugares, o viver urbano, mudaram hábitos, práticas, criaram novos ritmos citadinos. Desmereceram outros saberes de cura. Intoxicaram a cidade com novos valores que tinha sua aplicabilidade por meio de ideais modernos e hígidos. Simultaneamente moralizou-se em nome do progresso.

Parto de uma experiência de dor para tentar compreender o passado, a consolidação dos discursos médicos e sua aplicabilidade na cidade e nos habitantes, assim conseqüentemente, a aplicabilidade dos discursos médicos sobre a morte, que teve o hospital como o espaço da “morte moderna”, em que o bem morrer passou a ter outros significados. O hospital, tornou-se o lugar de transmissão e formação de saber, onde o indivíduo emergiu como objeto da prática médica e de sua vigilância. (FOUCAULT, 1979, p.111).

E preciso problematizar, dissecar os discursos que estão inscritos em minhas fontes de pesquisa que são: o livro do memorialista Rogério Galvão (2016) “São João do Rio do Peixe: Retratos de uma História, as Atas Municipais (1947-1961) e Código de Posturas (1951-1963) que se colocam como propagadores de verdades e saberes<sup>7</sup>.

O livro do memorialista Rogério Galvão, expõe um conjunto de fotos da cidade e de alguns habitantes em preto e branco. O autor utilizou fotos do período de 1924 a 2013, onde apresentou a cidade dos seus primórdios aos dias atuais, discerniu sobre a elite política, seus grandes feitos que segundo o memorialista, resultou no desenvolvimento do município e a modernização da cidade.

As Atas da Câmara Municipal, são antes de tudo registros de reuniões que aconteceram entre a comissão que dirigia os trabalhos do poder legislativo municipal, o presidente e vice-presidente da Câmara, os secretários, vereadores e o prefeito, que votavam projetos de leis e emendas para a cidade, no qual vislumbravam a (re) organização da urbe, pensando sua estética e melhoramentos da conveniência urbana por meio de hábitos higiênicos, que almejavam o

---

<sup>7</sup> As Atas e o Código de Posturas, encontram-se na Câmara Municipal de São João do Rio do Peixe – Casa Raimundo Gomes Pereira.

progresso da pequena cidade. Já o Código de Posturas, criado no ano de 1951, buscou gerenciar as condutas da população são-joanense, postulando uma nova cidade e novas sensibilidades<sup>8</sup>.

As Atas Municipais e o Livro de Leis e Resoluções – Código de Posturas, encontram-se no arquivo da Câmara Municipal de São João do Rio do Peixe – Casa Raimundo Gomes Pereira. As fontes não se encontram em um bom estado de conservação, pois boa parte da documentação encontra-se deteriorada por traças e pela ação do tempo. Na Câmara Municipal de São João do Rio do Peixe, não há nenhum projeto que tenha pensado no cuidado com o arquivo, as Atas Municipais e o Código de Posturas, estavam trancados em um armário sem ventilação, onde qualquer pessoa pode ter acesso aos documentos.

Vale também salientar que a produção bibliográfica produzida da cidade, em apenas um dos trabalhos que encontrei, tem como o tema, a morte, que é a monografia de Rosimeire Pereira da Silva: “Morte e Seca: A cidade e São João do Rio do Peixe (PB) durante a estiagem de 1877/79. A autora trabalhou com livros de óbitos eclesiásticos, onde fez um estudo das doenças mais recorrentes durante o período de estiagem na cidade, dando ênfase em discussões sobre a morte.

Já, os outros trabalhos seguem outras perspectivas de estudo, como o trabalho monográfico de Rivaldo Amador de Sousa intitulado “Vertigens do progresso: o trem e outros signos do moderno em São João do Rio do Peixe (1918-1964), que se detêm a estudar a passagem do trem pela cidade enquanto palco para disputas políticas em torno do tão sonhado progresso. Também encontrei uma dissertação, intitulada ‘Senhores e escravos do sertão: Espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-188, de Wlisses Estrela de Albuquerque Abreu, onde o autor analisa o processo de escravidão na vila e as tramas políticas entre os senhores de escravos que por muitas vezes se achavam “ os donos do poder”.

---

<sup>8</sup> São João do Rio do Peixe, território que começou a apresentar suas formas no século XVIII segundo a historiografia local. Abreu (2015), Cartaxo (1975) e Nobrega (2012) dedicaram alguns de seus escritos sobre a cidade e sua formação. Apresentaram uma história de cunho positivista e memorialista, em que, a elite concentrada entre os fundadores que carregavam o nome de Dantas Rothéa foram responsáveis pela formação do pequeno povoado que em 1881 tornou-se vila e em 1938 cidade. João Dantas Rothéa, foi o fundador da Fazenda São João, que deu origem ao território são-joanense. Assim, gostaríamos de abrir uma ressalva em relação a mudança de nome da cidade, pois de acordo com Nobrega (2012) o espaço que hoje configura a cidade de São João do Rio do Peixe, recebeu o nome do fundador da fazenda São João, uma vez que esse nome era em homenagem ao santo e acrescentou rio do peixe, devido ao rio que banhava aquela localidade, assim designou-se a chamar de São João do Rio do Peixe. Ao longo do século XX, por meio do Decreto Municipal nº 50, de 26/05/1932, confirmado pelo Decreto Estadual nº 03/06 do mesmo ano, muda-se o nome para Antenor Navarro. A mudança se deu no mandato do prefeito Natércio Maia em homenagem ao Interventor Federal do Estado da Paraíba – Antenor Navarro. Em 1989 volta-se a chamar São João do Rio do Peixe. Assim como em nossas fontes a cidade tem por nome Antenor Navarro, resolvemos preservar nessa pesquisa o nome que está registrado nas Atas Municipais e Código de Posturas

Assim, além do livro produzido por Galvão (2015), encontrei mais três trabalhos, sendo um do mesmo autor “São João do Rio do Peixe: datas e notas”, “Estrada das Boiadas: Roteiro para São João do Rio do Peixe, de Rosilda Cartaxo, e “São João na Colônia e no Império: Fazenda, Povoado e Vila, 1691- 1889”, de Wlisses Estrela de Albuquerque Abreu. Esses livros seguem a mesma perspectiva linear, onde contam a história da cidade, fazendo uso de uma memória celebrativa dos grandes heróis.

Desse modo, apresento neste trabalho um estudo sobre os ideais de modernidade que chegavam à cidade de São João do Rio do Peixe - PB, em fins da primeira metade do século XX e segunda metade, (1947-1970)<sup>9</sup>. Analiso o uso de fotografias da cidade feito por um memorialista, onde para dissecar essas imagens utilizo do método feito por Mauad (1996) para decompor as imagens a partir de suas formas de conteúdo e formas de expressão.

Assim, o conjunto de leis, resoluções, emendas e decretos legislativos que regularam e produziram o espaço citadino, são aqui pensados a partir de Raquel Rolnik (1997) e Foucault (2009), (1979), para compreender a relação dos legisladores e as obras públicas com a transformação da cidade. Desse modo, minha questão tem como foco de atenção, o processo de modernização da cidade de São João do Rio do Peixe, nos corpos e práticas dos cidadãos, e sobretudo no que se refere a morte, onde busco entender relações com os discursos higienistas e urbanistas da época.

Os discursos, memorialísticos, médicos e políticos presentes nos documentos são interessados, intencionados a construir um corpo moderno, que estivessem em acordo com as medidas de higienização, pois, o urbano foi construído para inspirar a zona rural que era tida como lugar do atraso. Como também para impactar outras cidades e seus modelos de gerenciamento urbano.

O urbano era então fruto de discursos capitalistas e científicos – médicos. A cidade era o lugar que deveria servir de exemplo, pois lá que se encontrava o pulsar moderno. Mesmo entre casas de taipa, lixo nas ruas, prédios que ameaçavam perigo as normas urbanas, as suas ruas estavam sendo ampliadas, reformadas. A água potável chegando nas residências, iluminação, automóveis e trem desfilavam pela urbe. Na cidade, obter a cura tornou-se mais fácil com os farmacêuticos, às farmácias e os medicamentos e, também com o posto de higiene,

---

<sup>9</sup> Meu recorte temporal demarca-se a partir das fontes aqui analisadas para construir esse trabalho. O período de 1947 a 1960, é demarcado a partir das Atas Municipais, pois foi a partir de 1947 que os políticos começaram a registrar o que era discutido nas sessões legislativas, onde foram encontradas demandas que incidiam sobre a cidade até 1960, pois em períodos posteriores, encontrei informações vagas que julguei não servir para a proposta desse trabalho. Assim, analiso também o Código de Posturas da cidade de 1951 a 1960. O período final – 1970, justifica-se pelo uso que faço do livro de Galvão (2015) e do período datado a partir das fotografias em relação ao processo de reformas citadinas em São João do Rio do Peixe durante o século XX.

casa de saúde e com o hospital. Havia cemitérios, mercado público, feiras, escolas, rádio, casas de diversão, cine teatro e jornal.

Havia uma demanda do que era moderno que também deveria simultaneamente dialogar com a estética, com o embelezamento da urbe. Os ideais de modernidade chegavam até o interior, eram ideias que vinha da capital paraibana, João Pessoa e que conseqüentemente recebia influências de outras capitais, talvez Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Salvador. Por meio de ideais sanitaristas que representavam então o que era de moderno no sertão, buscou-se pedagogizar e educar o novo homem, o “homem higiênico”, disciplinado, limpo. Um homem saudável, que produzia e promovia benefícios ao capitalismo, progresso e grandeza do município.

No século XX, São João do Rio do Peixe, buscou constituir-se enquanto um corpo urbano moderno e os seus habitantes estavam também sendo envolvidos por essas ideias. O corpo, assim como o espaço urbano deveria ser normatizado, asséptico. A medida que o meio foi modificado, mudaram-se os hábitos, os corpos. Os ritos domésticos e as práticas de enterro em rede estavam sendo substituídos por outras formas de cuidar desse momento fúnebre. “A morte moderna” envolvia o morto em um sistema de controle e vigilância médica, onde as redes de carregar defunto eram substituídas pelos caixões e assim outras sensibilidades diante da morte estavam sendo produzidas.

Imprimiu-se um desejo de civilidade, em que as transformações urbanas pautadas em sonhos profiláticos, aos poucos foram substituindo o velho pelo novo. A morte foi sendo deslocada de lugar, uma vez que a política terapêutica em que se inscreveu o hospital, buscou meios de lutar contra a doença. Já, a higiene passou ser um problema nacional, sendo preciso lutar contra a infelicidade biológica dos corpos. (CERTEAU, 1994, p. 295 - 300). Os mortos, considerados desviantes e perigosos precisaram ser corrigidos, ficar em harmonia com o novo projeto de cidade que estava sendo pensado entre os anos de 1947-1970.

Assim, para refletir sobre as transformações urbanas, a chegada do que era considerado moderno na cidade, pensei o primeiro capítulo: **GÊNESE: LEIS E RESOLUÇÕES QUE CONSTROEM A CIDADE**. Meu intuito foi discutir sobre as políticas públicas que edificaram a nova cidade, que através de leis, projetos e resoluções, buscaram construir um ideal de grandeza para a São João do Rio do Peixe. Através das Atas e do Código de Posturas, busquei problematizar a relação dos legisladores e suas obras de melhoramentos com a transformação da urbe. Dessa forma, analiso a cidade que no momento redimensionava seu espaço físico, onde os limites da lei estavam sendo definido, assim como os usos do espaço. Assim, a disciplina do corpo social, como os jogos de interesses, estava intervindo na urbe.

Para a construção do segundo capítulo: **MORTE LEGISLADA E MEDICALIZADA: OUTRAS FORMAS DE BEM MORRER**. As políticas públicas de investimentos urbanos, beneficiaram claramente o novo projeto de cidade, porém, a morte também foi sendo movimentada a partir de práticas políticas, já que a mesma passou por um processo de medicalização. Neste capítulo, apresento as tensões que foram construídas entre Igreja Católica que perdeu seu lugar diante da cabeceira do moribundo e o hospital com sua equipe médica, passaram a assumir o controle da morte moderna, onde produziram outras formas de “bem morrer”.

Por fim, o terceiro capítulo: **CIDADE EM PRETO E BRANCO: FRAGMENTOS URBANOS E RETRATOS DE UM PROGRESSO**. Busquei problematizar a produção de imagens sobre o moderno na cidade, onde utilizei o livro: “ São João do Rio do Peixe: retratos de uma história, do memorialista Rogério Galvão (2015) que compilou no livro uma narrativa sobre a cidade que ele quis mostrar a partir dos interventores (políticos, médicos, farmacêuticos, odontólogos, padres e industriais). Assim, o autor construiu um enredo celebrativo do urbano e dos “heróis do povo”.

Dessa forma, quero convidá-los a adentrar a cidade e sentir seu cheiro, o vento indo de encontro ao seu rosto e bagunçando seus cabelos. Reparem na nova estética urbana que está se construindo em meio a algumas casas de taipa que resistem aos novos tempos. Percebam os animais que desfilam pelas ruas e que dividem espaço com os automóveis e os pedestres.

Não deixem de visitar a pracinha e seu coreto. Vá ao estúdio fotográfico para “bater um retrato”. Não esqueça de ir à igreja agradecer a seu Deus. Vá ao cemitério que fica no final da cidade. Para chegar lá você passeará por ruas que estão sendo moldadas, arborizadas. Ao chegar ao cemitério não se assuste se ele estiver mal cuidado, sua reforma ainda está em pauta junto a Câmara Municipal. Ele não possui um muro, mas vá em frente, abra a cancela e adentre a cidade dos mortos. Só não esqueça de duas coisas: reze um pai nosso pela alma dos que ali se encontram e ao chegar em casa, higienize-se.

Faça compras na Pernambucana, vá a estação de trem ver as moças perfumadas e os rapazes galantes que lá observam quem entra e sai dos vagões<sup>10</sup>. Bem em frente à estação de trem, tem uma senhorinha que vende tapioca, recomendo experimentar e não saia de lá sem antes degustar o seu café, disseram-me que era um dos melhores servido na cidade<sup>11</sup>. Explore

<sup>10</sup> A Pernambucana era uma loja de tecidos e também comercializava outras mercadorias. Ver Sousa (2017)

<sup>11</sup> Ver Sousa, Maiza Ribeiro de. Um último adeus: práticas fúnebres a busca da boa morte nos séculos XIX e XX – São João do Rio do Peixe-PB. 2017. 255f. Monografia - (História) Universidade Federal de Campina Grande-Cajazeiras-PB.



a cidade, perceba os corpos que por ali transitam. A cidade é uma fábrica de sensações que em nós provocam verdadeiras overdoses de desejos. Ela nos toca, o nosso corpo e alma. Ela é a exaustão do fascínio, do frenesi, do novo. (BARROS, 2007, p.12).

Era para ela que meu avô fugia aos sábados em busca de realizar seus desejos e demarcar sua masculinidade fora do casamento em um corpo que despertava nele paixões, um corpo pelo qual ele era cativo, prisioneiro do desejo não somente da mulher que aparentava amar, mas era prisioneiro dos desejos que a cidade nele despertava. O corpo urbano foi a porta de entrada que o levou ao mundo dos vícios citadinos, e que em nós, sua família, provocou também outras sensações. Raiva, dor e medo era uma delas.

## CAPÍTULO I

### GENÊSE: LEIS E RESOLUÇÕES QUE CONSTROEM A CIDADE

#### 1.1 Janus: as duas faces da Câmara Municipal e os legisladores do povo

Janus é um Deus da mitologia grega representado por suas duas cabeças, que simbolizam os términos e os começos; passado e futuro. Janus, rege tudo o que regressa ou o que se fecha. Ele é patrono de todos os finais<sup>12</sup>. Assim como Janus, a Câmara Municipal possuía duas faces, representadas por meio da Câmara velha – o passado - e da nova Câmara – o futuro.

Essa denominação “Câmara Velha”, foi usada durante o discurso do vereador e odontólogo Alberto Brizeno Milfont, durante a 1º sessão extraordinária da 2º legislatura, realizada no dia 30 de novembro do ano de 1951, na Câmara Municipal de São João do Rio do Peixe. A “Câmara Nova”, é um termo que foi utilizado para qualificar os legisladores que se encontravam no poder, principalmente no mandato do prefeito José Alexandre Filho, de 1951 a 1955<sup>13</sup>.

No dia 30 de novembro de 1951, ocorreu na Câmara Municipal de São João do Rio do Peixe, uma eleição para formação da nova mesa que iria dirigir o Poder Legislativo Municipal. Às quatorze horas, sob a presidência do Vereador Hilton Muniz de Brito, responsável por dirigir os trabalhos da sessão, iniciou-se a pauta<sup>14</sup>.

Juntamente com Hilton Muniz de Brito, estavam os vereadores José Claudino de Paula e Francisco Enéas de Alencar, que também foram responsáveis por declarar aberta a 1º Sessão Extraordinária, da 2º Legislatura. Além dos componentes da mesa provisória, estiveram presentes os seguintes vereadores: Laurindo Clementino de Souza<sup>15</sup>, José Gualberto de Andrade, Raimundo Gomes Pereira e Bernardino José Batista<sup>16</sup>.

---

<sup>12</sup><https://construindohistoriahoje.blogspot.com/2013/03/janus-deus-romano-do-passado-e-do-futuro.html>

<sup>13</sup> Posterior ao mandato de José Alexandre Filho, encontramos registros do mandato de Manuel Fernandes Dantas – 1955 a 1959, como também, encontramos registros do segundo mandato de José Isidro de Almeida – 1959-1963.

<sup>14</sup> Hilton Muniz de Brito foi Secretário (não especificado) no primeiro mandato do prefeito José Isidro de Almeida (1947-1951), e continuou como secretário (não especificado) no mandato do prefeito José Alexandre Filho (1951-1955)

<sup>15</sup> Vice-prefeito entre os anos de 1947- 1951. Segundo Galvão (2015, p. 139), Laurindo Clementino de Sousa também exerceu cargo de prefeito entre os anos de 1947 a 1948.

<sup>16</sup> Terceiro Livro de Atas (1951-1953) - Ata da 1º Sessão Extraordinária, a 2º Legislação, Realizada em 30 de novembro de 1951 Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro - (fl.171, 1955)

A eleição aconteceu, tendo sido nomeados Raimundo Gomes Pereira para presidente, Bernadino Batista - vice-presidente, Hilton Muniz de Brito – primeiro secretário e José Claudino de Souza segundo secretário. Estando a mesa devidamente empossada, o Sr. Presidente por uma deferência toda especial, concedeu a palavra ao Dr. Alberto Milfont, ex-Presidente da Câmara Municipal de São João do Rio do Peixe. O Dr. Milfont leu um discurso já pronto para os presentes<sup>17</sup>:

Digníssimo representantes do legislativo Municipal. Meus senhores, minhas senhoras. Declaro com profunda emoção que é motivo de muita honra e de muita satisfação para todos assistindo a posse desta pleida de vereadores tão ilustres e capacitados para o desempenho do mandato para então boa hora, foram escolhidos pelo povo ativo e independente do vale do Rio do Peixe. Alenta-nos a esperança de que com a nova Câmara que neste momento acaba de prestar o compromisso regimental, os trabalhos do Legislativo Municipal prosseguirão com mais inteligência e melhor eficiência, sem sofrerem nenhuma solução de continuidade, tudo para que a terra comum se beneficie e se desenvolva aos sopros da nova e fecunda administração que ora se inicia. A Câmara Municipal que nesta hora se instala, digo-o sem motivos de ordem subalterna honra e dignifica Antenor Navarro, por que esta constituída de cidadãos respeitáveis, aos quais não faltarão as sublimes noções da honra, do patriotismo e do dever! Dentre figuras respeitáveis dos neo-legisladores destacam-se como exemplo vivo de batalhadores pelo progresso e grandeza deste município os jovens Hilton Muniz de Brito e Raimundo Gomes Pereira que, sem favor, se fizeram credores do respeito e da admiração dos seus municípios. São inteligências novas postas a serviço da coletividade e tenho certeza de que o povo navarrese não decepcionara com sua atenção, frente aos trabalhos da Legislador Municipal, por que os mesmos estão munidos das melhores e mais sadias intenções de bem servir e propugnar pelo desenvolvimento econômico, social e cultural de Antenor Navarro. Não posso também, neste instante deixar de ressaltar e proclamar bem alto que tudo esperamos dos outros legisladores , principalmente da inteligência e opacidade criadoras de Laurindo Clementino de Souza , posta a serviço da comunidade. A política que deve reinar nesta casa, senhores vereadores, a política de bem servir e bem trabalhar pela grandeza e prosperidade do nosso povo e do nosso município. A política de aldeia, as dissensões pessoais devem ceder lugar a uma política que de fato, construa e realize. Nesta certeza espero e confio que o Legislador Municipal saberá se manter num regime de mutua colaboração como o órgão de administração pública municipal. Se assim o fizeram, meus senhores e minhas senhoras, a minha certeza será grata porque quanto mais unidos em torno da grandeza e do progresso e do bem - estar do povo navarrese, mais saberão ser dignos de sua missão de legisladores a serviço da unidade e do progresso e de Antenor Navarro.

---

<sup>17</sup> Terceiro Livro de Atas (1951-1953) - Ata da 1º Sessão Extraordinária, a 2º Legislação, Realizada em 30 de novembro de 1951Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro - (fl.171, 1955).

O discurso do Dr. Alberto Brizeno Milfont, que exercia funções para além de políticas, onde também era odontólogo na cidade, era um discurso que ressaltava os legisladores que compunham naquele momento a nova mesa na Câmara Municipal, como também é possível perceber algumas leves críticas a Câmara denominado como “velha”.

A “Câmara Nova”, tinha como chefe do poder legislativo, o prefeito José Alexandre Filho, no qual propôs através de seus discursos a promessa do novo; um novo começo para construir uma cidade moderna e grande. Uma política de construções e realizações. José Alexandre Filho foi um dos responsáveis pela ampliação da luz elétrica, como também da água potável na cidade.

Os discursos de enaltecimento de tal política da “Nova Câmara”, apresentou suas práticas como sendo de um bem servir. Esses debates suscitados na Câmara sobre a nova política, forjaram o que era São João do Rio do Peixe naquela época. Assim como registrado em ata, com honra, patriotismo e dever, que a política do bem servir iria trabalhar a serviço da coletividade, para então, construir o desenvolvimento econômico, social da cidade, e assim legislar sobre a tríade: ordem, segurança e progresso. Construir o futuro<sup>18</sup>.

Parte dos políticos que compunham a nova mesa, eram filiados ao Partido Social Democrata e teciam várias críticas as políticas do partido U.D.N, em que a “Velha Câmara”, especificamente na figura do então prefeito da época José Isidro de Almeida, era filiado. Desse modo, U.D.N, pode ser então considerado a partir de análise dos discursos postos pelos políticos, como o partido do atraso, do não crescimento urbano e da não modernidade citadina. Era a política de aldeia como bem ressaltou em sua crítica o vereador Alberto Brizeno Milfont<sup>19</sup>.

Alicerçada na tríade- segurança, ordem e progresso, a “Câmara Nova” buscou a união entre os partidos, para assim, poder trabalhar em conjunto pelo bem-estar e progresso do município. Investir na cidade com suas políticas públicas era uma das estratégias utilizadas para angariar votos. Ao gestar um projeto de cidade, no qual almejou-se a tão sonhada modernidade, os legisladores do povo buscaram possibilitar o desenvolvimento da ordem econômica e social, prescrita na Constituição da República e do Estado<sup>20</sup>.

Mesmo tendo o vereador Alberto Brizeno Milfont, criticado por meio de seus discursos a “Câmara Velha”, Hilton Muniz de Brito, filiado a Aliança Popular e também membro da

---

<sup>18</sup> Terceiro Livro de Atas (1951-1953) - Ata da 1ª sessão extraordinária, da 2ª legislativa, realizada em 30 de novembro de 1951. Discurso o Dr. Alberto Brizeno Milfont. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro- PB (fl3f – 1951)

<sup>19</sup> As bancadas que ocupavam a Câmara era: o Partido Social Democrata (PSD) que faziam oposição a bancada composta pelo partido da União Democrata Nacional (UDN) e Aliança Popular.

<sup>20</sup> Livro de Leis e Resoluções e Decretos Legislativos (1951/1963). Título III – Capitulo Único – Da ordem econômica e social. Arquivo Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro (1951, fl4).

“Nova Câmara”, fez uma pequena ressalva a Câmara eleita em 1947, salientando o papel preponderante exercido por ela, na vida do Município. Mas vale salientar que em discurso Laurindo Clementino de Souza, percorreu o mesmo caminho do vereador Milfont, onde teceu algumas críticas a um dos membros da “Câmara Velha” – Manuel Dantas Ferreira Rocha, mais conhecido como Neco Rocha.

O vereador Laurindo Clementino de Souza adversário de Manuel Dantas Ferreira Rocha, fez críticas em relação as perseguições de nepotismo durante sua gestão no ano de 1947, quando substituiu o prefeito José Isidro que precisou ausentar-se do cargo. Neco Rocha, foi acusado de buscar uma posição política mais elevada a seu filho Hilton Muniz, no qual buscou impor seu mandando a fim de interesses próprios<sup>21</sup>.

Nesta mesma sessão extraordinária da Câmara Municipal, Hilton Muniz também pronunciou- se, dizendo que na administração de Neco Rocha houve uma operosidade nos lugarejos do município<sup>22</sup>. Sendo assim, talvez, as críticas feitas por Laurindo fizessem sentido diante as colocações do Dr. Alberto Brizeno Milfont, ao referir-se “a política de aldeia”, que usava do cargo público, para empregar parentes e realizar obras que não pensavam em um bem comum, apenas em interesses de se fazer o legislador, que na verdade não legislava para todos.

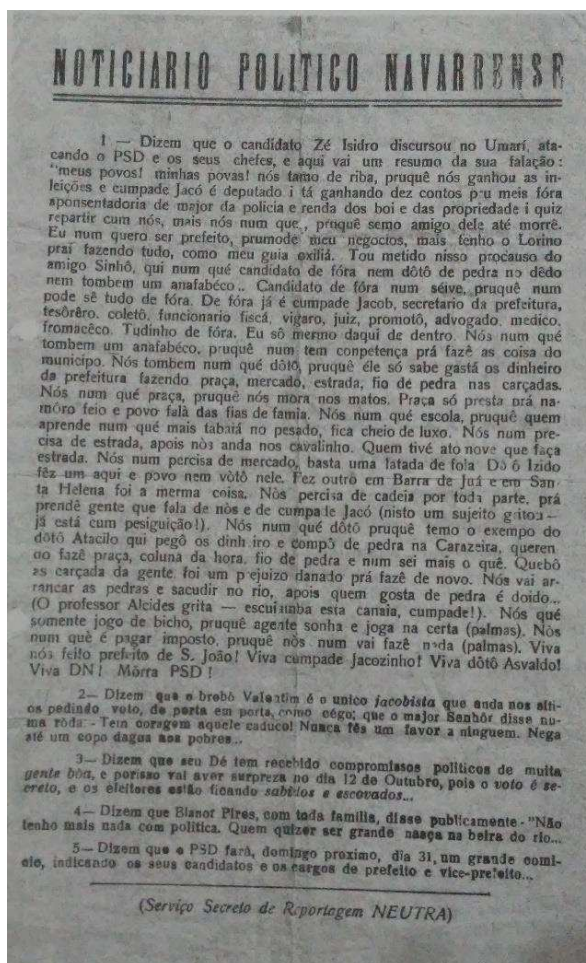
A política do prefeito José Isidro de Almeida, membro do que foi denominado “Velha Câmara” entre os anos de 1947 a 1951, rompia com a nova lógica urbana que foi desenvolvida com maior afinco pela nova mesa municipal, pois, é possível perceber em um panfleto, no qual diz ser Galvão (2015, p.167) uma crítica a José Isidro, ou melhor, Zé Isidro, como era mais conhecido.

### **Imagem 01:** Noticiário (1947)

---

<sup>21</sup> Galvão (2015) não dá detalhes do que ocorreu com o prefeito para ter ausentando-se do cargo.

<sup>22</sup> Terceiro Livro de Atas (1951-1953) - 1951Ata da 5º Sessão Ordinária da 2º Legislativa realizada em 14 de dezembro de 1951 Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro- PB (fl2f – 1951)



Fonte: Galvão (2015, p. 167)

No panfleto, não consegui identificar quem o escreveu. É perceptível identificar uma pequena informação ao final da matéria, onde informa o seguinte; “serviço secreto de reportagem neutra”. O texto escrito no Jornal Navarrensense porta uma fala de José Isidro de Almeida e não uma crítica a sua política. O discurso transcrito para o panfleto, foi aferido em momento no qual José Isidro discursou para alguns populares no Umari, região pertencente a São João do Rio do Peixe, onde na ocasião, José Isidro discorreu criticando o Partido Social Democrata – PSD.

Segundo Galvão (2015, p.137) “a partir de 1947, com a redemocratização do país, foram realizadas pelo voto direto as primeiras eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores, sendo eleito para prefeito José Isidro de Almeida e para vice-prefeito, Laurindo Clementino de Sousa”. Desse modo, José Isidro disse que estava metido na política, por não querer candidato de fora assumindo a política do seu município. De acordo com a matéria do Jornal Navarrensense, - Galvão (2015, p.167), José Isidro de Almeida argumentou que:

Tou medtido nisso porcauso do amigo Sinhô, qui num qué candidato de fora, nem dôtô de pedra no dêdo, nem tombem um anafabéco. Candidato de fora num seive, praquê, num pode sê tudo de fora. [...] Eu sô mermo daqui de dentro. Nós num qué tombem um anafabéco, praquê num tem competência prá fazê as coisa do municipio. Nos tombem num qué dôtô, praquê ele só sabe gastar dinheiro da prefeitura fazendo praça, mercado, estrada, fio de pedra nas carçadas. Nós num qué praça praque nós mora nos matos. Praça só prestar pra namoro feio e povo fala das fia de famia. Nós num qué escola, praquê quem aprende num qué mais tabaiá no pesado, fica cheio de luxo. Nós num precisa de estrada, apois nós anda nos cavalinho[...] Nós num percisa de cadeia por toda parte, prá prendé gente que fala de nós e de cumpade Jacó[...] Nós num qué dôtô praquê temo o exemplo do dôtô Atacilio que pego os dinheiro e compô de pedra na Carazeira, querendo fazê praça, coluna da hora, fio de pedra e num sei mais o quê. Quebô as carçada da gente foi um prejuízo danado prá fazê de novo. Nós vai arrancar as pedras e sacudir no rio, apois quem gosta de pedra é doido. Nós qué somente jogo de bicho praquê agente sonha e joga na certa(palmas). Nós num qué é pagar imposto, praquê nos num vai fazê nada (palmas). Viva nós feito prefeito de S. João! Viva cumpadre Jacozinho! Viva dôtô Asvaldo! Viva UDN! Morra PSD!.

O amigo ao qual José Isidro fez referência, era ao seu vice- prefeito, Laurindo de Sousa.

A alocução, me possibilitou entender como a política são-joanense era gerenciada. A política funcionava como uma teia, onde esses legisladores estavam conectados por troncos familiares e interesses políticos, como econômicos, visando antes de tudo a manutenção de seus poderes.

A política são-joanense, como bem ressaltou José Isidro de Almeida, era formada apenas por cidadãos da cidade, que “conheciam as necessidades do povo e do município”. Mas para quem eles governavam? Talvez por também ocupar o lugar de médico, José Isidro tenha usado isso como forma de angariar votos dos mais pobres, dos menos instruídos, pois o “bom legislador” deveria conhecer as mazelas do povo.

Em seu discurso, José Isidro, deixou claro como era apegado ao passado; passado do atraso que tanto a “Nova Câmara” buscou se desfazer, no qual procuraram construir um novo ideal de cidade, uma cidade que voltava-se para o tão sonhado progresso, que era então pretendido através da energia elétrica, água potável, carros, arruamentos, construção e reformas de cemitérios, matadouros, mercado público, edificação de hospital, casas de saúde, como também o progresso na pequena cidade, poderia ser vivenciado, através do cinema, do rádio, televisão e fotografia.

José Isidro, apresentou um discurso moralista de renúncia ao que de novo era construído na cidade; ele não achava interessante a construção de praças, escolas, mercado. Zé Isidro, fez duras críticas ao mandato do prefeito Otacílio Cartaxo (1944-1945), que foi responsável pela construção da Coluna da Hora e por esquadrihar a cidade a partir de novos padrões

arquiteturais, como obras de aviamento realizadas em calçadas, de forma a adequar-se as exigências modernas, ou seja, deveriam estar alinhadas ao meio fio das ruas. Exigências que José Isidro se recusou a aceitar, pois como mencionou em seu discurso, ele refez as calçadas.

Mesmo com tais objeções por parte de José Isidro, como verificado na matéria do jornal, entendo que as mudanças urbanas estavam sendo feitas em São João do Rio do Peixe, pois sua fisionomia estava sendo alterada, que por meio de leis, resoluções e decretos buscou-se (re) construir a *urbs* que se pretendia moderna. Estas leis, resoluções e decretos encontram-se registradas nos Livros de Atas (1947-1961) e Código de Posturas (1951-1963), que localizam-se no arquivo público da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira<sup>23</sup>.

O Projeto de lei era a proposição que sendo aprovado pelo poder legislativo e sancionado pelo executivo, convertia-se em lei. O Projeto de resolução era o que destinava a regular matérias concernentes a economia interna da Câmara com a promulgação da Presidência. Assim, a apresentação desses projetos cabia a qualquer membro ou comissão da Câmara Municipal. Os projetos continham a enunciação de seus objetivos, sem necessário justificativas. Contudo, o autor poderia motivar por escrito e separado a sua proposição quando não quisesse fazer verbalmente<sup>24</sup>.

Pensando em corrigir os problemas da cidade o Projeto de Lei nº 1, estruturou a criação do Código de Posturas Municipal, firmados pelos vereadores Alberto Milfont (presidente da Câmara) e Manuel Fernandes Dantas, no ano de 1951<sup>25</sup>.

Segundo Ribeiro (2013, p.118) que também descreveu em seu trabalho sobre o Código de Posturas de Russas, a autora mostrou que assim como todos os outros códigos municipais, dentre os vários aspectos abordados, o Código de Posturas, buscava educar a população, mudando os comportamentos, e adotando novas posturas em nome do progresso.

De acordo com Ribeiro (2013, p. 117) “em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as administrações municipais passaram a ter maior autonomia no gerenciamento e normatização das cidades”. Essa autonomia é perceptível, pois a documentação apresenta finalidades de caráter administrativo, e que acredito em intenções para além dessa função. Os

---

<sup>23</sup> Primeiro Livro de Atas (1947-1951), Segundo Livro de Atas (1950-1951), Terceiro Livro de Atas (1951-1953), Quarto Livro de Atas (1953-1955), Quinto Livro de Atas (1955-1959), Sétimo Livro de Atas (1960-1961). O arquivo contém outros livros de Atas que constam anotações sobre os anos sessenta até dos dias atuais, porém não percebemos grandes mudanças em relação aos anos analisados. Vale também salientar que não encontramos o Sexto Livro de Atas. Também tem o Livro de Leis e Resoluções do Município – Código de Posturas (1951-1963)

<sup>24</sup> Livro de Leis e Resoluções e Decretos Legislativos (1951/1963) - Capítulo IV – Da natureza e andamento dos trabalhos. Seção I – Dos Projetos de leis e resoluções. Art. (69-70-71) Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira, Antenor Navarro -PB (fl.95 .1951)

<sup>25</sup> Manuel Fernandes Dantas foi prefeito entre os anos de 1955 a 1959.



escritos dão a ler as preocupações para com a cidade e seus moradores (hábitos) buscando a regulamentação das ações de ordem pública e privada<sup>26</sup>.

De acordo com o memorialista, que tem um *site* sobre São João do Rio do Peixe, e que guarda para si as fontes (informações) como um daqueles tesouros cobiçados por piratas. O memorialista informou que conforme a Lei 762 de 07/12/1883, ocasionou a constituição da primeira Câmara Municipal de São João do Rio do Peixe. Nóbrega (2014) direcionou sua escrita apenas para dados e acontecimentos sobre a cidade. Portanto nos escritos de Nóbrega, ou de qualquer outro memorialista não encontrei evidências sobre os registros da Câmara em períodos que antecedem o ano de 1947.

Das Atas Municipais que tive acesso, dos anos de 1947 a 1961, percebi um considerável número de vereadores, e destes alguns estavam envolvidos com outra profissão, como médico, odontólogo e farmacêutico. Um exemplo disso era o vereador Osvaldo Bezerra Cascudo que atuava junto a comissão de educação e saúde e o prefeito José Isidro de Almeida, que eram médicos<sup>27</sup>. Consta-se também o nome de Rosalvo Marques Galvão que era farmacêutico e Alberto Brizeno Milfont que era dentista, ambos formados pela Faculdade de Farmácia e odontologia do Ceará. Esses vereadores assim como os outros que atuaram na política são-joanense eram filiados a União Democrática Nacional (U.D.N), Partido Social Democrata, Aliança Popular.

A Câmara Municipal de São João do Rio do Peixe mantinha contato com as comarcas de Guarabira, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Itabaiana, Taperoá, São João do Cariri, Jatobá, Caiçara, Mamanguape, Souza, Sumé, Monteiro, Serra Redonda, Santa Rita, João Pessoa e Cocais no Estado de São Paulo. Também vale ressaltar que a Câmara de São João, mantinha relações por meio de telegramas com o então governador do Estado naquela época, Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo.

Sendo assim, principiou-se como um trabalho de costuras, a cingir elaborações de leis municipais, formando a comissão de Saúde/ Educação e Obras Públicas, Orçamento/Finanças e Negócios Municipais, Obras Públicas/Viação e Agricultura, Finanças/Justiça/ Legislação e Orçamentos, Arquiteturas/ Indústria e Comércio, Redações/Leis e Polícia. Vale salientar que essas comissões não eram fixas, podendo ser alteradas mediante administração da mesa que dirigia os trabalhos do poder legislativo municipal, como o chefe do poder executivo, presidente, vice-presidente da Câmara, e os secretários.

---

<sup>26</sup> De acordo com Galvão (2011, p.59) em 1895 a Lei Estadual nº.27 criou em cada município o lugar de prefeito para exercer as funções executivas. Nesse ano na vila já tinha um poder municipal exercendo suas funções.

<sup>27</sup> Os registros sobre Osvaldo Bezerra Cascudo, deixou ser percebido nas atas a partir do ano de 1951

Portando duas faces, a do atraso e a do progresso, os legisladores do povo, buscaram instruir os cidadãos para a civilização. Suas políticas públicas; a política do bem servir, também se apresentava a partir de um discurso médico e sanitarista, buscando assim construir um ideal de grandeza e de um moderno para a época.

“Legalidades urbana”: a *urbs* moderna, ideal, desejada

No cotidiano que se dão os novos movimentos, do construir, (re) inventar, transformar, com isso, é possível perceber através das fontes, uma cidade enquanto espaço de disputas entre indivíduos que buscavam fazer uso do urbano como uma ferramenta para sua existência e outras para a manutenção do poder político. Viver na cidade de São João do Rio do Peixe, implicava em uma política do espaço, em que o uso do mesmo por seus habitantes possibilitaram acontecer as negociações e os partilhamentos de interesses, privados e coletivos. (BRESCIANI, 2018, p. 104)

Da ordem do político, o espaço urbano como disse Bresciani (2018, p.104), “transformou-se em objeto de planejamento, referindo a lógica do desenvolvimento econômico”. O aparecimento do que era considerado moderno em São João do Rio do Peixe, possibilitou surgir novos ritmos de tempo e sensibilidades cidadinas, onde foi preciso afastar uma imagem negativa da urbe.

Em nome do progresso foi preciso educar, vigiar e moralizar, e assim por meio de estratégias discursivas construiu-se junto a nova urbe, a imagem não somente de um espaço cidadão que caminhava rumo a civilização a partir da composição de uma “Nova Câmara”, mas também, criou-se a figura dos salvadores do “povo bom e hospitaleiro”<sup>28</sup>. Inventou-se a imagem dos homens de bem que tirariam a cidade do atraso e da desordem, fazendo-a ser grande. Criou-se a “A marcha dos trabalhadores da Câmara”<sup>29</sup>.

Os discursos proferidos pelos políticos nas sessões legislativas estavam investidos de poderes, que ao mesmo tempo selecionavam e controlavam o que ir para o papel. Estes discursos tinham a função de organizar e redistribuir os procedimentos que deveriam ser aplicados na cidade, e simultaneamente também era uma medida de controle do viver urbano. Com a função de conjurar seus poderes, os legisladores gestaram uma rede de regulamentações

---

<sup>28</sup> Terceiro Livro de Atas (1951-1953) Palavras proferidas pelo Dr. Alberto Brizeno Milfont . Ata da 1º Sessão Extraordinária, a 2º Legislação, Realizada em 30 de novembro de 1951. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro-PB. (fl.2f - 1951)

<sup>29</sup> Primeiro Livro de Atas (1947-1951) – Arquivos da Câmara Municipal – Casa Raimundo Gomes Pereira. Antenor Navarro-PB. (fl.12, 1947 )

médico sanitarias que atravessou a cidade e o cidadão, investindo seus desejos e distribuindo seu saber que eram aplicados por meio da técnica. (FOUCAULT, 2009, p.9-10-13)

A cidade naquele momento estava entrando em contato com novos elementos que compreendiam a uma modernidade que chegava ao sertão da Paraíba. Essa modernidade já estava a todo vapor em Campina Grande, pois segundo Cavalcanti (2000, p.46 *apud* ANDRADE 2014, p.42):

o comércio algodoeiro foi outro ponto de onde partiu a pujança econômica que permitiu a Campina Grande em meados dos anos de 1920 e 1930 experimentasse a modernização e as suas ambiguidades no espaço citadino [...]os “forasteiros”, o comércio com o algodão, a presença da estrada de ferro que permitia o escoamento dos fardos de algodão para o porto da cidade do Recife e de lá seguiam para o exterior, e o posterior transporte do algodão que passou a ser realizado por caminhões deram um novo vigor à cidade.

Entendo que a partir do que coloca Andrade (2014), isso sinalizava duas coisas em relação ao sertão, mas especificamente a São João do Rio do Peixe. A cidade também estava tendo experiências semelhantes ao que estava acontecendo em cidade maiores, como Campina Grande; assim como Campina Grande, São João do Rio do Peixe tinha também aspirações de uma lógica de grandeza. A urbe são-joanense também foi marcada pelo comércio do algodão, uma vez que, em 1933, já se tem registros de fábricas de óleo e caroço de algodão, e de descarregar algodão movidos a vapor<sup>30</sup>. Esse algodão era comercializado com os grandes centros comerciais, como a cidade de Campina Grande, que era um dos polos algodoeiros de comercialização<sup>31</sup>.

No ano de 1936, segundo Galvão (2015, p.58) já havia em São João do Rio do Peixe, a Usina Anderson Clayton, que era um multinacional norte-americana, que comprava o algodão que era produzido em São João do Rio do Peixe. Assim, quando a cidade passou por transformações a partir de imissões do capital, o investimento do poder público também passou a tecer preocupações em relação ao comércio algodoeiro.

No ano de 1956 foi discutido na Câmara Municipal o aumento proposto pelo prefeito Manuel Fernandes Dantas, em relação a taxa cobrada da arroba de algodão. Tomando a cidade de Cajazeiras como exemplo, onde cobrava-se um taxa e 6,00 C\$ (cruzeiros) por cada volume,

---

<sup>30</sup> Galvão (2011, p.90)

<sup>31</sup> Galvão (2015, p. 60)

em São João do Rio do Peixe passaram a cobrar uma taxa de 3,00 C\$ (cruzeiros), acreditando que ao cobrar essa taxa, o mercado da cidade se equilibraria<sup>32</sup>.

A Lei nº17, de 27 de dezembro de 1955, adotou medidas a indústria e lavoura do município. Mais uma vez o comércio algodoeiro foi posto em discussão. O caroço de algodão era vendido ao industrial ou agricultor mediante apresentação de licença concedida pela prefeitura, uma vez que na prefeitura que se distribuía o caroço do algodão aos interessados. O preço para a venda do caroço do algodão era estabelecido no dia em que fosse comercializado. Assim, o algodão era transportado de São João do Rio do Peixe para Campina Grande, onde a venda acontecia em uma praça da cidade<sup>33</sup>.

Essa modernidade que adentrava o sertão, também sinalizou para a atuação dos governantes, pois se a cidade demonstrava um positivo crescimento econômico e geográfico, isso, produzia necessidades – necessidades cidadinas do uso cotidiano. Nesse sentido, a urbe tornou-se um importante espaço de mercado, onde a indústria nascente não marcou apenas o lugar de produtividade, mas houve mecanismos de regulamentação urbana, pensados para (re) construir e organizar a cidade ideal/grande. (FOUCAULT, 1979, p.86)

Como lugar de multiplicidade, o desejo pelo progresso ganhou um aliado, que era a técnica que chegava com ideia de melhoramentos urbanos, que articulados às medidas administrativas dos legisladores, buscaram inserir os signos do moderno, tratando de dar uma outra fisionomia a cidade. (ANDRADE, 2014, p. 17)

Uma das preocupações para com a urbe, foi levado a mesa de discussões no ano de 1948, pelo vereador José Alexandre Filho que solicitou ao prefeito José Isidro de Almeida, a abertura de caminhos, para que evitasse que burros e boiadas passassem pelas ruas da cidade. Segundo o vereador: “devia o quanto antes mandar abrir o antigo caminho que fica por traz da fábrica de Sr. Francisco Antunes para acabar o trânsito das tropas de burros e das boiadas, evitando acidentes e desastres quando de passagem pelas principais ruas da cidade”. O requerimento posto em discussão, expressou não somente uma medida em busca de organizar o espaço citadino, mas uma preocupação voltada a salubridade pública, pois, os animais transitando pelas ruas provocariam não somente possíveis acidentes, também provocariam sujeiras e doenças. E

---

<sup>32</sup> Quinto Livro de Atas (1955-1959). Projeto de Lei 18/56. Arquivo Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro. ( fl52, 1956)

<sup>33</sup> Livro de Leis e Resoluções e Decretos Legislativos (1951/1963) – Secção II - Das indicações e requerimentos. Lei nº117 de 27 de dezembro. Artº 1º -2º- 3º. Arquivo Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro (1956, fl121).

para uma cidade que se embriagava com os ares modernos, não combinaria animais transitando pelas ruas.<sup>34</sup>

Os legisladores também investiram na arborização da cidade. Arborizar que era uma forma de adornar o espaço urbano e que durante o século XIX fizeram parte das medidas higienistas que se aplicaram aos cemitérios, já que deveriam ser construídos em terrenos altos e arejados. As árvores consistiam em uma forma de purificar o ar ambiente (REIS, 1991, p.260). Essas preocupações higienistas ainda se fizeram presentes na cidade no século XX. Dos projetos formulados pelo vereador José Alexandre Filho que fazia parte da comissão de educação e saúde no ano de 1949, estava em pauta na Câmara, a arborização em forma de alameda do trecho que compreendia a rodagem e o portão do cemitério a cidade<sup>35</sup>.

Os políticos também pensaram em pautas educacionais para a cidade, onde construíram uma biblioteca pública, escolas e criaram o ensino primário, já que a educação estava em pauta para uma cidade que se pretendia moderna. Vale salientar que a criação do ensino primário não agradou a todos os políticos. Assim como José Isidro, o vereador José Alexandre Filho inconformado com a aprovação dos projetos para construir escolas, disse em reunião legislativa no ano de 1948, ser inútil gastar dinheiro com alfabetização, já que para ele, as professoras nada sabiam. Como solução para o que ele considerava um problema, disse que deveria suprimir as escolas rurais e investir dinheiro em prédios, pois, havia uma má distribuição das professoras, já que em locais haviam duas ou três ensinando e em outros não havia ninguém.<sup>36</sup>

Em relação ao ensino na cidade de São João do Rio do Peixe, de acordo com Galvão (2015, p. 88), alguns políticos também se envolveram em atividades de cunho educacional. O vereador e farmacêutico Rosalvo Marques Galvão, foi um dos fundadores e também professor do Grupo Escolar Joaquim Távora. Assim como Rosalvo, o vereador Hilton Muniz, também foi professor.

Nesse sentido, como é possível perceber, os discursos proferidos na Câmara Municipal de São João do Rio do Peixe, também entravam em conflitos. O que chama atenção, é a forma como os outros vereadores se posicionaram em relação ao que foi posto em discussão pelo vereador José Alexandre Filho. Para os outros políticos a cidade de João Pessoa, representava

---

<sup>34</sup> Primeiro Livro de Atas (1947/1950) Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro (fl-28- 38f, 1948).

<sup>35</sup> Primeiro Livro de Atas (1947/1950). Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro (fl.37v, 1949).

<sup>36</sup> Primeiro Livro de Atas (1947/1950) Vigésima nona sessão ordinária da Câmara Municipal de Antenor Navarro. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro (fl.28, 1948).

o espelho da civilização, e deveria refletir também no sertão, já que era imprescindível a alfabetização do povo<sup>37</sup>.

Foucault (2009, p.8-10-13) disse que “o discurso pode ser uma realidade material de coisa pronunciada ou escrita”. Neste caso, ele foi pronunciado e escrito, com isso deixou revelar aquilo pelo que se lutava, o poder pelo qual se queria apoderar. Esses discursos investidos de poderes e desejos por uma urbe civilizada, construíram uma ideia de educação como algo primordial de nações que rumavam ao progresso, pois, o ser moderno, também se constituía de uma nação alfabetizada, uma nação que deveria ser grande, pedagogicamente educada a manter hábitos civilizados.

Geograficamente a cidade foi sendo definida por um urbanismo, mas que também foi transformada por seus habitantes. A cidade não era uma forma estática, ela estava em constante crescimento, em processo de remodelamento que foram colocados em trânsito em nome da modernidade, que efetivamente tornou a urbe um polo de atração. (LYNCH, 1998, p. 75-79).

Era no cotidiano que os movimentos de transformações urbanas aconteceram. Logo, a cidade não deve ser limitada apenas a sua materialidade, ela deve ser entendida de forma plural a favorecer as diversas ações da vida humana que ali existiram e existem. (CERASOLI, 2018, p. 266)

Naturalmente a urbe que se queria ordenada, bela e hígida deveria caminhar rumo aos melhoramentos. Esses anos vindouros que possibilitou um desenvolvimento maior das ideias higienistas, onde procurou atravessar todos os cantos da cidade, concentrou-se potencialmente naquilo que poderia ser corrigido e, por isso, a abertura de vias públicas – grandes “artérias” arborizadas, lugares onde se agrupavam o centro comercial, próximo da Igreja e bairros residências, como também lugares que representavam as classes perigosas: mortos, pobres e prostitutas – espaços que a eles eram reservados longe do centro da cidade.

As leis passaram a ser estabelecidas como forma de organizar o espaço citadino, mas que estavam imiscuídas de regras de controle que se desdobraram sobre a higiene, moral, estética urbana. (PESAVENTO, 1994, p.93). Isso demandou a criação de comissões de polícia de cidade. Essa polícia de cidade desenvolveu seus trabalhos por meio da inspeção, onde os fiscais deveriam andar atentos para o efetivo cumprimento das Posturas Municipais, executando

---

<sup>37</sup> Primeiro Livro de Atas (1947/1950). Arquivo Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro (fl. 26fv- 28f -30v 1948/1949).

prontamente as medidas legais determinadas pela autoridade competente, que neste caso, eram os vereadores e prefeito, que atuaram no projeto de renovação da cidade<sup>38</sup>.

#### Cidade saudável: lei de zoneamento e regulamentação do viver urbano

A política municipal de investimentos urbanos, buscou regulamentar as habitações comerciais e privadas. Uma das primeiras aplicações do projeto de cidade ideal, foi esquadrihar a cidade, reforçando assim, a norma posta a partir do poder público.

Como diz Rezende (1997, p.24) “a cidade moderna industrial não se implantou sem lutas”. Essa utopia da cidade “perfeitamente governada<sup>39</sup>”, se deu a partir dos legisladores que insistiram em brincar de urbanistas, organizando os espaços citadinos, buscando submeter a cidade a leis que substituíssem o passado do atraso, e assim pensaram a urbe a partir de ideias saneadoras.

Conservadores e liberais reclamaram a administração da cidade; construíram ruas, estradas, planejaram o fornecimento de água potável, organizaram às feiras, reformaram matadouros, mercado público e cemitérios. Eles possibilitaram aos cidadãos uma vida noturna com a inserção da luz elétrica, levaram água para a cidade com os chafarizes, investiram no ensino público e na saúde com casas de saúde e hospital, e também investiram no lazer, pensaram na construção de um cine teatro. Construíram “uma cidade perfeitamente governada”, onde alteraram hábitos e costumes. Buscaram construir um novo “urbano”.

O urbano foi posto em questão a partir das intervenções públicas, onde envolveu diferentes interesses políticos. Um das características da modernidade que chegou à São João do Rio do Peixe, foi a preocupação com a higiene, também apresentada por Rezende (1997, p.38) como pretensões modernizadoras. A falta de hábitos civilizados, o mal-uso dos espaços citadinos, acendia para riscos de doenças. Como forma de tentar controlar as epidemias, o Posto de Higiene local e os fiscais atuaram na prevenção das enfermidades.

Uma cidade que se pretendia hígida, teve como medida regulamentadora, o Artigo.160 do Código de Posturas, onde: “incumbe aos fiscais do município andar para o efetivo cumprimento das Posturas Municipais, executando prontamente as medidas legais determinadas pela autoridade competente”. E de acordo com o Artigo. 161, ninguém poderia

---

<sup>38</sup> Livro de Registros de Leis, Resoluções e Decretos Legislativos - Título XIII das medidas administrativas - Capítulo I fiscalização. Artigo 60. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro-PB (fl.2, 1951)

<sup>39</sup> Termo usado a partir de Foucault (1979)

abster a entrada dos fiscais em estabelecimentos ou domicílios, pois além de ser passível de multa no valor de 100, 00 a 200,00 cruzeiros, ainda poderia sofrer intervenção policial<sup>40</sup>.

O corpo humano e urbano, constituiu-se por direito o lugar da intervenção médica e política -, uma política higienista. A questão higiênica da cidade foi uma das medidas tomadas por esses legisladores como forma de prevenir proliferações, e epidemias e indivíduos doentes. Os discursos produzidos para a cidade e seu público carregados por seus saberes e poderes colocaram a medicalização/higienização como um problema da cidade e de seus habitantes. Assim, o Código de Posturas foi um grande aliado para combater o mal-uso urbano, uma vez que buscou controlar, vigiar e disciplinar em nome das exigências modernas, já que ser moderno representava ter bons hábitos citadinos: ser hígido.

A organização da vida urbana passou antes de tudo por um processo de controle a partir da produção desses discursos médicos/políticos. Como disse Foucault (1979, p.36) “a disciplina tem sua função restritiva e coercitiva”. Então, para que esses maus usos dos espaços não desencadeassem em um problema de saúde pública, foi preciso disciplinar para assim criar o novo homem.

Como tentativa de normatização dos espaços, a prefeitura tomou todas as medidas necessárias em defesa da saúde pública em íntima cooperação com o Posto de Higiene Local. Ao estabelecer as regras de comportamentos, ficou sob vigilâncias das medidas profiláticas as casas que possuíam enfermos com doenças epidêmicas, uma vez que os agentes de fiscalização poderiam interditar casas que em seu interior estivessem enfermos com alguma doença contagiosa.

A prefeitura deveria ser avisada, como também deveria ser acionado o Posto de Higiene Local. Como parte do processo deveria ser feita uma inspeção de asseio do ambiente e das pessoas. Como medida profilática, as pessoas que tratavam dos doentes só poderiam transitar nas ruas da cidade convenientemente desinfetadas. Também, era proibida a venda de quaisquer gêneros alimentícios por intermédio de pessoas portadoras de moléstias infecto contagiosas. Vale salientar que essas medidas também se aplicaram aos animais, já que era proibido conservar nos domicílios mesmo em tratamento, gatos e cães, ou animais atacados de doenças pestilentas<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> Livro de Leis e Resoluções e Decretos Legislativos (1951-1963) Título XIII Das medidas administrativas capítulo I, fiscalização. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira, Antenor Navarro (1951, fl22).

<sup>41</sup> Livro de Leis e Resoluções e Decretos Legislativos (1951-1963) . Capítulo II Da Higiene Pública – Seção I- Das medidas profiláticas) Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira, Antenor Navarro (1954, fl9)



O público e o privado foram constantemente alvos desses profissionais da saúde e de políticos que reclamaram para si as funções de higienistas. A higienização do corpo urbano e humano eram uma questão social que estava em pauta na Câmara Municipal de São João do Rio do Peixe. Várias eram as questões que colocaram em discussão o tema da cidade saudável. O desejo dos políticos, médicos, farmacêutico e odontólogo, talvez fosse o desejo de parte da elite são-joanense, que também queriam implementar a modernização e o progresso na cidade. As intervenções urbanas estavam em pauta por diversos motivos, sendo que um destes, era a pedagogização do habitante. (SAMPAIO, 2001, 41).

Assim como os doentes e seus cuidadores passaram por um processo de controle e vigilância, os pobres também precisaram ser controlados, assepsiados, seja em sua habitação, ou em seu local de trabalho. Ao mencionar sobre a campanha de higiene em Porto Alegre Pesavento (1994, p.96) disse que “a campanha da higiene pública, que se desdobrava na higiene moral da cidade, demandava a inspeção sanitária de todas as casas, mas seu foco principal eram as moradias dos pobres, focos de miasmas deletérios e antros de horríveis perversões”.

As palavras de ordem de higiene e bons costumes, foram postas em uma das reuniões na Câmara Municipal no ano de 1963. O vereador Bezerra Lima apresentou um Requerimento de sua autoria nº 14/63. O requerimento tratava-se de um pedido de apelo ao Sr. Dr. José Dantas Pinheiro<sup>42</sup>, médico chefe do Posto de Higiene Local. O pedido foi bem claro, pois o vereador queria que fossem retiradas da cidade as “pocilgas imundas”, que conseqüentemente na visão do vereador, deixavam a cidade feia e poderiam provocar doenças para os habitantes da urbe – os corpos sãos<sup>43</sup>.

Os vínculos entre pobreza e sujeira eram muito fortes, pois de acordo com Gunn e Correia (2001, p.240) “a sujeira das ruas e casas revelava a falta de higiene dos habitantes da cidade, sobre tudo do pobre [...] O saneamento das cidades e das moradias era entendido como essencial à difusão de novos hábitos de higiene pessoal”. De modo geral, esses comportamentos considerados desviantes à luz do saber médico e político, operaram sobre a higiene dos pobres/operários como algo a ser combatido.

Uma medida também de controle do pobre, foi a delimitação do zoneamento urbano. As fábricas e estabelecimentos de óleo de inflamáveis ou corrosivos que causassem perigo a população, não deveriam ser construídas no centro urbano, nem em lugares populosos na cidade ou povoações. Estes locais eram determinados pelo prefeito, como consta em Artigo.81 do

---

<sup>42</sup> José Dantas Pinheiro foi prefeito da cidade de São João do Rio do Peixe entre os anos de 1969-1973.

<sup>43</sup> Sétimo Livro de Atas (1960-1961) - Expediente - Ata da 10 Sessão Ordinária da 5º Legislativa realizada na 2º Reunião ao anual de 1963. Casa Raimundo Gomes Pereira. Antenor Navarro-PB. (fl.40, 1963 )

Código de Posturas, ano 1951. O proprietário que não cumprisse com a medida, seria a ele aplicado uma multa de 200,00 a 300,00 cruzeiros, tendo que se retirar em um prazo de trinta dias, podendo ser cassada a licença de seu estabelecimento<sup>44</sup>.

Desse modo Rolnik (1995, p. 24/ 68) entendeu a dimensão política da cidade como o exercício de dominação da autoridade político administrativa sobre o conjunto dos moradores. Com isso, quando os fiscais invadiam o ambiente privado (casa), procurando doentes e os forçavam a buscar ajuda médica, quando os pobres foram mal vistos, e as fábricas foram retiradas do centro urbano, houve uma delimitação do que poderia ser feito na urbe. Os pobres, os operários e os doentes, as prostitutas, os mortos, os animais, foram estigmatizados por se desviar da norma, e isso, fazia parte de um mecanismo de reprodução do modelo de cidade e cidadãos, onde a lei delimitava o espaço dos habitantes em São João do Rio do Peixe.

Para combater a desordem, a disciplinarização / higienização do espaço, buscou fabricar indivíduos asseados, produtivos e disciplinados, pois como disse Foucault (2014, p. 167) a disciplina “é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”. O espaço citadino fazia parte de uma vigilância médica/política que tinham o apoio de fiscais responsáveis por fazer um trabalho de polícias, onde tinham os habitantes que fugiam da nova ordem urbana, como instrumentos para o seu exercício, atuando-os em nome das leis urbanistas que pensavam o trabalho de medicalização da urbe.

Com isso, o vereador Carlos Freitas, usou a palavra perante os integrantes da Câmara Municipal, apresentando o Requerimento nº 10/63, onde fez um pedido ao Prefeito Municipal no sentido de que: “fossem feitas rigorosas fiscalizações a fim de pôr termo a falta de higiene praticada por elementos sem escrúpulos que se aproveitavam da falta de vida noturna na cidade para fazerem de alguns pontos das ruas verdadeiros mictórios”.<sup>45</sup>

A política da higienização em São João do Rio do Peixe, visando uma cidade saudável e temendo os surtos epidêmicos e mortes, pensou em cercar a cidade. Mas essa foi uma proposta que não teve muito espaço nas discussões da Câmara, já que cercar a cidade não produzia uma imagem de beleza urbana, como também tal medida colocavam os habitantes em posições iguais a de animais, pois todos viveriam cercados como bichos<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup>Livro de Leis e Resoluções e Decretos Legislativos. Capítulo II – Das medidas acauteladoras. Seção I - Das fábricas e oficinas. Art. 80-81. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira, Antenor Navarro (1951, fl11)

<sup>45</sup> Sétimo Livro de Atas (1960-1961. Ata da 10 Sessão Ordinária da 5º Legislativa realizada na 2º Reunião ao anual de 1963. Casa Raimundo Gomes Pereira. Antenor Navarro-PB. (fl.36, 1963 )

<sup>46</sup> Quarto Livro de Atas (1953-1955) Ata da 8º Sessão Ordinária da 2º Reunião anual de 1954. Casa Raimundo Gomes Pereira. Antenor Navarro-PB. (fl.12, 1954 )

Essa ideia de cercar a urbe, seria para evitar a circulação de animais que estavam poluindo às ruas. Então, das medidas tomadas para a limpeza pública das ruas e casas, tornou-se proibido por pena de multa de 50,00 a 100,00 cruzeiros, deixar lixo em retaguardas de casas e ou leitos de ruas, fazer cremação de lixo ou objetos de modo a incomodar as pessoas e comprometer a saúde. Deixar animais soltos nas ruas principalmente suínos onde tivesse fontes de água. Era permanentemente proibido deixar cascas de frutas, água parada que pudesse provocar imundice nas ruas, avenidas, becos e calçadas. Para limpar a cidade, o serviço da carroça coletora de lixo era feito em dias determinados para cada zona da urbe<sup>47</sup>.

Mesmo com todas as medidas de controle em execução na cidade, práticas consideradas retrógradas ainda resistiam, como o enterro em rede, animais circulando nas ruas, pobres morando em casas de taipa, cabarés, sujeira nas avenidas da cidade. Essas e outras tantas práticas que eram consideradas a luz da ciência médica como incivil, eram também focos de resistência frente as exigências modernas, pois os hábitos não mudaram rapidamente.

Essas medidas políticas buscaram proporcionar melhorias de vida aos habitantes, pois ao analisar a modernização do Recife nos anos vinte Rezende (1997, p.46) apresentou em seu livro, como essa modernidade chegava trazendo mudanças, principalmente no sentido de sanear a cidade, fosse a partir de fornecimento de água potável, drenagem de pântanos e ou revestimentos de estradas. A re (construção) de uma cidade aseada com a finalidade de ser moderna investiu também em setores econômicos, como as casas comerciais.

Sendo assim, em São João do Rio do Peixe, além de ser proibido pichar casas residenciais e comerciais, os maus odores desses lugares levariam a fiscalização e desapropriação do imóvel. Casas comerciais que vendessem gêneros alimentícios perniciosos a saúde pública, ou produtos como pele de animais que provocassem odores e incômodos a população, colocando a saúde das pessoas em risco, assim como jogar animais mortos em fontes e açudes provocando mau odor e que pudesse contaminar as águas, seria aplicado multas de 50, 000 a 500, 000 cruzeiros, como interdição e recolhimento dos objetos<sup>48</sup>.

Como disse Corbin (1987, p.11) “o olfato detecta os perigos que a atmosfera esconde. O olfato antecipa a ameaça, discerne a distância a podridão nociva e a presença de miasmas”. O olfato promoveu também uma das medidas de vigilâncias aos maus hábitos, pois a podridão logo denunciava as irregularidades, a falta de civilidade e higiene do ambiente e das pessoas.

---

<sup>47</sup> Livro de Leis e Resoluções e Decretos Legislativos (1951-1963) - Seção II – Da limpeza das ruas e casas urbanas. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira, Antenor Navarro (1951, flv9)

<sup>48</sup> Livro de Leis e Resoluções e Decretos Legislativos (1951-1963) - Seção V Das medidas de higiene. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira, Antenor Navarro (1951, fl11)

Essas obras projetadas para a cidade buscaram também a construção de fossas, esgotos e dos diques. Esses diques levariam água para a cidade baixa.

A cidade descrita nas Atas e Código de Posturas, apresentou ser um espaço potencialmente perigoso, pois os matadouros, mercados públicos, cemitérios, locais de abastecimento de gêneros alimentícios, feiras meretrício foram sem dúvidas percebido pelo poder público como lugares de aplicabilidade de medidas preventivas no que se destinasse a saúde pública. (CERASOLI, 2004, p. 57).

Por isso, a moral, a higiene e a estética da cidade compuseram a ideia de moderno que se instaurou em São João do Rio do Peixe, entres os anos de 1947-1963, como foi possível perceber a partir das fontes aqui problematizadas. Não era apenas a desinfecção no sentido higienistas, mas também essa desinfecção tinha suas aplicabilidades no campo da moralidade. (PESAVENTO, 1994, p.118).

O discurso do progresso e grandeza urbana, carregou consigo ideais moralizadoras, que proibiu qualquer tipo de impressos ofensivos a moral e aos bons costumes, como também não era permitido que as prostitutas transitassem por todos os espaços da cidade. De acordo com o Art. 86 do Código de Posturas, ano de 1951<sup>49</sup>:

As mulheres de vida livre não poderão habitar ruas destinadas a domicílios familiares ou nas imediações de estabelecimento de culto religioso. Cabe a prefeitura designar uma ou mais ruas para a localização das prostitutas e cabarés, procedendo a desapropriação se for necessário e ao infrator impondo a multa de 500,00 a 1.000,00 cruzeiros.

No ano de 1954, essa mesma discussão voltou à pauta dos assuntos urbanos, já que ainda foi posto em discussão, as ruas para a localização das zonas de meretrício, pois eram considerados pelos legisladores como um dos problemas citadinos<sup>50</sup>. Provavelmente assim como os cemitérios, o meretrício deveria ser construído longe do centro urbano. Infelizmente as fontes não nos dão mais detalhes sobre os meretrícios e as prostitutas, mas é perceptível que elas eram encaradas como um problema que deveria ser sanado, pois as casas de prostituição possuíam intima relação com um discurso sobre a doença.

As prostitutas deveriam morar em ruas afastadas de residências familiares e estabelecimentos religiosos, o que me parece que a legislação urbana, demarcou bem os espaços

---

<sup>49</sup> Livro de Leis e Resoluções e Decretos Legislativos (1951-1963) - Art. 86 – Seção III. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira, Antenor Navarro (1951, fl12)

<sup>50</sup> Quarto Livro de Atas (1953-1955) Ata da 8º Sessão Ordinária da 2º Reunião anual de 1954. Casa Raimundo Gomes Pereira. Antenor Navarro-PB. (fl.61, 1954 )

do sagrado e do profano. As mulheres de vida livre assim como citadas no código de posturas, não perturbavam apenas por representarem um corpo a ser corrompido por microrganismos patogênicos, que poderiam contaminar os corpos sãos, elas incomodavam pôr a prostituição atingir diretamente a família, segundo Pesavento (1994, p. 13), “por ser mulher, por fugir da normalidade feminina”, por levar uma vida desregrada de normas e valores cristãos, onde possivelmente representaram o pecado, podridão, os vícios, a anormalidade<sup>51</sup>.

Esses procedimentos disciplinares que se aplicou a utopia de uma cidade “perfeitamente governada”, não passou de um mero desejo que foi realizado em partes. Embora muitos hábitos tenham sido alterados, vale salientar que em meio a esse jogo de poder, todos reclamaram a cidade para si. Moralizar, higienizar, embelezar, tornar grande era parte de processo de disciplinamento em que políticos e médicos em conjunto com o urbanismo lançaram mão de instrumentos de aplicabilidade por meio de discursos e reformas urbanas. (FOUCAULT, 2014 p.208)

A rigor, a medicina buscou criar um novo tipo de indivíduo e também de cidade, que por meio dessas intervenções e pressões construiu-se em São João do Rio do Peixe o hospital, posto de higiene, casas de saúde que reforçaram o poder de disciplinamento e higienização. Assim, vale como ponto de ressalva, a menção feita por Cerasoli (2004) em seu trabalho, onde a autora apresentou a modernização de São Paulo como algo plural. Essa modernidade que chegou ao sertão da Paraíba, criou novas formas de ver e pensar o urbano, como também de entender os choques entre o antigo e o novo e, por isso, também entendo esse processo em seu aspecto plural.

### 1.2.2. Modelando a cidade: usos e usufrutos do espaço urbano

Ao ponto que essas reformas urbanísticas aconteciam e que estavam sendo discutidas em plenária na Câmara Municipal, os habitantes da cidade, não compareceram a nenhuma sessão legislativa da Câmara, pois não foi encontrado nas fontes falas da população, salvo caso do vereador Laurindo Clementino de Souza que em discurso proferido na 1º Sessão Extraordinária e 2º Legislativa, em 1951, é possível ver que<sup>52</sup>:

---

<sup>51</sup> Ver José Gomes Temporão (1986, p. 58)

<sup>52</sup> Terceiro Livro de Atas (1951-1953). Ata da 1º Sessão Extraordinária, a 2º Legislação, Realizada em 30 de novembro de 1951-fl4. Casa Raimundo Gomes Pereira. Antenor Navarro-PB. (fl.4, 1951 )

Aproveitando essa oportunidade que se me oferece de vos dirigir a palavra, quero focalizar problemas de real interesse para a coletividade navarrensense, os quais estão a reclamar soluções urgentes, como sejam: o problema da luz elétrica nesta cidade, cuja precariedade é do conhecimento de todos: o problema da água na florescente vila de Uirauna, o problema do Mercado Público no próspero povoado de Poço de José de Moura e o problema da construção do Mercado e do Cemitério da povoação de Umari

Os debates que aconteceram na Câmara Municipal, eram suscitados por demandas populares, como podemos ver a partir da alocução de Laurindo. A população não foi à Câmara para participar das reuniões e assim reclamar o que deveria ser melhorado na cidade. Provavelmente devem ter recorrido ao vereador e pedido que interviesse em relação a esses melhoramentos urbanos. O que é possível perceber, é que a população mesmo que de forma quase inexistente em relação a participação nas reuniões políticas, não estavam apenas observando tudo acontecer, mas que haviam posicionamentos, já que eles também eram sujeitos desse processo em que os grupos políticos implementavam suas ações modernizadoras.

Essas negociações na Câmara e ou reivindicações da população, mostra as apropriações do espaço citadino, como foram sendo (re) significados a partir de um olhar político e médico que pensaram seus interesses políticos e econômicos sobre o público, tendo como norteadores ações e ideias fortemente marcadas por um discurso do progresso e medidas civilizatórias. (CERASOLI, 2004, p.11)

Esses decretos, medidas, leis e resoluções legislativas que se aplicaram no espaço urbano, foi estudado por Rolnik (2007, p.13) a partir do conceito de legalidade urbana, que se define como “conjunto de leis, decretos e normas urbanísticas e de construção que regulam a produção do espaço da cidade”. De acordo com Rolnik (2007, p.13):

Mais além do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que efetivamente regular a produção da cidade, a legislação urbana age como marco delimitador de fronteiras de poder. A lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos e confere aos mesmos significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiverem mais envolvidos em sua formulação. Funciona, portanto, com referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final.

As leis, resoluções e decretos legislativos interferiu no espaço e nos hábitos citadinos, criou a imagem da cidade ideal/desejada, que também estava associado a imagem da nova

política, do compromisso, dos bons serviços prestados ao povo do vale do rio do peixe. Desse modo, a lei não deve ser entendida como algo engessado capaz de sozinha moldar a cidade. A lei criou fronteiras, delimitou as zonas urbanas, porém, a cidade não foi fruto somente de sua aplicação, mas da técnica e da relação que se estabeleceu com os discursos urbanísticos e médicos da época.

A lei operou no sentido de determinar as formas da cidade, de criar novas exigências cidadinas, aos poucos foi obtendo sucesso, pois o trabalho em civilizar o habitante, demandou tempo, embora os trabalhos da “fecunda” administração pública de São João do Rio do Peixe, tenham ressoado na capital, junto ao governador do Estado a partir dos telegramas trocados, criando assim a imagem da política do “bem servir”, “do bem construir” e do “bem realizar”.

Disciplinar e vigiar a cidade era uma forma de regularizar os usos e usufrutos do espaço, mantendo assim a legalidade e a organização do perímetro urbano. Isso era também uma forma de preservar a estética que estava sendo construída da urbe e, para isso, tinha que eliminar alguns costumes. Um deles eram os usos que as pessoas faziam das feiras da cidade, a estrutura física do cemitério e mercado público também estavam provocando incômodos.

Durante a vigésima nona sessão ordinária da Câmara Municipal de São João do Rio do Peixe, às 14: 00 horas do dia 15 de dezembro do ano de 1948, o vereador José Alexandre Filho expressou sua preocupação em relação ao cemitério, mercado público e sobre a feira de frutas que acontecia fora do mercado<sup>53</sup>:

[...] as verduras ficavam expostas ao sol o dia todo, ficando as mesmas prejudiciais à saúde de qualquer pessoa que delas quisesse utilizar. Fez notar que o Sr. Prefeito devia organizar a feira de maneira que as frutas permanecessem em lugares que não penetrassem raios solares. Continuando com a palavra o dito vereador referiu-se ao cemitério desta cidade viver cercado com uma cancela, com um roçado de algodão. Disse que tal cancela deveria ser retirada e que se fizesse um portão para se ter alcanço ao mesmo sem tantas dificuldades [...] Em prosseguimento o vereador José Alexandre Filho lembrou que o Sr. Prefeito devia voltar os olhos para o mercado desta cidade e ver o quanto o mesmo está precisando de um reparo e uma limpeza. “Disse que quando uma pessoa vai fazer uma compra em certos quartos descuidando-se cai numa gruta” sendo necessário segura-lo para tira-lo do abismo.

O uso da feira pelos comerciantes representava um perigo a saúde das pessoas, com isso era preciso pedagogizar o habitante a partir de noções de organização dos espaços e de seus

---

<sup>53</sup> Primeiro Livro de Atas (1947-1950) Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro-PB (fl28f, 1948).

usos. O descuido do poder público em relação ao cemitério e mercado tornava-se atemorizante a estética urbana. A feira, o mercado público e o cemitério, eram lugares de visitação, de socialização, e que estavam necessitando de intervenções políticas por parte do prefeito. O mau uso feito desses espaços, poderiam acarretar em muitos casos de intervenções sanitárias e não somente técnicas. Desta feita, vale salientar que a reforma sugerida pela vereador foi realizada no mercado público e no cemitério que também estava mal cuidado.

Também foi posto em discussões, pautas sobre a regularização de edificações e reedificações das construções urbanas. Assim, a noção de progresso também foi traduzida por meio da arquitetura, em que a estética da cidade foi uma preocupação presente nos discursos dos políticos. Essas intervenções por parte dos legisladores, assemelhou-se ao trabalho de urbanistas, arquitetos, engenheiros, que pensaram na organização dos espaços arquiteturais a partir de melhoramentos urbanos, no qual necessitariam passar pelo crivo da técnica. Os espaços urbanos foram completamente esquadrinhados – habitações, centros comerciais, lugares dos mortos, onde gerou uma nova estrutura urbana. (LE CORBUSIER, 1971, p.14)

Desse modo, ao referir-se sobre a estrutura arquitetural pensada para a cidade de Campina Grande entre os anos de 1920-1940, Andrade (2014, p.96) disse que:

Em consonância com esta “mitologia da aparência”, a noção de “progresso” se traduzia na adoção de uma estética arquitetural que representasse novas formas de morar e de inserção as normas municipais e de controle na construção dos espaços urbanos externos, suas ruas avenidas, praças, fachadas e internos os cômodos da casa, como banheiro e cozinha.

A autora utilizou plantas dos prédios como parte de análise da arquitetura urbana de Campina Grande. Não encontrei plantas da cidade que possibilitassem perceber como estavam sendo edificados os prédios, mas o Código de Posturas, apresentou como a noção de progresso manipulava a construção dos prédios públicos e privados, uma vez que deveriam ter licença da prefeitura, caso contrário, estava sujeito a multas. Com a licença concedida, o solicitante tinha como prazo máximo de noventa dias para iniciar os serviços de edificação e trinta dias para iniciar os trabalhos previstos<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> Isso não quer dizer que o solicitante cumprisse os prazos estipulados pela prefeitura.



Já, para construções de prédios denominados como “edificações modernas”, admitia-se *croquis*<sup>55</sup> fornecido por um prático<sup>56</sup>, trazendo, porém, as dimensões gerais da obra (espessura das paredes, altura e largura da fachada, portas, janelas, etc.) Sendo assim, se iniciada as construções, viriam os serviços do muro, calçada e limpeza da área. As casas construídas na cidade, vila e povoação deveriam obedecer às normas, em que necessitariam ter pelo menos quatro metros de soleira, duas portas de 2m, 65 de altura, por 0m, 90 de largura, podendo adotar a altura de 8m,00 para as portas de armazém ou casa comercial.

Com isso, em relação as janelas, deveriam ser elevadas a uma distância de um metro da soleira, até o nível superior das portas. A soleira deveria ser elevada a 0m,10 do meio fio. As construções que formassem ângulo nas ruas, deveriam ter duas frentes, uma para cada lado. As calçadas dos prédios deveriam ser de cimento, uniformizadas no alinhamento das ruas principais da cidade.

Um dos pontos que chama atenção, é que havia uma hierarquização dos espaços, uma vez que os investimentos para estes, se davam a partir de sua localização. Nas ruas que provavelmente distanciavam-se do centro da cidade, ou seja, ruas que em sua maioria moravam pobres e prostitutas -, ruas consideradas menos importantes para os políticos, era neste caso permitido a construção das calçadas somente no tijolo, sem necessidade verificar distância do meio fio e ou cimentar.

Desse modo, nenhum prédio deveria ser ocupado ao concluir os trabalhos indispensáveis a sua ocupação. Tendo os trabalhos concluídos, a prefeitura inspecionaria os prédios, para verificar se haviam sido cumpridas as exigências legais. Havendo violação, acarretaria na interdição e multa de 100,00 a 200,00 cruzeiros.

Logo, essa multa não era aplicada em casos de construções modernas. Uma vez aprovada a planta do edifício na prefeitura, poderia o mesmo ser construído em parte ou totalmente fora das regras estabelecidas no Artigo. 23 do Código de Posturas. Essas construções consideradas modernas, provavelmente eram residências que apresentavam um estilo *deco*, onde provavelmente apenas parte dos habitantes da cidade, ou seja, os ricos, poderiam aderir.

Ao longo do século XX, esse modelo arquitetural foi presente nas cidades brasileiras e em São João do Rio do Peixe, a estética dos edifícios possuía marcas da *Art Deco*, onde é possível identificar a partir do estilo geométrico de duas portas, duas janelas com medidas

---

<sup>55</sup> Refere-se a desenho. Poderia ser um desenho com grande precisão, ou algo simples, porém as fontes não apresentam grandes detalhes de como deveriam ser os *croquis*.

<sup>56</sup> Provavelmente pessoa especializada na área de edificações – arquiteto ou engenheiro.

exatas da soleira e que provavelmente na faixa – portas, janelas e telhado possuíam desenhos geométricas a fim embelezar a edificação<sup>57</sup>.

A prefeitura por conveniência de estética em relação ao trânsito urbano, determinou a construção de calçadas e muros em todo e qualquer edifício – público ou privado. As casas residências que fossem construídas na cidade, deveriam ter os oitões livres. Os prédios em ruínas que ameaçasse desabar, deveria o proprietário reedifica-lo ou demoli-lo, sendo passível de multas. Deveriam também ter fossas e banheiros.<sup>58</sup>

Como parte das exigências cidadinas, tornou-se passível de multas e indenizações, amarrar animais nas portas e janelas das casas urbanas, em postes, gradis e em árvores da arborização cidadina. Também era proibido conservar lotes de algodão e lenha na artéria urbana, empinar papagaios, ascender fogueiras de modo a causar perigos a iluminação ou arborização pública. Sendo também impedido praticar jogos esportivos nas ruas, fora dos campos designados<sup>59</sup>.

O que salta aos olhos, é que essa postura do ano de 1954, que buscou educar o habitante, proibindo amarrar animais em alguns lugares da urbe, foi de certo modo falha, pois havia a lei que buscava civilizar o habitante, mas isso não queria dizer que essa lei fosse comprida pelo mesmo. Quando realizei entrevista com Paulo Dantas para minha monografia, (2017, p.41), o mesmo ao fazer referências as décadas de 50, 60 e 70, disse que em São João do Rio do Peixe, era comum o uso de animais como meios para locomoção, porém possuir um animal (jumento, cavalo, burro), era difícil naquele tempo.

A fala de Paulo Dantas, faz perceber que a resistências estavam presentes a partir desses usos feitos dos animais como meios de locomoção em uma cidade, no qual foi proibido a presença destes, sejam por meio de passagens pelas ruas, como amarrações nos locais – casas, postes, gradis, árvores. Muito provavelmente, os homens e bichos conviviam no espaço citadino, já que, o animal possibilitava o deslocamento do habitante da zona rural para a urbe.

Essas posturas construídas entre os anos de 1947 e 1963, mostram como a arquitetura das casas e prédios obedeciam a políticas de salubridade, que estavam aliados aos discursos técnicos, capazes de traçar e esquadrihar o interior e exterior dos edifícios, como também, as formas de usar o espaço, de habitar o público e o privado. A nova política urbana, revelava

---

<sup>57</sup> É possível perceber tal estilo em fotografias de algumas casas e edifícios comerciais. No terceiro capítulo apresento algumas fotos de edifícios que em sua faixa é possível ver o estilo *Deco*. Ver Galvão (2015)

<sup>58</sup> Livro de Registros de Leis, Resoluções e Decretos Legislativos. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro-PB (fl.63v, 1954)

<sup>59</sup> Livro de Registros de Leis, Resoluções e Decretos Legislativos. Título IV – Capítulo IV - Da estética e conveniência urbana. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro-PB (fl5f à 7v, 1954)

também a figura do engenheiro e do arquiteto que manipulava e ordenava os espaços citadinos para encaixar-se nos ideais ditos modernos (ANDRADE, 2014, p.123 - 130)<sup>60</sup>.

O prefeito José Alexandre Filho também soube usar de suas estratégias de poder, a partir da aplicabilidade de multas em caso de violação das leis. A educação urbana – como morar e habitar a cidade era gerenciado pelos regulamentos políticos, que provavelmente em muitos casos eram abusivos, onde obrigava os populares a pagar impostos e multas, como uma medida coercitiva mediante os seus maus hábitos. Esses impostos e multas, foram justificados como forma de controle econômico do município – impostos de prédios, licenças industrial e profissional, diversões públicas e descumprimento das posturas.

Como disse Araújo (2015, p. 4) “as cidades modernizadas constituir-se-iam a expressão mais representativa do progresso material e civilizatório de finais do século XIX e metade do século XX”. A modernização da cidade buscou possibilidades de expansão urbana e essas mudanças acarretaram em melhoramentos para a cidade como também no cotidiano das pessoas, que associado a concepção de progresso o impacto desenvolveu-se na vida material dos sujeitos. (ARAÚJO, 2015, p.3)

Esse processo foi desenvolvendo-se de forma singular nas cidades, e mesmo se tratando de uma cidade interiorana que estava constituindo seu corpo urbano, que tinha como “vetores: a remodelação, melhoramentos, saneamento e embelezamento”, é possível perceber que esse ideário civilizatório de comportamentos e transformações urbanas, possibilitou com que a cidade desenvolvesse seu comércio local, tornando-se um polo de atração , uma vez que contava com vários estabelecimentos comerciais, em que seus usos eram variados. Esses estabelecimentos comerciais, eram o motor que fazia o cotidiano pulsar fremente e economicamente. (ARAÚJO, 2015, p.3)

### 1.2.3 Cidade em movimento: o frenesi urbano

Como disse Lynch (1997, p.5) “potencialmente, a cidade em si é um símbolo poderoso de uma sociedade complexa. Se bem organizada em termos visuais, ela também pode ter um forte significado expressivo”. A cidade era o lugar onde acontecia uma formalidade de práticas cotidianas, onde os usos e mesmo o usufruto, que tinha como significado gozar da propriedade ,eram práticas que perpassaram por relações de força naquele espaço, onde a ordem das coisas deveriam funcionar de cima para baixo, por meio de ações empreendidas pelo executivo,

---

<sup>60</sup> Vale salientar que o documento também especifica como deveriam ser as fachadas e pinturas dos imóveis. Mas como o documento está deteriorado, não tive como utilizar tais informações no texto.

pensando sempre no progresso enquanto um desejo dominante em seus discurso ideológicos, que expressavam os interesses representados por meio das interferências urbanas e no viver. (CERTEAU, 1994, p.88)

A exaltação do urbano a partir dos novos projetos pensados para São João do Rio do Peixe, já vinham sendo pensados bem antes do tempo datado pelas fontes aqui empregadas. Em anos como, 1931, 1933, 1945, já haviam investimentos sobre o calçamento em algumas ruas da cidade, já estavam sendo desenvolvido o abastecimento de água e saneamento urbano. Havia difusora de rádio, gabinetes dentários, pertencente ao odontólogo Alberto Brizeno Milfont, duas farmácias na cidade<sup>61</sup>. Havia a farmácia - Osvaldo Cruz do farmacêutico Martinho Guedes, onde o médico Antônio Filgueira Sampaio, dava consultas, e a farmácia Santa Terezinha inaugurado no ano de 1933, do farmacêutico Rosalvo Marques Galvão<sup>62</sup>.

Como toda cidade que se inebriava com as ideias de modernidade, começou a circular na no ano de 1945 o jornal “Sombra”, escrito por Rosilda Cartaxo e Deusdeti Leitão. Segundo Galvão (2011, p.107) “O jornal era impresso em Cajazeiras com sua matéria levada diariamente por um chapeado que, a pé, viajava levando as notícias para as oficinas gráficas do senhor Abdias Morais. Este jornal circulava nas noites de quermesse da festa de fim de ano”<sup>63</sup>.

A cidade era um polo atrativo, que estava organizando seus espaços de forma a tornar-se grande. Nos anos de 1947 a 1963, a urbe contava com agências de jornais, revistas, clube de mercadores, agência de companhia de seguro, de sarleios e alfaiatarias. Essas agencias localizavam-se na sede da cidade, vilas e povoados. Tinha ateliê de confecções de roupas para senhoras e crianças, barbearias, oficinas de concerto diversos. Fábricas de farinha, de engenho de cana que funcionavam a força motriz, tração animal e madeira. Havia casas de parto, posto de higiene, uma casa de saúde<sup>64</sup>.

Tinham os espaços dos vícios e entretenimentos, como as casas de diversão, casas de bilhar na sede da cidade, vilas e povoados, botequim, cassino, cinema e teatro<sup>65</sup>. Tinha também

---

<sup>61</sup> Segundo Galvão (2015, p.276) em fins do século XIX e início do século XX, havia uma farmácia homeopática, pertencente ao sacristão Henrique Sobral

<sup>62</sup> Galvão (2011, p. 88-92) Vale salientar que o farmacêutico Martinho Gonçalves e o médico Antônio Filgueira Sampaio exerceram funções de chefe do poder executivo na cidade, inclusive no ano de 1936, Martinho Gonçalves construiu o açougue público e o mercado de frutas

<sup>63</sup> Galvão (2011) não informa por quanto tempo circulou o jornal na cidade.

<sup>64</sup> Segundo Galvão (2011, p.107-130) Em 19445 o médico e prefeito Otacílio Dantas Cartaxo iniciou as obras de construção do Posto de Higiene. Em 1961 é fundado a casa de saúde São Judas Tadeu.

<sup>65</sup> Foi no mandato do prefeito Jose Alexandre Filho que empreenderam a construção do cine teatro. Sua localização ficava entre a residência do reverendo Cônego Manoel Jacome e de dona Maria Ribeiro Maciel e o prédio da Rede e Viação Cearense e onde funcionava o Hotel São João. Livro de Registros de Leis, Resoluções e Decretos Legislativos. Lei nº 96, de 2 de dezembro de 1954. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro-PB (fl.80v, 1954)

café e padaria. Havia vários profissionais atuando na cidade, como advogado, agrimensor, arquiteto, dentistas, médico, serralheiro, ferreiro, funileiro, engraxate, coveiro, leiteiro, carreador de água, propagandista, zelador, vendedores com licença para atuar no comércio local e vendedores ambulantes.

O mercado era vasto, pois na feira era vendido, café em grão, moído, caldo de cana, gelado e sorvete. Animais, chapéus, cigarros, charutos, perfumaria, ouro, prata, louças de barro e vidro, roupas e diversos outros produtos. Haviam gêneros alimentícios à venda de quaisquer naturezas nos armazéns e casas comerciais. Na cidade tinha hotel, pensões e restaurantes. Tinha também alugueis de carroças, charretes, motocicletas e bicicletas<sup>66</sup>.

Toda essa diversidade, leva a pensar o pulsar cotidiano, como também as confrontações que o ambiente citadino impunha aos sujeitos. Cidades também podem ser campos de conflitos. Provavelmente e como já mencionei, esse cotidiano era vigiado e controlado por fiscais, que averiguavam os estabelecimentos e as mercadorias expostas à venda.

Assim, formularam-se regras de convívio a luz das novas exigências urbanas. Para criar a cidade sedutora, o espaço de fascinação a ser contemplado pelos legisladores, foi preciso ter a ideia de progresso enquanto espelho para uma nação moderna e civilizada, que aliados a medicina, a cidade tornou-se a porta de entrada para um novo mundo, para o homem moderno, pedagogizado, higiênico e produtivo. O novo homem citadino: são-joanense.

---

<sup>66</sup>Livro de Registros de Leis, Resoluções e Decretos Legislativos. Lei nº 62, 16 de dezembro de 1953 designa o dia de sábado para ser dia fechado no comércio da sede do município Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro-PB (fl.55f, 1953)

## CAPÍTULO II

### MORTE LEGISLADA E MEDICALIZADA: OUTRAS FORMAS DE BEM MORRER

Exigências urbanas: o progresso da morte

Segundo Pesavento (1995, p. 281) o advento do capitalismo impôs a “questão urbana”, uma vez que o Estado passou a exigir como disse a autora, um “*modus vivend*, normalizador do viver em cidade”. Os problemas da cidade que vieram à tona com a “questão urbana” passaram a ser envolvidos por discursos científicos e políticos que se detiveram sobre os melhoramentos por meio de reformas.

Os discursos médicos, higienistas, políticos, jurídicos, atrelados ao Estado, articularam-se dentro da lógica da moral, civilização e progresso, em que buscaram assim, compor e eufonizar as cidades, por meio de intervenções técnicas, uma vez que estavam interessados em disciplinar a urbe e seus habitantes – vivos e mortos. (PESAVENTO, 1994, p.9)

Essas novas exigências urbanas, acompanhadas por seus discursos de medicalização e higienização da cidade e do habitante, chegaram ao Brasil por meio de um modelo europeu que buscou transformar alguns dos antigos costumes fúnebres. Ao se referir sobre a medicalização da morte na Bahia durante o século XIX, Reis (1991) mostrou como as teses miasmáticas que circularam nas cidades, predominaram entre os discursos médicos, principalmente e a partir das escolas de medicina. Segundo Reis (1991, p, 248):

Eles tinham se formado sob influência do racionalismo iluminista, encarando a história como progresso, um movimento de distanciamento em relação à barbárie e à superstição, rumo à civilização e ao predomínio do pensamento racional. [...] A França representava um espelho de civilização e progresso.

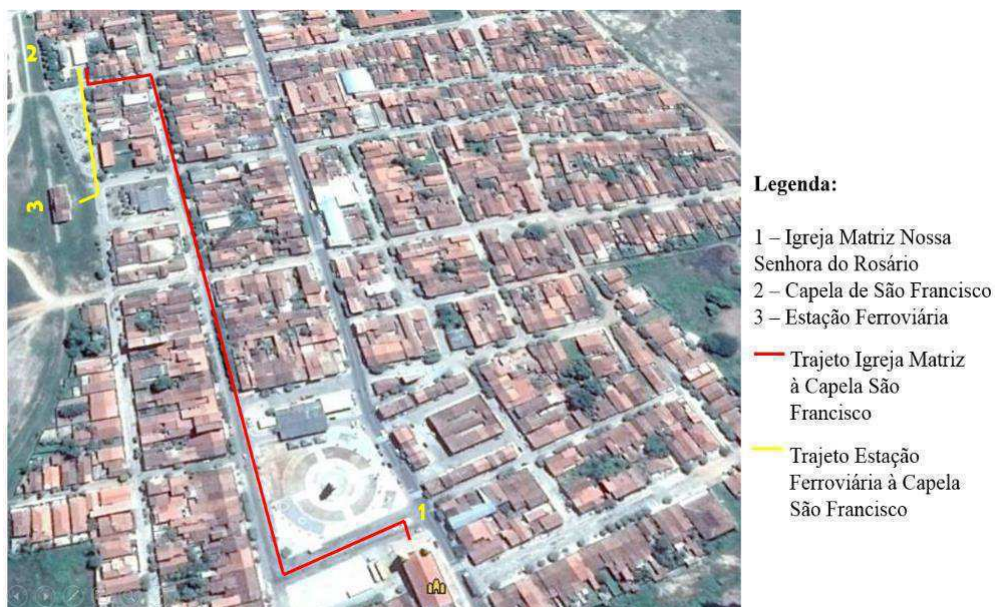
Essas questões miasmáticas que invadiram as cidades demandaram intervenções. Uma das iniciativas se deu no campo da morte e, a medicina se encarregou de sua função profilática, sanando os perigos urbanos, eliminando os miasmas (PESAVENTO, 1994, p.10). As questões sociais nas cidades eram várias, e o morto estava inserido no *hall* dessas demandas, pois, ele era uma ameaça à ordem, aos desejos de progresso. Ele era potencialmente perigoso.

Ao fazer um trabalho sobre os pobres na cidade de Porto Alegre, segunda metade do século XIX e início dos anos vinte, Pesavento (1994) disse ser os pobres os protagonistas da questão social. Tomando os estudos da autora de empréstimo, acredito que em São João do Rio do Peixe, os mortos foram os protagonistas dos problemas urbanos, uma vez que o processo de “urbanização” do que viria a ser a cidade, começou por retirá-los da igreja para o cemitério extramuros, no ano de 1864.

Já, no ano de 1932, os mortos foram expulsos pela segunda vez do espaço considerado urbano, onde o Cemitério Jerusalém foi posto abaixo para em seu lugar construir uma ermida e os falecidos mais uma vez foram deslocados para fora da cidade, para o Cemitério público Nossa Senhora da Consolação<sup>67</sup>.

O mapa abaixo não data do período aqui discutido, mas ajudara o leitor a localizar os espaços: a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, a Estação Ferroviária e a Capela de São Francisco, onde antes ficava situado o Cemitério Jerusalém. Assim, pode-se ter uma dimensão da distância entre os lugares.

**Imagem 02:** Mapa – Localização Igreja do Rosário ao Cemitério Jerusalém



Fonte: Sousa (2017, p.158)

<sup>67</sup> O cemitério Jerusalém foi posto abaixo devido a chegada a passagem do trem pela cidade, onde foi construído a estação ferroviária próximo ao lugar em que localizava-se o Cemitério Jerusalém.

O primeiro passo foi diminuir a aproximação dos mortos em relação aos vivos, transferindo durante o século XIX, os falecidos para longe do espaço urbano, para os cemitérios públicos. As medidas médicas higienistas foram gradativamente afirmando-se, onde a convivência entre vivos e mortos tornaram-se questões de políticas preventivas, contra as enfermidades, que para São João do Rio do Peixe, uma dessas enfermidades que levou à retirada dos mortos da igreja para o cemitério, foi o medo da epidemia de cólera-morbo. (RODRIGUES, 2014, p. 283)

As propostas médico – higiênicas gradativamente alertaram para o perigo das doenças e da presença dos mortos no cotidiano dos vivos. O século XIX, foi o século onde se começou as problematizações sobre a cidade, uma vez que, as epidemias e principalmente com o reaparecimento da cólera, teve-se um investimento maior nos centros urbanos, que aliados a técnica visaram higienizar e modernizar. As questões urbanas tonaram-se mais presentes como palco de problematizações e intervenções de médicos, políticos, arquitetos e engenheiros, na busca pela cidade ideal, para assim, formar homens saudáveis, moralizados e produtivos. (BRESCIANI, 1991, p. 10-11)

Essas exigências morais e higiênicas impuseram como diz Pesavento (1995, p.282) a “necessidade de ‘ser’ e ‘parecer’ moderno”. Nesse sentido, busco pensar a cidade enquanto espaço que estava se transformando por meio da técnica e das questões sanitárias, no qual as novas exigências urbanas, lançaram um ideal de cidade e de cidadãos. A cidade aos poucos foi sendo organizada a produzir novas sensibilidades a partir das teorias higienistas.

O urbanismo como ciência, institucionalizou - se no início do século XX, que amparada em termos da biologia, buscou explicitar suas análises e técnicas de ação. A cidade foi considerada um organismo vivo. O emprego de metáforas vinculadas a urbe passou a ser aplicada no repertório dos urbanistas. A cidade como organismo tinha seus sistemas circulatórios, artérias e as células. Os discursos técnicos sobre as cidades passaram a empregar essas metáforas. Um exemplo disso, era o emprego da palavra artéria para se referir às ruas<sup>68</sup>. Todos os sistemas precisavam estar em perfeita articulação, e, como um organismo estava sujeito as patologias que precisaram ser combatidas. (GUNN; CORREIA. 2001, p. 229-233-236)

Os miasmas provocaram o crescimento desordenado de doenças, uma vez que gerou medo nas pessoas. Com isso, a partir de 1862, foi declarado em São João do Rio do Peixe, o combate aos miasmas, pois foi necessário que medidas profiláticas esquadrihasse o espaço

---

<sup>68</sup> Em uma das passagens da Ata Municipal, os políticos se referem as ruas utilizando o termo artéria. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira, Antenor Navarro-PB. (fl.75, 1954)



que na época era considerado cidadão. Essas primeiras medidas acionadas no ano de 1862, se deu quando os mortos foram retirados da Igreja para o Cemitério Jerusalém. A transferência foi empreendida pelos padres Joaquim Theophilo da Guerra e José Gonçalves Dantas, que na época também exerciam funções para além de religiosas, como padres, eles também atuaram no combate as doenças e, onde também aplicaram os sacramentos para cura corporal<sup>69</sup>.

Ao se referir sobre a medicina social da França, Foucault (1979, p.86) mostrou que a medicina urbana surgiu com os medos urbanos vivenciados devido as epidemias. Esses medos que atravessaram a vida cidadina se caracterizaram por meio do crescimento populacional, doenças, cemitérios com seus amontoamentos dos mortos, (FOUCAULT, 1979, p.87)

Assim, ao relacionar cidade, morte, modernidade, encontrei nos escritos de Foucault (1979, p.80), uma forma de entender que “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo”. Logo, as estratégias médicas - biopolíticas foram aplicadas como forma de controle ao que provocava ameaças. Como diz Foucault (1979, p. 84), “o médico passou a assumir responsabilidades sobre determinados lugares onde exercia seu saber. A função médica foi normalizada, era um funcionário do governo”.

Em relação ao Brasil oitocentistas, Reis (1991) mostrou a saga médica na Bahia do século XIX em relação a medicalização da morte e consequente mudanças de hábitos atrasados, no qual era exigido posturas consideradas higiênicas. Sial (2007, p.22 - 109) também apresentou a mudança dos enterramentos da igreja para o cemitério do Recife, e os discursos higienistas que operacionalizaram em nome do progresso, onde buscaram abolir a “morte barroca”, uma vez que, as questões postas pelas medidas de higiene no Recife, também procuraram controlar os velórios e consequentemente os rituais de morte.

Para São João do Rio do Peixe, em relação ao século XIX não temos muitas informações sobre as práticas médicas desenvolvidas em busca de sanear os espaços e o habitante, mas como já percebido, no século XX, pode-se perceber a participação da polícia de cidade e atuação do Posto de Higiene Local no combate as doenças, talvez por se tratar de uma cidade do sertão, algumas coisas pudessem chegar de uma forma mais lenta, mas que isso não implica dizer que a cidade de São João do Rio do Peixe estivesse em uma redoma, pois, provavelmente tenha recebido influências de outras cidades que também passaram por mudanças. Acredito também, que provavelmente, São João do Rio do Peixe, possa ter recebido influencias hígdas da capital

---

<sup>69</sup> Ver Sousa (2017, p.50)

João Pessoa, já que o médico Antônio Mariz que era um dos delegados de saúde, atuava em São João do Rio do Peixe, prestando consultas a população.

No século XIX a cidade de João Pessoa, contava com uma precária polícia de cidade, que se desenvolveu por meio da Inspetoria de Higiene, que segundo Soares Júnior (2011, p.14) “ fora criada em 1839, porém devido à falta de apoio do governo provincial, não possuía um funcionamento adequado”. Conforme Soares Júnior (2011, p.46) é possível entender que a Inspetoria deveria atuar da seguinte maneira;

Dentre as atribuições de serviços que deveriam ser prestados pela Inspetoria de Hygiene, estava o estudo de questões de saúde pública, o saneamento das habitações, a adoção de medidas para combater as moléstias que assolavam homens e mulheres, a distribuição de socorros públicos à população local, a conscientização e aplicação da vacina contra a varíola, a realização e visitas de inspeção nas escolas, oficinas, fábricas, hospitais, manicômios, prisões, quartéis, asilos, estabelecimentos de caridade, lojas, farmácias, dentre outras. Ainda lhe competia a fiscalização dos alimentos e bebidas, desde a sua fabricação até seu consumo, bem como influir diretamente na salubridade pública não apenas na capital, mas em todas as vilas e estado, fiscalizar os trabalhos de utilidade pública, como cemitérios, feiras e a abatedouros, e, por fim, organizar a estatística demógrafo-sanitária [...]

No século XX atuando no combate as doenças na capital, tinha-se o Instituto Vacinogênico criado em 1913, contra a varíola, tinha também o Dispensatório de tuberculose no ano de 1920 e em 1917 e 1918 tinha a Comissão de Saneamento e *Prophylaxia Rural*. Em 1923 a Comissão de Saneamento e *Prophylaxia Rural e Doenças Venéreas* também se tornaram atuantes na cidade de Campina Grande, combatendo a malária e a sífilis. A Fundação Rockefeller no ano de 1926, no combate à febre amarela (AGRA, 2007, p.5).

Vale ressaltar que mesmo Soares Júnior (2011, p.43) mencionando que médicos durante o século XIX fossem raros na Paraíba, percebe-se que havia uma preocupação com a higienização da cidade e controle dos corpos, uma vez que, essa tarefa foi intensificada ao longo do século XX. Soares Júnior (2011, p.62) mostrou que a busca por uma sociedade pólida, possibilitou a criação de delegacias de *hygiene* em João Pessoa. A funcionalidade dessas delegacias delimitava-se em fiscalizar o público e o privado. Mesmo o serviço de *Hygiene* sendo algo ainda primitivo como diz Soares Júnior (2011, p.49), “para Campina Grande foi nomeado o Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo, para a cidade de Sousa, o Dr. Antônio Marques da Silva Mariz e para cuidar dos negócios da higiene em Guarabira, o Dr. Luiz Galdino de Sales”.

A capital e os municípios, ganharam aliados no combate as doenças e educação dos corpos, uma vez que esses médicos encarregaram-se da vigilância sanitária, onde só em

momentos de crise os problemas seriam reportados as autoridades políticas e também médicas na capital, uma vez que na capital elaborava-se as normas e o nos municípios realizava-se as determinações. (SOARES JÚNIOR, 2011, p.49)<sup>70</sup>.

A estrutura urbana, ou que se apresentava como urbano no século XIX e início do século XX, passou a estabelecer um modelo de sociedade que deveria ser benfazeja. O movimento de medicalização da morte não se restringiu somente a medidas adotadas durante o oitocentos, o espaço da doença e as ideias híidas foram muito presentes em São João do Rio do Peixe durante o século XX.

#### “Não se morre mais como antes”: a medicalização da morte

Em seu livro *Tabu da Morte*, José Carlos Rodrigues (2006, p.163), mencionou que: “no curso das últimas décadas do século XX, todavia, nós presenciamos uma verdadeira revolução das práticas funerárias e dos pensamentos e sentimentos a elas associados”. Embora eu concorde com o autor, onde o mesmo mencionou sobre alguns padrões ter entrado em decadência, há algo que salta aos olhos, pois mesmo a morte tendo sofrido um processo de medicalização, em que os rituais passaram por um procedimento de assepsia, nem tudo deixou de existir. O tradicional, os velhos costumes resistiram e ainda resistem a nova morte: a morte medicalizada.

Mesmo acontecendo uma transformação fúnebre ao longo do século XX, a morte permaneceu e ainda permanece como um fator de comoção, onde se exprime nos detalhes dos seus rituais. Falo isso a partir do meu recorte espacial – São João do Rio do Peixe, cidade interiorana que aos poucos também ganhou outras concepções sobre o bem morrer. Mesmo com o processo de urbanização da cidade, com a medicalização e legislação da morte, velhos costumes como o enterro em rede, cortejo fúnebre pelas ruas, velórios na casa do morto, vigília para o moribundo não morrer sozinho e o costume de beber o defunto, foram presentes e alguns ainda são na cidade e na zona rural de São João do Rio do Peixe até hoje<sup>71</sup>.

---

<sup>70</sup> Mesmo com uma higiene que se forma na capital, com delegacias de higiene no sertão da Paraíba, sabemos das dificuldades em relação a busca pela cura no século XIX e início do século XX. A cura para as doenças nem sempre eram buscadas nas receitas médicas, pois se na capital médicos eram poucos, imagine no sertão. A cura era buscada em remédios naturais (garrafadas), em rezas. A cura também era com as rezaderias. Em relação a busca pela cura nos anos vinte em São João do Rio do Peixe, ver Sousa (2017)

<sup>71</sup> Em São João do Rio do Peixe beber o morto acontece em dois momentos: o primeiro momento acontece na vigília fúnebre. Aqueles que conseguirem tresnoitar para poder vigiar o morto, é servido bebidas quentes para assim as pessoas permanecerem por mais tempo. Já o segundo momento, acontece depois do sepultamento, onde enterrado o defunto, a família se reúne em um bar local e todos bebem bebidas quentes, pondo assim um fim nos rituais de passagem.

O século XX promoveu a ocultação do cadáver, sua invisibilização. O moribundo passou da casa para o hospital. Sua expulsão para o hospital possibilitou o desenvolvimento das ideologias da higiene, onde colocou o nosocômio como o lugar onde se deveria morrer, onde protegia o doente e a sociedade da publicização da morte. A morte transformou-se em um fenômeno técnico, os pacientes a números, e o médico tornou-se um “Deus” que passou a gerenciar os doentes. (RODRIGUES, 2006, p.167)

Morria-se cada vez menos em casa com o auxílio da Igreja Católica. “A boa morte” conforme Ariès (2012) (1982), Reis (1991) e Rodrigues (2005) que por muito tempo foi sinônimo de assistência religiosa da igreja, feita de testamentos, preparando-se para o fim despedindo-se dos amigos, familiares e acertando as contas com Deus, sepultando-se no interior das igrejas foi aos poucos desaparecendo. Antes, era a Igreja que ocupava a cabeceira do moribundo, onde desenvolvia a medicalização da alma através da assistência religiosa por meio dos sacramentos, para que o morto pudesse fazer uma boa passagem. Já, o século XX, retirou esse poder da igreja que passou a disputar o moribundo/ morto com o hospital: os médicos.

As novas ideias sobre a morte durante o século XX, rompeu com alguns padrões fúnebres em uso durante o século XIX, no qual foi citado no parágrafo anterior. Não se aprendia a morrer mais com Igreja assim como era no oitocentos, mas com o hospital, no qual passou a ser o local da morte, da cura, onde os indivíduos doentes foram deslocados para lá para morrer em paz. A morte passou a ser enquadrada na disciplina hospitalar: uma morte serena e solitária. Assim como a Igreja, o hospital e sua equipe médica, fez da morte um exercício de aprendizagem.

Em São João do Rio do Peixe, não encontrei nada que prove que a ingerência eclesiástica em relação aos mortos e o morrer tivesse sido questionada durante o século XIX e começo do século XX. Essas questões relativas a morte e o morrer, eram próprias de uma época, como bem apresento em meu trabalho de monografia sobre a busca pelo bem morrer em São João do Rio do Peixe durante segunda metade do século XIX e primeira do século XX. (RODRIGUES, 2014.p,283).

O meu trabalho de monografia apresentou como no século XIX e XX, a Igreja Católica tinha o controle sobre a morte e o morto. Ao analisar três livros de óbitos que se encontram na secretária da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, percebi que muitos dos mortos, que eram adultos, crianças, escravos e livres recorreram assistência fúnebre católica (sacramentos da extrema- unção, confissão, absolvição, encomendação da alma e missa de corpo presente), como também tiveram uma preocupação em partir com hábitos fúnebres dos seus santos de devoção, de cor branco, preto, azul, vermelho e fardas militares.

Os registros datam de 1862 até 1907. Vale salientar que mesmo com o cartório de registro civil na cidade que também atuava na realização dos óbitos desde 1889, os padres tiveram a posse do último momento, acompanhando o moribundo em sua passagem para o além-túmulo até 1907. A retirada dos óbitos das mãos dos padres, representou uma investida do Estado contra a Igreja, que ao separar-se, o Estado passou a reclamar o controle dos mortos para ele. Essa investida retirou todas as cláusulas religiosas dos registros de óbito e a predominância da Igreja na hora da morte. (RODRIGUES, 2005, p.233)

Também precisei recorrer a História Oral, onde pude perceber mais detalhes desse cotidiano fúnebre e entendi através das falas dos meus colaboradores que mesmo se tratando das décadas de 40, 50, 60 e 70 do século XX, costumes como já citados anteriormente existiam e resistiam frente aos novos padrões de “bem morrer”. A morte era pública, onde a comunidade participava de todos os momentos, ou seja, do momento da primeira agonia em que o moribundo se recolhia em seu quarto esperando a morte chegar até seu sepultamento e missas pós morte.

A morte moderna – hígida, despertou outros interesses não apenas de médicos e dos padres, mas de políticos, que tinham a morte e os mortos como pautas para uma cidade mais limpa, asséptica e urbanizada. A morte era alvo de transformações no âmbito político na disputa por poder.

Medicalizar a morte, conferiu a cidade ares de moderna. O Código de Posturas apresentou alguns problemas que precisaram ser corrigidos na cidade e das várias posturas apresentadas durante os anos de 1951 a 1963, a Lei nº 11, de 17 de agosto de 1948, Título III – Parte Especial. Artigo. 43 – Dá estética a conveniência urbana. Capítulo I, onde as disposições preliminares, apresentaram algumas restrições do que não era permitido em relação a morte<sup>72</sup>:

- a- A condução de cadáveres, mesmo de criança em ataúde aberto
- b- A entrada no perímetro urbano de redes com cadáver
- 1- O encarregado do cadáver fara deter a rede em qualquer ponto suburbano providenciando a aquisição do ataúde
- 2- Tratando de pessoas indigentes deve o encarregado dirigir-se à prefeitura, que fornecera o ataúde para devido transporte do cadáver.
- 3- O infrator que seja ou não parente do morto, será imposto a multa de Att 50, 00 a Att 100,00. E ainda sob pena de multa de Att 50,00 a Att 200,00
- 4- A entrada de crianças com menos de oito anos de idade nos cemitérios.

---

<sup>72</sup> Livro de Leis e Resoluções e Decretos Legislativos (1951-1963) Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira, Antenor Navarro-PB. (fl.7, 1948)

A preocupação das autoridades medico/políticos com a ameaça dos mortos à saúde dos vivos, possibilitou novas concepções diante da morte, no qual deveria ser medicalizada: moderna. Modernizar a morte, transformá-la, também era uma forma de conseguir votos, era uma forma de civilizar os costumes, de moldar o corpo urbano e sobretudo, os habitantes.

Os legisladores acionaram mecanismos disciplinares de poder, onde por meio de leis, de forma a legislar a morte, lançaram um tipo de discurso, onde foi possível perceber por meio do Código de Posturas, que ser moderno, tornou-se sinônimo de progresso, visto que a doença e a morte não teriam espaço em uma cidade que se pretendia hígida.

Com uma nova demanda que chegava a cidade, a morte também sofreu interferências, uma vez que a morte tendo sido legislada e medicalizada, o “o bem morrer” ganhou outros significados. Na citação acima, extraída do Código de Posturas, foi possível perceber uma série de restrições/mudanças diante do momento final. Os mortos foram afastados de maneira asséptica da cidade, sendo proibido conduzir ataúdes abertos, ou até mesmo entrar no perímetro urbano carregando o defunto em redes, como é possível ver nas medidas estabelecidas para a conveniência urbana.

Pelo que foi observado, talvez tivessem distinções uma morte infantil e uma morte de um adulto, já que as posturas são claras, onde mesmo o morto sendo uma criança, estava proibido sua entrada na cidade em ataúde aberto.

Com o advento da modernização e higienização da urbe, o enterro em rede tornou-se algo ameaçador e por isso, terminantemente ficou proibido o desfile dos mortos pelas ruas da cidade em rede<sup>73</sup>. Assim, a ponte Dom Moisés Coêlho que ficava e ainda fica na entrada da cidade, era o marco divisor entre o velho e o novo, entre o rural e o urbano, o atraso e progresso. A partir das entrevistas realizadas com moradores da cidade e zona rural de São João do Rio do Peixe, foi possível identificar que a fala de Paulo Dantas de Oliveira, vai de encontro ao que foi Posto no Código de Posturas da cidade.

Para melhor entender como se davam essas práticas de enterro em rede, utilizo aqui parte de um relato do senhor Paulo Dantas - (2017, p.122) que disse o seguinte:

Quando chegava ali na entrada da rua, ai já tinha o caixão aqui da prefeitura lá do cemitero, caixão que pesa uns quarenta quilo a cinquenta quilo. Ai pegava o defunto e butava dentro do caixão.

---

<sup>73</sup> A rede era carregada na grade de carregar defunto. A grade era composta por quatro paus que transpassados um por cima do outro dava o aspecto de grade e assim, possibilitava dependurar a rede e transportar o cadáver até o cemitério. Ver Sousa (2017)

Desse modo, a grade de carregar defunto era abandonada nas proximidades da ponte e o morto era transferido para o ataúde, mais conhecido como caixão das almas, doado pela prefeitura. Assim, estando o morto em ataúde fechado, seguiam em cortejo fúnebre a pé pelas ruas da cidade, até o cemitério Nossa Senhora da Consolação que ficava no final da cidade e, que ao longo dos anos com o crescimento da urbe, o cemitério mais uma vez passou a fazer parte do cenário urbano. O morto era depositado na cova e o caixão era devolvido à prefeitura.

Sendo assim, acredito que mesmo com o processo de civilizar os costumes diante da morte, de medicaliza-la, talvez executar as leis no espaço citadino tenha sido a tarefa mais difícil, pois os hábitos levaram tempo para serem transformados. As lembranças dos entrevistados em relação ao enterro em rede passeiam pelos anos de 1970, uma vez que as leis do Código de Posturas já tinham sido lançadas para a cidade, visando organização e pedagogização do habitante.

A partir das fontes escritas, como das falas dos moradores locais, foi perceptível uma distância entre o que de fato era feito na cidade por parte dos moradores e a lei, uma distância entre o que era posto em lei e o que era realizado. Não desacredito que inflexibilidades tenham ocorrido diante o último adeus, já que ao ser parte do processo de modernização, os habitantes talvez, não estivessem absortos a tais mudanças, podendo ter havido resistências diante o processo de medicalização dos rituais de morte.

Logo, os médicos e os legisladores eram os consumidores, como também propagadores da morte moderna, que adquiriu novos sentidos. Assim, essas medidas médicas, produziram uma “revolução” fúnebre nas formas de morrer em São João do Rio do Peixe durante o século XX, uma vez que o trabalho que era realizado pela igreja na hora do momento final, o médico que passou a exercê-lo.

#### O lugar da cura: morrendo em paz com o hospital

Com o processo econômico, político e social da cidade, exigiu-se outras formas de melhorais urbanas, onde pudesse haver maneiras de regulamentar e disciplinar o habitante, de forma a ser evitada a proliferação de doenças. A casa que por muito tempo foi o lugar da morte e onde cuidava-se dos doentes, passou por um processo de higienização, em que os doentes foram realocados para os hospitais, uma vez que em suma maioria entravam doentes em busca da cura e saíam defuntos. O hospital tornou-se então, o lugar da “boa morte”.

Em São João do Rio do Peixe o serviço de higiene pública em atuação na cidade que consta no Código de Posturas, era o Posto de Higiene Local, que segundo Galvão (2011, p.107-130) em 1945 o médico e prefeito Otacílio Dantas Cartaxo iniciou as obras de construção do Posto de Higiene.

**Imagem 03:** Posto Hospitalar de Saúde (1960)



**Fonte:** Galvão (2015, p.279)

Esta é uma imagem da fachada do Posto de Higiene Local, que estava localizado na rua Tabelião José Candido Siqueira Dantas. O posto de higiene atuava na cidade com os serviços de fiscalização, medicalização e policiamento urbano, tendo sido construído na década de 40<sup>74</sup>.

Em São João do Rio do Peixe, assim como em outras localidades, o exercício curativo, era realizado por homeopatas: rezadeiras, raizeiros, parteiras e curandeiros. Segundo Galvão (2015, p.279) do que se tem registro sobre um profissional formado em medicina na cidade, “[...] ocorreu em por volta de 1907. Tratava-se do médico Antônio Marques Mariz de Sousa, da cidade de Sousa”. Antônio Marques Mariz de Sousa, como já mencionado, foi um dos delegados de saúde, onde foi responsável por acompanhar e fiscalizar os casos de doenças no sertão da Paraíba<sup>75</sup>.

<sup>74</sup> Vale salientar que no século XIX havia um lugar que cuidava dos doentes em São João do Rio do Peixe, chamado de Domicílio Paterno. Essas informações estão presentes em meu trabalho de monografia - (2017, p. 32). As informações foram extraídas a partir dos registros de óbitos, onde consta a presença desse domicílio no ano de 1884.

<sup>75</sup> Ver Soares Júnior (2011, p.49).



Sendo assim, outros profissionais da saúde também se fizeram presentes na cidade atuando nas áreas da saúde, como o farmacêutico Martinho, formado pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, e que também exerceu funções políticas na cidade, onde assumiu o cargo de prefeito entre os anos de 1935 a 1937, e em 1940. Martinho Gonçalves Silva implantou sua farmácia em 1924. Já, em 1933, o farmacêutico Rosalvo Marques Galvão também formado na mesma faculdade, instalou outra farmácia em São João do Rio do Peixe. (GALVÃO, 2015, p.279)

Esses profissionais da saúde, segundo Galvão (2015, p.279) “eram responsáveis por ambulatórios, prescrição e substituição de medicamentos, e atendimentos em domicílio, práticas que, depois de perdurarem paralelamente ao trabalho dos médicos, deixaram de ser exercidas”. Esses profissionais, buscaram criar o novo homem - receitado, vacinado, medicalizado: “o homem higiênico”.

Assim, as farmácias também eram usadas como posto de consultas, onde as pessoas buscavam não só pelo farmacêutico, mas também o médico. Na farmácia de Martinho Gonçalves, o Dr. Antônio Filgueira Sampaio, formado em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, clinicava. Já, o Dr. Batista Leite, formado no Rio de Janeiro, realizava consultas na farmácia de Rosalvo Galvão. Com isso, no ano de 1937, chegou a São João do Rio do Peixe, o pediatra Dr. João Isidro Pereira, formado pela Faculdade de Medicina do Recife, permaneceu realizando consultas na cidade até o ano de 1949, quando foi residir em Cajazeiras, para assumir a chefia do Posto de Higiene. (GALVÃO, 2015, p.279).

Como mencionado por Galvão (2015, p.279) muitas pessoas iam de São João do Rio do Peixe até a cidade de Cajazeiras em busca de médicos, já que somente no ano de 1961 foi fundado pelo médico Mário Dantas Formiga Maciel a primeira Casa de Saúde na cidade de São João do Rio do Peixe – Casa de Saúde São Judas Tadeu, que era uma unidade particular e, que foi desativada em 1997. O Dr. Mário Formiga Maciel, era formado pela Faculdade de Medicina da Paraíba, trabalhava na especialidade de clínico, cirurgia e ginecologia. Assim, mesmo com todas essas especificidades do médico, acredito que nem todos puderam buscar ajuda médica na casa de saúde, pois, por se tratar de uma unidade particular, provavelmente os mais pobres tenham continuado a buscar ajuda médica em outras cidades, em unidades de atendimento médico pública.

Assim, outra casa de saúde também foi erguida na cidade no ano de 1962 e desativada em 2012. A Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima, criada pelo médico José Dantas Pinheiro, formado pela Faculdade de Medicina da Paraíba, que também foi médico chefe do Posto de

Higiene Local. A Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima, localizava-se próxima à Estação Ferroviária, na Rua Adriano Brocos. (GALVÃO, 2015, p.279- 281).

Nesse sentido, no ano de 1950 foi enviado um ofício ao prefeito para aprovar um projeto de lei, em que abria crédito especial de um milhão de cruzeiros, destinado a custear às despesas com a construção do Hospital Municipal da cidade. No ano de 1951, foi que o projeto de construção do nosocômio teve início<sup>76</sup>. As fontes não dão detalhes sobre o projeto de lei, nem de quando as obras do hospital foram concluídas, mas segundo Galvão (2015, p.282) a inauguração do hospital aconteceu no ano de 1978.

**Imagem 04:** Hospital Capitão João Dantas Rothéa (1978)



**Fonte:** Galvão (2015, p.282)

Essas fotos foram tiradas durante o dia. Não sei se foram tiradas para publicizar a obra e sua edificação em algum jornal local, ou se foi uma foto amadora. A foto da esquerda apresenta o Hospital ainda em construção, já a foto da direita, apresenta a obra em sua conclusão, onde é possível ver uma ambulância próximo do nosocômio.

O Hospital chegou como o lugar da nova morte – a morte moderna. Como mencionou Ariès (1982, p.638), “o hospital já não é, pois, apenas um lugar onde se cura e onde se morre por causa de um fracasso terapêutico; é o lugar da morte normal, prevista e aceita pelo pessoal médico”. O hospital era o lugar da morte medicalizada, onde morria-se em paz.

Como diz Foucault (1979, p. 109) “a estrutura espacial do hospital é um meio sobre o doente. [...] o espaço hospitalar é medicado em sua função e em seus efeitos”. O hospital é um espaço disciplinar de medicalização e controle sobre os corpos. Ele era um dos aliados na luta contra a doença, sendo um dos marcos de inserção para a morte moderna.

<sup>76</sup> Segundo Livro de Atas (1950-1951) Casa Raimundo Gomes Pereira. Antenor Navarro-PB. (flv .6, 1951). Não tenho detalhes do projeto de lei.

Nesse espaço hospitalar de “cura” que o médico começou a apropriar-se da morte, onde segundo Maranhão (1985, p.12) “o padre só é chamado a cabeceira do leito do moribundo, quando este já perdeu a consciência ou quando está definitivamente morto”. Logo, foram os médicos e sua equipe que ensinaram e ensinam a morrer, a deixar o momento derradeiro “leve”.

Com o desenvolvimento do capitalismo e institucionalização do saber médico, a terapêutica hospitalar estava e está a todo momento a lutar contra a morte. Segundo Rodrigues (2006, p. 140) “desde o final do século XVIII, o interesse da equipe médica, deslocou do doente para a doença, onde o indivíduo foi transformado em um caso, portador de um rótulo patológico”.

O paciente tornou-se então um caso, um doente, um ser improdutivo. Os cuidados desempenhados pela equipe hospitalar junto com a indústria farmacêutica, vendeu e vende a tão sonhada cura, que vem por meio de comprimidos, exames, furadas de agulha, visitas meramente técnicas para acompanhar a evolução ou regressão do paciente. O hospital é o lugar da morte solitária, pois os médicos não se envolvem com seus pacientes. (MARANHÃO, 1985, p.14)

Ao surgir como um marco da modernização e medicalização da morte, acredito que houve grandes investimentos políticos, econômicos advindos de setores públicos e privados que almejavam para a cidade a edificação do hospital e, assim como disse Rezende (1997, p.45) “a modernização era, portanto, uma tarefa urgente, mas ao mesmo tempo complexa, exigia mão de obra especializada e grandes investimentos”. Com isso, mesmo se tratando de uma cidade pequena do sertão da Paraíba, onde se tinha entre os anos de 1947-1970, um ideal de cidade que deveria ser projetada sob os efeitos dos discursos do progresso, acredito que essa mão de obra especializada não se restringiu apenas ao hospital como campo da ação médica, pois no ano de 1960, de acordo com a Lei nº 205, de 30 de junho, foi aberto crédito especial para a construção de um ambulatório médico na vila do Poço, onde foi destinado 120,000 cruzeiros para a edificação do mesmo<sup>77</sup>. Além disso foi requerido pelo Vereador Valentim Gonçalves Dantas da Silva a construção de um necrotério na vila de Uiraúna. O projeto foi aprovado, mas nunca foi efetivado<sup>78</sup>.

Dessa forma, se o hospital e as casas de saúde, chegaram como uma forma de controle e cura da doença a luz da ciência médica, vale a pena salientar alguns pontos específicos do meu trabalho monográfico (2017, p.89). Ao discernir sobre a cura em São João

---

<sup>77</sup> Sétimo Livro de Atas (1960-1961) Casa Raimundo Gomes Pereira. Antenor Navarro-PB. (flv .61, 1960)

<sup>78</sup> Primeiro Livro de Atas (1947-1951), Casa Raimundo Gomes Pereira. Antenor Navarro-PB. (flv .15, 1947)

do Rio do Peixe no mesmo período aqui analisado, percebi a presença de poucos médicos na cidade, uma vez que, meus colaboradores chegaram a mencionar sobre não haver instituições para cuidar dos doentes, pois geralmente quando alguém adoecia ficava em casa, cuidando-se com remédios caseiros, pois a consulta era algo caro<sup>79</sup>.

Uma forma com menos custos era recorrer ao farmacêutico local - Rosalvo Marques Galvão, quando os remédios naturais não faziam o efeito esperado da cura. Se o caso fosse mais grave e precisassem de um médico, buscava-se assistência médica em outras cidades, como Cajazeiras e Sousa<sup>80</sup>. Em uma das falas de Margarida presentes em minha monografia (2017, p.91), é perceptível que era difícil ter acesso a um médico. Minha colaboradora fez menção a um acontecimento que ocorreu nas décadas de 60, com um parente seu. A mesma disse que seu tio cometeu suicídio, onde o mesmo, munido de uma faca, chegou a cortar a própria barriga. Tendo feito isso, a família precisou buscar um médico na cidade de Cajazeiras, pois não havia médico em São João do Rio do Peixe. Na época, não havia transporte e, foram buscar o profissional a cavalo. Devido à distância, quando o médico chegou a residência do seu tio, o ferimento já havia infeccionado e o mesmo acabou falecendo.

Pôr a zona rural localizar-se longe da cidade, muitas vezes quando adoecia alguém acabava morrendo por falta de assistência, como o tio de Margarida. Provavelmente com a edificação do hospital na cidade, acredito que alguns desses problemas podem ter sido amenizados.

O hospital buscou exercer monopólio sobre a vida e a morte. A partir de serviços laboratoriais, farmacêuticos, o tempo da morte poderia e pode ser prolongado. O moribundo foi mantido sob efeitos de remédios, de forma a aliviar os sofrimentos. Dele foi ocultada a morte pela equipe médica. Os regulamentos atuais, as novas exigências urbanas, construiu o hospital como o lugar da “boa morte”. (ARIÈS, 1982, .639)

Mesmo com esses novos lugares para cuidar dos doentes e da morte como apontados nos documentos da Câmara Municipal, vale salientar que também existiam e resistiam as casas de parto na cidade, onde atuavam os profissionais não diplomados.

Já, em relação aos registros de médicos e outros profissionais da saúde diplomados, pude encontrar nas Atas Municipais poucos atuando na cidade: José Isidro de Almeida, Osvaldo Bezerra Cascudo, José Dantas Pinheiro, Rosalvo Marques Galvão e Alberto Brizeno Milfont.

---

<sup>79</sup> Entrevista realizada com Francisco de Sousa, dia 11-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB

<sup>80</sup> Entrevista realizada com Paulo Dantas de Oliveira dia 05-10-2016 e com Francisco de Sousa, dia 11-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB

Provavelmente pode ter havido outros médicos na cidade que não estavam envolvidos em funções também políticas e que pudessem atuar no combate as doenças.

Em relação a higiene e a saúde dos habitantes no Brasil Republicano, Oliveira (2003, p.19) disse que os interesses dos médicos sanitaristas, encontraram apoio no Estado- higienista, pois:

A partir de 1920, o governo federal passou a intervir mais intensamente nos Estados da Federação em termos de saneamento, através da instauração de políticas nacionais de saúde pública, combatendo doenças como a febre amarela, lepra, sífilis, impaludismo e tuberculose. A medicina social colocava-se como veículo de modernização brasileira, propondo-se a modificar os hábitos tradicionais vistos como inadequados a uma nação que se pretendia capitalista e civilizada penetrando no espaço doméstico das famílias – tanto pobres quanto os ricos (vacinando, medicando, prescrevendo e impondo-lhes regras de higiene.

Essa medicina urbana como discute Foucault (1979) tinha seu olhar atento para qualquer indício de proliferação de doenças. Essas regras de higiene vistas acima, também fizeram parte do processo de higienização em São João do Rio do Peixe, já que alguns casos de epidemias foram citados pelos vereadores, como no ano de 1961 que teve um caso de uma epidemia descrita como desconhecida no distrito de Triunfo<sup>81</sup>.

Ainda, o vereador José Alexandre Filho se fez portador de um requerimento verbal para que fosse enviado ao departamento de saúde pública por intermédio do prefeito um telegrama solicitando o envio de vacinas contra difteria<sup>82</sup> para a cidade, pois a urbe estava sendo assolada, uma vez que estavam morrendo muitas crianças pobres sem serem medicalizadas<sup>83</sup>.

A implementação de fossas e esgotos era algo que estava caminhando a passos lentos. A falta destes, aliado a má higiene pessoal poderiam levar a surtos de diarreias. Também as aglomerações de pessoas poderiam acarretar surtos epidêmicos. As políticas públicas que visavam o controle da proliferação de doenças, pretendia construir uma sociedade saneada, asseada, com cidadãos receitados e vacinados.

---

<sup>81</sup> Sétimo Livro de Atas (1960-1961) Casa Raimundo Gomes Pereira. Antenor Navarro-PB. (1961, flv .31)

<sup>82</sup> A difteria é uma doença provocada por uma bactéria que atinge principalmente as vias respiratórias. O que chamou atenção, é que durante o século XIX, muitas crianças morreram por causa de uma doença descrita nos livros de óbitos como garrotinho, que também atingia principalmente as vias respiratórias, provocando infecções na laringe. (<http://saude.gov.br/saude-de-a-z/difteria>)

<sup>83</sup> Primeiro Livro de Atas (1947-1951), Casa Raimundo Gomes Pereira. Antenor Navarro-PB. (1949, fl. 33)

A vacinação era uma forma de controlar a proliferação de doenças, e que também deveriam estar aliados a práticas de boa higiene. Visando a boa higiene da cidade, os poderes legislativo e médico invadiram casas, derrubaram edifícios que aparentavam ameaçar a saúde das pessoas, expulsaram pobres e prostitutas dos centros urbanos, recolheram os doentes para o hospital e afastaram os mortos para fora da urbe. Esses discursos civilizatórios, buscaram criar uma nova sociedade a luz da cientificidade médica. (AGRA, 2007, p. 5)

Por meio dos escritos de Soares Júnior (2011) percebemos que na capital, assim como nas cidades interioranas como em São João do Rio do Peixe, começou a se proliferar uma educação hígida que ao longo do século XX foi sendo desenvolvida por meio de leis, assim como também pelos almanaques de farmácia que eram produzidos no Rio de Janeiro e distribuído pelo farmacêutico químico Rosalvo Galvão na cidade.

Rosalvo distribuiu em sua farmácia os almanaques “Guaraina” e “Capivarol”. Esses almanaques possuem um conteúdo bem específico sobre a cura. A propaganda da cura se dava por meio de medicamentos que poderiam deixar as pessoas saudáveis e fortes, com os fortificantes e, até curar pessoas que estivessem com sífilis. Era uma verdadeira propaganda de medicamentos, onde colocava em evidencia as especialidades farmacêuticos e os discursos sobre a saúde e a doença.

Essas instâncias pedagógicas presentes na cidade de São João do Rio do Peixe, buscaram criar esse homem ideal para “uma sociedade perfeitamente governada”. O corpo tornou-se alvo de uma pedagogia vigilante, um caso a ser tratado, onde a ideia de uma consciência sanitária já transitava pelos becos e vielas da cidade.

A rigor, esses agentes sanitários não apenas implantaram modelos europeus de salubridade e medicalização urbanas, mas também traçaram, inventariaram os lugares a partir de pressões higienistas, dos usos e saberes técnicos que possibilitaram que novas instâncias ganhassem foro privilegiado para sanear e assear “os anormais”.

Como diz Rodrigues (2006, p.174) “as instituições médicas se transformaram em instrumentos de controle social, apropriando-se da tarefa de administrar à saúde e a vida dos indivíduos”. O raciocínio médico conquistou espaço juntamente com o Estado, onde o viver e o morrer foram alvos do projeto de medicalização e pedagogização. Novos costumes fúnebres foram impostos, pois era uma forma de acomodar os diversos interesses em jogo e que fez do hospital o lugar do “bem morrer”.

## 2.2. Novas cidades: a secularização do cemitério

A retirada dos mortos do meio social dos vivos foi uma das grandes transformações urbanísticas ocorridas no Brasil durante o século XIX. Como forma de civilizar os costumes, os mortos precisaram ser retirados do interior das igrejas, para então ocupar os cemitérios extramuros – fora das cidades. Em São João do Rio do Peixe-PB, o primeiro cemitério – Cemitério Jerusalém teve suas primeiras obras no ano de 1850, por medo da epidemia da cólera, os padres Joaquim Theophilo da Guerra e José Gonçalves Dantas como já mencionados, empreenderam essas obras e somente em 1862 aconteceu a retirada dos mortos da igreja para o cemitério<sup>84</sup>.

Os cemitérios foram criados como forma de substituir os enterros nas igrejas, uma vez que essa ideia de limpeza e saneamento, denotou uma organização e embelezamento do espaço urbano com a preocupação de civiliza-los. (REIS, 1991, p.276).

O cemitério era um lugar portador de diferenciação social, uma vez que sua criação envolveu medidas higienistas e ações políticas. Os cemitérios foram construídos fora das cidades, em lugares altos, onde os ventos não soprassem para a urbe que em seu redor era revestido por árvores, no qual pudessem fazer um trabalho de purificação. Essas transformações fúnebres tiveram seu início desde o século XIX em todo o Brasil, uma vez que foi ao longo do século XX que os discurso higienistas tornaram-se mais presentes e significativos na cidade de São João do Rio do Peixe.

Esse plano de sanear, de legislar e medicalizar a morte, teve por trás várias pressões e resistências, uma vez que esse raciocínio médico se expandiu por todos os espaços sociais. (CYMBALISTA,2002, p.45). Essa conjuntura sanitária que esquadrinhou o espaço da morte, percebendo-a como suja, separando vivos e mortos, levou a secularização dos cemitérios, uma vez que os mesmos passaram a ser administrados pelas Câmaras Municipais.

Os cemitérios secularizados foram construídos a partir da concepção da urbanística moderna. Divididos por alamedas, travessas, muros altos e um portão de ferro na entrada, deixava bem claro a separação entre a cidade dos vivos e dos mortos. (BORGES, 2014, p. 355)

Como parte de um plano de saneamento médico e político, o cemitério foi alvo de incômodos entre os legisladores, sendo um dos assuntos mais discutidos na Câmara Municipal. A necrópole incomodou por ser um lugar perigoso e para uma sociedade que se pretendia moderna, e estava criando um modelo de cidade ideal, o campo-santo precisou se adequar as ordens do moderno, pois a cidade até poderia ser para todos, mas com restrições.

---

<sup>84</sup> Ver Sousa (2017, p.51)

**Imagem 05:** Cemitério Nossa Senhora da Consolação - 1952

Fonte: Galvão (2015, p.55)

Essa foto ajudará ao leitor a visualizar o Cemitério Nossa Senhora da Consolação, que foi construído no ano de 1932 pelo prefeito Natércio Maia. Essa foto foi tirada no ano de 1952, isso implica dizer, que ao longo dos anos, o campo santo, sofreu algumas modificações em sua estrutura interna e externa. O Cemitério Nossa Senhora da Consolação, localiza-se na rua Vidal de Negreiro.

No ano de 1947, em uma das sessões realizadas na Câmara Municipal, o vereador José Alexandre Filho apresentou alguns aspectos de como encontrava-se o cemitério público da cidade. Em apelo ao prefeito, o vereador pediu para que organizassem o campo-santo, pois o mesmo vivia cercado por uma cancela e ao redor, tinha um roçado de algodão. Para o vereador, o cemitério deveria ter um portão e ser melhor administrado. A necrópole encontrava-se em pleno abandono, de acordo com o vereador, o mato estava tomando de conta das sepulturas, “afeiando” os túmulos. Também sua murada estava toda deteriorada<sup>85</sup>.

Mesmo a cidade contando com linha férrea, iluminação elétrica e água potável em alguns lugares, comércio do algodão, estabelecimentos comerciais, fossas, diques, esgotos, o cemitério ainda não estava de acordo com as exigências urbanas. Além de estar deteriorado, o campo santo possuía uma forma geográfica constituída por um modelo horizontal. Era um típico cemitério tradicional, que não havia um modelo de organização por quadriculas, ou seja, por alamedas- ruas<sup>86</sup>.

---

<sup>85</sup> Primeiro Livro de Atas (1947-1951). Ata da 5ª Sessão. Casa Raimundo Gomes Pereira. Antenor Navarro-PB. (1947, fl .28)

<sup>86</sup> Vale salientar que o cemitério Nossa Senhora da Consolação, em sua parte mais antiga, preservar o modelo sem alamedas. Apenas na parte nova do cemitério a organização se dá por alamedas.



A necrópole foi edificada no terreno de Francisco Antunes, provavelmente algum empresário da cidade. O que é possível perceber é que os investimentos na cidade também se davam por parte de um pequeno grupo possuidores de terras e dinheiro. Os poderes públicos, médicos e privados investiram na cidade, e por isso, o vereador José Joaquim Duarte, disse que em relação ao que foi colocado pelo seu colega José Alexandre Filho, o prefeito ficava impossibilitado de tomar providências, pois, sendo o terreno propriedade privada, não teria como impedir o senhor Antunes de plantar ao redor do campo-santo. Descontente com as colocações do colega, o vereador José Alexandre Filho disse que se não resolvessem o problema do cemitério, ele iria procurar apoio do Governo do Estado, do Departamento de Saúde Pública e até da Presidência da República, se preciso fosse<sup>87</sup>.

O campo-santo não estava compactuando com o novo modelo de cidade que estava surgindo entre os anos de 1947-1963. Mesmo diante da velocidade do moderno, Rezende (1997, p.58) diz que “no Recife na década de vinte, a força da tradição e das dificuldades sociais, econômicas impedem que a modernidade tivesse a excitação e a velocidade das capitais europeias”. Como podemos perceber, em São João do Rio do Peixe, as dificuldades sociais e econômicas também impediam a excitação e velocidade da modernidade.

Nesse sentido, no ano de 1950, outro pedido foi feito ao prefeito municipal. Em forma de requerimento, novamente o vereador José Alexandre Filho fez um apelo para que fosse colocado um portão de ferro no cemitério público, como também fizessem sua reconstrução, rebocando e caiando todas as paredes internas e externas daquela necrópole<sup>88</sup>.

Assim, quando se tornou prefeito da cidade, José Alexandre Filho, mandou construir a entrada do cemitério em alvenaria, onde mandou instalar o portão que tanto solicitou por meio de seus requerimentos, pois é possível observar isso na imagem 05. Mesmo com uma fileira de árvores na parte externa do cemitério que ainda se encontrava sem calçamento, é possível analisar através da imagem, muito mato por trás das árvores. (GALVÃO, 2015, p.55)

Com as teorias higienistas, a ideia de salubridade era muito forte nas cidades brasileiras ao longo do oitocentos e século XX, como podemos acompanhar em Reis (1991), Cymbalista (2001), Pesavento (1994) e Marins (1998). Esses discursos serviram como impulsionadores para (re) construir, assear os cemitérios e enquadrá-los nos moldes da nova “ordem do moderno”. Entre os anos de 1947 a 1963, percebemos que alguns cemitérios estavam sendo

---

<sup>87</sup> Primeiro Livro de Atas (1947-1951). Ata da 5ª Sessão. Casa Raimundo Gomes Pereira. Antenor Navarro-PB. (1947, fl .35)

<sup>88</sup> . Segundo Livro de Atas (1950-1951). Casa Raimundo Gomes Pereira. Antenor Navarro-PB. (1950, fl .13)

construídos e outros sendo reformados. Apresento aqui um mapeamento dos cemitérios que foram realizados as (re) construções e o ano que foi efetivado as interferências.

**Tabela I: Cemitérios**

<b>Cemitério/localização</b>	<b>Serviços</b>	<b>Ano</b>
<b>Antenor Navarro</b>	Reconstrução	1951
<b>Umari</b>	Reconstrução	1951
<b>Umari</b>	Reconstrução	1954
<b>Barra do Juá</b>	Acabamento	1955
<b>Poço</b>	Reconstrução	1954
<b>Gravatá</b>	Construção	1956

**Fonte:** Livros de Atas (1947-1960) – Livros de Leis e Resoluções (1951- 1963). Casa Raimundo Gomes Pereira. Antenor Navarro-PB.

Essas novas formas de pensar o urbano, através de leis, decretos, emendas, resoluções, e normas, definiram e legitimaram o espaço citadino, por meio de medidas de “controle e ordenação”. Essas políticas públicas destinadas a urbe e os habitantes, gestaram noções de civilidade como parte das exigências urbanas. Então, construir, reconstruir e fazer acabamentos nos cemitérios, eram antes de tudo, intervenções que regulamentaram os saberes higienista com finalidades normativas, disciplinares de criar uma nova ordem urbanística. (CERASOLI, 2004, p.111-137)

Todas essas interferências, fizeram parte de uma questão urbana que delineou as demandas cidadinas. Quando Bresciani (1991, p.11) se referiu a primeira porta da cidade, ela disse que sendo a técnica um instrumento de modificação do meio, a ideia sanitária trouxe concepções físicas e morais, buscou então, atingir a mente, a formação moral a partir da modificação do ambiente. Então, o sanitárissimo passou a ter uma função de civilizar.

Uma projeção de um cemitério que serviria a mortos e vivos, deveria ser antes de tudo secularizado. Os discursos da salubridade serviram como elementos impulsionadores de segregação cemiterial. Se nos enterramentos dentro das igrejas haviam uma separação entre ricos e pobres, no cemitério essa divisão aconteceu mediante causa mortis<sup>89</sup>.

<sup>89</sup> Em São João do Rio do Peixe, os sepultamentos no interior da igreja também possuíram seus modelos de hierarquização. Os mortos que eram sepultados antes das grades que separavam a capela-*mor* da nave, geralmente era os mais ricos e os que se sepultavam na nave central, eram os mais pobres. (ABREU, 2015, p. 210) (SOUSA,

O prefeito designou um espaço dentro do cemitério, apresentado como “lugar extraordinário” para o sepultamento de cadáveres de pessoas vitimadas por moléstias infectocontagiosas. No tocante as prioridades a serem feitas no cemitério, que deveria responder as necessidades higiênicas, além de dividir os mortos pela gravidade da doença, de acordo com o Artigo. 68 do Código de Posturas, ficaram sujeitos à demolição as catacumbas e outros monumentos que estivessem abandonados e se não encontrasse seu respectivo dono<sup>90</sup>.

Ao abordar a construção dos cemitérios em São Paulo no oitocentos, Cymbalista (2001, p.48) apresentou como foi se construindo essa conjuntura higiênica, já que a cobrança pelos novos costumes civilizados, em que se deu a criação dos cemitérios, possibilitou a consolidação de novas atitudes fúnebres. Então, para possuir um lugarzinho no cemitério, foi preciso antes de tudo, pagar uma taxa a prefeitura.

Em relação a cobrança dessas taxas, o vereador José Alexandre Filho sugeriu a partir de uma emenda, durante a 5º plenária da Câmara Municipal, que fossem dispensados qualquer pagamento de taxas ou impostos para abertura de sepulturas nos cemitérios da municipalidade. Colocando-se contra a emenda, o vereador Joaquim Duarte, disse ser as cobranças obrigatórias, sendo que o dinheiro foi uma forma de arcar com as despesas do cemitério<sup>91</sup>.

A proposta de emenda do vereador José Alexandre Filho foi rejeitada pela Câmara, mas ficou dispensados as cobranças em casos comprovados de miserabilidade por parte do defunto, sendo que estes seriam inumados em sepulturas rasas. Se considerado indigente, não seria cobrado taxas para o sepultamento<sup>92</sup>. Em São Paulo, durante o século XIX, essa também foi uma das prioridades em relação aos sepultamentos dos miseráveis, pois de acordo com Cymbalista (2001, p.63) “tornou-se obrigatório apresentar um local para sepultar indigentes custeados pelo Estado”.

Os cemitérios deveriam sepultar todos independente da condição social e ou patogênica. Sendo que, as inumações ou exumações no campo-santo da cidade e povoações, eram fornecidas através de um fiscal pago pela prefeitura, para fiscalizar assuntos referentes sobre o pagamento dos serviços, sendo necessário apresentação do registro de óbito<sup>93</sup>. Em relação as

---

2017, p.56 ). Segundo Ariès (1989, p. 37) isso configura o sepultamentos *ad sanctus*, que uma forma encontrada para assegurar a proteção do mártir (dos santos).

<sup>90</sup> Livro de Leis e Resoluções e Decretos Legislativos (1951-1963) - Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira, Antenor Navarro (1951, fl10)

<sup>91</sup> Primeiro Livro de Atas (1947-1951). Ata da 5º Sessão. Casa Raimundo Gomes Pereira. Antenor Navarro-PB. (1949, fl .11)

<sup>92</sup> Primeiro Livro de Atas (1947-1951). Artigo 41. Casa Raimundo Gomes Pereira. Antenor Navarro-PB. (1949, fl.22)

<sup>93</sup> Livro de Leis e Resoluções e Decretos Legislativos (1951-1963) - Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira, Antenor Navarro (1951, fl10)

licenças para os sepultamentos, o Artigo.69 do Primeiro Livro de Atas, diz que as licenças estabelecidas para a construção de carneiros e mausoléus, que não versassem sobre arrendamentos perpétuos, teriam vigências por dez anos<sup>94</sup>.

O Artigo. 69 do Primeiro Livro de Óbitos, me fez lembrar de um trecho da fala de Margarida em meu trabalho de monografia - (2017, p.58), Margarida disse que as sepulturas eram compradas a prefeitura, sendo que, aqueles que não possuísem dinheiro para comprar, estabeleciam um acordo com o prefeito, ou seja, fazia um tipo de empréstimo por no máximo dois anos, se a família não conseguisse comprar o espaço, outro morto seria sepultado no mesmo lugar.

No entanto, as taxas serviam para reformas, acabamentos limpeza do cemitério. O campo santo possuía zeladores, que atuavam no serviço de abertura fechamento de covas, conservação e zelo da necrópole. Vale salientar, que também haviam os coveiros, responsáveis pelas exumações e inumações dos cadáveres<sup>95</sup>. Nesse sentido, em relação as taxas cobradas para o sepultar os mortos, entre os anos de 1947-1963, vejamos à tabela:

**Tabela II:** Taxas de sepultamento

<b>Receita do Cemitério</b>	
<b>Cemitério da Sede</b>	
Sepultura rasa para adulto	10,00
Idem para crianças	5,00
Idem em túmulo	20,00
Para construir carneiros, catacumbas, por metro quadrado	20,00
Arrendamento perpetuo por metro quadrado	200,00
<b>Cemitérios das Vilas e Povoados</b>	
Sepulturas rasa para adulto	8,00
Idem para crianças	5,00
Idem em túmulo	10,00

<sup>94</sup> Primeiro Livro de Atas (1947-1951). Artigo 41. Casa Raimundo Gomes Pereira. Antenor Navarro-PB. (1950, fl.11)

<sup>95</sup> . Livro de Leis e Resoluções e Decretos Legislativos (1951-1963) - Artigo 73. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira, Antenor Navarro (1951, flv10)

Para construir carneiros, catacumbas por metro quadrado	[ilegível]
Arrendamento perpetuo por [ilegível] quadrado [ilegível]	[ilegível]

**Fonte:** Livros de Leis e Resoluções (1951- 1963). Casa Raimundo Gomes Pereira. Antenor Navarro-PB.

Ao longo do século XIX era comum no Brasil os sepultamentos nas igrejas serem realizados no chão, em cova rasa. Com isso, o espaço da morte, ganhou ao longo dos oitocentos novas divisões, uma delas foi o aparecimento dos carneiros, que bem como citou Reis (1991, p.178) “representavam um outro mecanismo de estratificação espacial da morte”. Como é perceptível através da tabela, estes tipos de sepultura continuaram presente nos cemitérios no século XX em São João do Rio do Peixe.

Em relação ao tipo de sepultura chamada de carneiro, Reis (1991, p.178) disse que eles redefiniram o lugar dos defuntos nos espaços sagrados e a relação neste espaço entre vivos e mortos<sup>96</sup>. Por não ter contato com a terra, os carneiros eram considerados sepulturas privilegiadas, onde destinava-se aos mortos de uma certa classe mais abastada, assim como as sepulturas perpétuas. No Brasil oitocentista, esse tipo de sepultura eterna, era reservado apenas à elite, pois “os verdadeiramente poderosos iam ocupar jazigos perpétuos”. (REIS, 1991, p.180-181 -182).

A escolha do local do sepultamento diz muito sobre o morto. No entanto havia uma estratificação nos cemitérios, pois ser enterrado em cova rasa era um sinal de que o defunto era pobre. Em cova rasa também se sepultaram os indigentes e que provavelmente era o “lugar extraordinário” citado pelo prefeito, no qual deveria ser afastado dos outros mortos. Para pobres e indigentes eram reservados as covas rasas e lugares diferenciados dentro do cemitério. Sepultura perpétua e carneiros para os mais abastados. Já os mortos de doenças epidêmicas, sepultavam-se longe de todos os outros.

É importante atentarmos para o fato de que mesmo havendo preocupações com as questões urbanas a partir de obras de melhoramentos, uma vez que isso era uma característica importante para regulamentar as ações dos legisladores na cidade, vale salientar que o pensamento oitocentista em relação à morte ainda era presente na cidade dita moderna.

<sup>96</sup> Segundo Reis (1991, p.179) carneiro vem do latim *Carnium*, depósito de carne.

Assim, como o hospital, posto de higiene, casas de saúde, ambulatórios e necrotério, o cemitério também surgiu como uma questão política e higienista. São espaços que se construíram na cidade a partir de aspirações modernizadoras, de crescimento e grandeza do urbano, que aliados a outros signos do moderno compuseram a urbe ideal. “As ordens do moderno”, foram construídas a partir de exigências de salubridade, e o cemitério como um lugar perigoso a partir de visões higienistas, precisou ser um ambiente ventilado, sem imundices ou circulação de miasmas (CORBIN, 1987, p.125)

Mesmo expulsos das igrejas, os mortos passaram a ocupar seu lugar dentro do organismo urbano. Ainda que as aspirações higienistas buscassem dar formas a cidade, colocando assim o cemitério bem longe dos centros urbanos, vale salientar que com a expansão urbana, a cidade foi de encontro ao cemitério e os mortos não se tornaram mais um problema, pois passaram a ser parte fundamental das soluções urbanistas, já que passaram a ter sua própria cidade, dentro da cidade – a cidade dos mortos. (CYMBALISTA, 2002 p.81)

Com a modernização dos cemitérios, aos poucos ele foi se enchendo de túmulos individuais: familiares. Os túmulos individuais, passaram a mapear a história de cada morto, mostrando também mudanças nas sensibilidades fúnebres. Com o processo de modernização da morte e o aparecimento das fotografias, não somente as fotos fúnebres, dos velórios marcaram esse momento derradeiro, mas também começou a aparecer fotografias do morto, onde eles estavam sepultados. As fotografias retratam momentos do morto em vida, mostrando quanto saudável e jovem ele era. (RODRIGUES, 2013, p.13).

Em relação aos túmulos presentes no Cemitério Nossa Senhora da Consolação, apresento aqui quatro destes. As fotos estão presentes no livro de Galvão (2015), que provavelmente selecionou os epitáfios de parte da elite de São João do Rio do Peixe.

**Imagem 06:** Mausoléu -1942

**Imagem 07:** Mausoléu - 1936



Fonte: Galvão (2015, p.57)

Muitas das sepulturas privadas hoje no cemitério Nossa Senhora da Consolação, assemelham-se um pouco com uma pequena capela. Como disse Rodrigues (2013, p.12) esses túmulos “remetem a ideia de abrigo, de proteção e de conservação do corpo[...]”. O túmulo é antes de tudo um monumento, que também comunica, passa uma mensagem. Segundo Rodrigues (2013, p.12):

No decorrer deste processo o ataúde poderá vir a conter encaixados um ou dois e mesmo mais caixões interiores. Estes no final conterão um “corpo”, não um cadáver. Analogamente, as sepulturas não serão mais com corpos colocados quase diretamente no chão, pouca distância separando um morto do outro, como eram os medievais: distantes umas das outras, serão espaçosamente construídas com as pedras mais resistentes, tendo as paredes interiores forradas com cimento ou com outros materiais isolantes.

Essas medidas de isolar com cimento, onde o morto passou a não ter mais o contato direto com a terra, foram adotados como forma de controle da salubridade, da não proliferação de miasmas deletérios. Mesmo sendo um espaço reservado a morte, os campos santos, aos poucos foram tornando-se espaços onde desapareceram referências a morte, muitos deles foram pensados para os vivos, com lanchonetes, gramado, assemelhando-se a parques. (RODRIGUES, 2013, p.14)

De acordo com Galvão (2015, p. 57), o mausoléu da imagem 06 foi construído em 1942. Já, o mausoléu da imagem 07, foi o primeiro túmulo construído ao lado esquerdo da entrada do Cemitério Nossa Senhora da Consolação, ainda no ano de 1936. Essas fotografias são dos túmulos que se localizam na parte antiga do campo santo. A monumentalidade dos túmulos expressa claros sinais da religião e fé católica. A medida que os mortos foram retirados das igrejas, seus familiares deslocaram para o cemitério suas cargas religiosas, por isso na sua grande maioria os túmulos apresentam uma espécie de altar, algo que pode fazer referência ao *alta mor* da igreja.

O túmulo da imagem 07, foi construído em primeiro plano na horizontal, onde é possível perceber algumas inscrições que provavelmente deve ser algo sobre o falecido. Em segundo plano, a construção se deu de forma vertical, algo que se assemelha a uma capela, com o pequeno espaço para ascender velas e com uma cruz latina em seu topo. Já, o túmulo da imagem 06, assemelha-se a uma capela, como também mostra uma proximidade entre espaço da religião e o espaço doméstico da casa. Ele possui muretas de proteção, como também gradis. O mausoléu possui alguns elementos geométricos que contemplam sua estética. Também a inscrições sobre o morto na parede na parte externa e em seu interior.

As cruzes postas no topo de cada túmulo aparentam ser de madeira (imagem 09), ferro (imagem 06) e concreto (imagens 07-08). São cruzes latinas (imagens 07, 08 e 09), elas estão postas em cima de algo que assemelha a um degrau. As cruzes latinas foram inspiradas no calvário e crucificação de Jesus Cristo. Já na imagem (06), a cruz é trevolada, diferenciando-se das demais por seus aspectos geométricos<sup>97</sup>. (SANTOS, 2011, p.236)

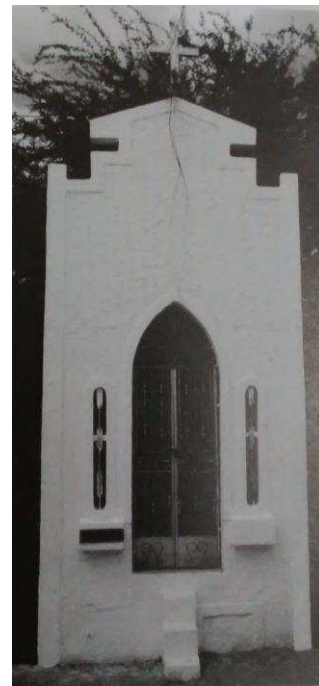
**Imagem 08:** Mausoléu -1950

**Imagem 09:** Mausoléu - 1940

---

<sup>97</sup> [https://www.ecclesia.com.br/biblioteca/miscellaneous/cruz\\_suas\\_formas\\_e\\_seus\\_significados.html](https://www.ecclesia.com.br/biblioteca/miscellaneous/cruz_suas_formas_e_seus_significados.html)





**Fonte:** Galvão (2015, p.56-57)

Segundo Santos (2011, p.229), “os túmulos, com seus epitáfios, estátuas, fotografias, e os demais símbolos presentes nos cemitérios se constituem em lembrança, em rememoração de uma vida e de seus atos. Uma lembrança que não é exclusiva do defunto, mas que se transformou em uma memória coletiva”. Dessa forma, cada família buscou possuir seus túmulos, protegê-los para neles construir sua genealogia, com inscrições e nomes gravados em placas ou cruzes que marcaram suas famílias como detentoras daquele espaço.

Erguidos em 1950 e 1940, estes túmulos também apresentam traços, como diz Cymbalista (2002: 87), “da sacralização cristã do espaço”. O túmulo é, antes de tudo, um monumento que também comunica, passa uma mensagem. O mausoléu da imagem 09 apresenta características mais simples, mas que também se aproxima de uma capela. Já, o mausoléu da imagem 08, assim como o túmulo da imagem 07, assemelham-se a um obelisco.

Ao fundo das imagens 06 e 08, é possível observar outros túmulos com características mais simples, mas que carregam em sua arquitetura traços do cristianismo, também com uma pequena cruz em seu topo e que também se assemelham a um obelisco. Os túmulos possuem características verticalizadas. Essa mesma característica foi também analisada por Cymbalista (2002, p. 86) que diz que “são túmulos que buscam os céus, em forma de torres e obeliscos”.

Essas transformações urbanas perpassadas pelos ideais do progresso, possibilitou uma reeducação dos sentidos na cidade, produziu-se novas sensibilidades, onde o cemitério passou

a tomar um papel no cotidiano dos vivos. Tornando-se mais uma vez parte da cidade, o cemitério possibilitou que vivos e mortos pudessem conviver novamente, pois era e ainda é no cemitério que acontece o espetáculo póstumo. O momento final, da despedida. Do último adeus.

### 2.3. O último adeus ainda permaneceu tradicional

Na zona rural de São João do Rio do Peixe, no Sítio Baixio dos Gilas, em sua casa, teve os primeiros sintomas do que posteriormente à morte ceifou. No dia 29 de junho do ano de 2017, ao meio dia de uma tarde quente como as lágrimas que banharam o meu rosto, ele partiu. Aos 98 anos, adoeceu em uma segunda feira, mais ou menos às 21:00h de um anoitecer silencioso, onde foi possível escutar seus gritos de socorro.

Mesmo tendo uma idade já avançada, ainda gozava parcialmente de sua razão. Atacado por uma forte dor em seu peito, viu a vida passar depressa e, achou que um chá resolveria sua agonia. Achou que clamar para Deus, Nossa Senhora, lhe daria sua cura, reconstruiria sua saúde do qual tanto se orgulhava, pois, para ele, isso era um atestado de força e virilidade masculina.

Por intensas que fossem as dores que sofreu, não deixou um instante sua lucidez. Ele não pediu os últimos sacramentos como antes era feito em momento de morte. Tomou a atitude serena de cristão, invocando seu Deus e os santos, no qual acreditava em sua proteção. Talvez ele soubesse que estava próximo de comparecer diante de Deus e por isso pediu tanto para deixa-lo morrer em sua casa.

Ele, deixou para trás a longa teia de histórias, sua casa, os móveis, as ranhuras nas paredes do seu quarto, sua cadeira preferida onde passava seu dia sentado nela, enquanto apreciava a vida singela e pacata da zona rural. A xícara na pia com um chá de boldo, denunciava que seus filhos ainda tinha tentado amenizar a dor por meio do chá. O tempo reduzido a um único pensamento, ao destino que nem quer: a morte.

Foram momentos de agonia, desespero e também de impotência. À família não obedeceu sua vontade de morrer em casa e assim acionaram de imediato o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), no qual foi levado para o Hospital Dr. José de Souza Maciel, na cidade de Cajazeiras-PB. Chegando lá, foi internado, medicalizado e não curado. Ele foi levado para o hospital para morrer bem, pois, se no nosocômio não proporcionasse a ele a cura, proporcionaria uma “boa morte”.

Conforme Ariès (1982, p. 638), “a morte no hospital é, ao mesmo tempo consequência do progresso das técnicas médicas de abrandamento do sofrimento, e da impossibilidade material de aplica-las em casa, de acordo com os regulamentos atuais”. Medicado, ele sempre

aparentava passividade. As vezes pedia para ir para casa, mas logo o confortavam dizendo que logo, logo ele iria ser liberado.

A todo momento, foi ocultado do meu avô, a gravidade de sua doença, a proximidade com a morte. Segundo Rodrigues (2013, p.16) morrer tornou-se menos familiar, já que “a família se transformou: foi ficando menos comum que os doentes encontrem em casa alguém que eles se dediquem”. Assim, tornou-se mais fácil colocar idosos e doentes em ambientes assépticos e, por isso, a transferência dos doentes, ou seja, o deslocamento da morte para o hospital. Meu avô, morreu sem nenhuma assistência da igreja na hora do fim, sem nenhuma vela a iluminar sua passagem. Ninguém falou em seu ouvido as últimas palavras. Ninguém fechou seus olhos, para que ao fazer a passagem, pudesse abri-los para o novo lugar onde seu espírito iria.

Eu fechei os olhos dele, segurei em sua mão e entendi que à morte não é tão desumana como pensamos. Cruel é o que fazem tentando evitá-la. Desumana é a doença que definha, que transforma o corpo em um objeto de análise médica. Mesmo estando cheio de manchas roxas, com seu corpo todo retorcido em cima de uma cama, coberta por lençóis verde claro, aquela era o significado de “boa morte”. Como disse Maranhão (1985, p.13) “o hospital impõe, e contrapartida, aos moribundos uma agonia muitas vezes mais penosa que a vivida em casa. Ele possibilita o prolongamento da vida dos doentes pelo maior tempo possível, mas não os ajuda a morrer”.

Em relação ao hospital como o espaço de “cura”, Rodrigues (2013, p.17) mencionou que:

Os hospitais transformaram-se em lugares em que os pacientes muitas vezes passam por ritos de desinvestimentos e mesmo de degradação. Em alguns casos, veem diluírem-se quase totalmente suas individualidades: perdem o nome, viram número, transformam-se em caso de uma doença particular, passam a ser tratados de nova maneira pelo pessoal hospitalar.

Ele era mais um dos inúmeros pacientes que precisaria ser medicizado. Ele não era mais o pai, o avô. Nós, à família, éramos apenas os visitantes, os acompanhantes que cheios de medo e dúvidas, nutria ainda esperanças que ele melhorasse para voltar para sua casa. Pela sua idade e doença, ele tinha poucas chances de recuperação, porém, a equipe médica, desempenhando apenas suas tarefas técnicas, deixou bem claro que ele era um caso a mais e que logo o leito seria desocupado, assim como tantos outros leitos, onde pacientes estavam sendo geridos por

máquinas, tubos, que penetravam-lhes, que ajudavam a respirar, alimentar-se e bombear o sangue. Os corpos naquele hospital, tornaram-se mapas que a todo momento estavam sendo esquadrihados por exames de imagens.

No dia 29 de junho, aparentemente ele acordou bem. Com o passar das horas, começou a sentir fortes dores. Querendo que aquele desconforto passasse, ele gritava por ajuda – por ajuda divina. Deram banho nele, sentaram-no em uma cadeira. Ele foi medicado com um calmante, pois a equipe médica disse que ele precisava se acalmar, uma vez que ele já havia recebido sua medicação do dia e acreditaram que suas dores eram psicológicas. Acreditaram que com o calmante seria mais fácil de controlá-lo. Sem dar nenhum trabalho a equipe médica e ao seu filho que o acompanhava, ele discretamente partiu. Quando foram chama-lo, achando que estava embebido em sono, ele já havia nos deixado.

De acordo com Maranhão (1985, p.17) é possível entender que:

[...] uma vez atestado o óbito, o hospital entrega o defunto para a família que, por sua vez, o entrega aos cuidados de uma organização especializada, a funerária. Esta assume, cada vez mais em nossos dias, os encargos ligados com um caso de morte: problemas de necropsia, sepultamentos, questões de seguro social, herança. Assim, as pessoas vão se retraindo do trato com os mortos e assumindo o mero papel de espectadores.

Assim, aconteceu com meu avô. O cadáver era algo em que as pessoas evitaram tocar, ou ficar muito tempo próximo. A funerária cuidou de todos os detalhes, onde entregou seu corpo, devidamente higienizado e maquiado. Esse foi o processo que ocultava a todo momento a morte, já que o morto foi totalmente personificado, onde a empresa funerária ao cuidar do corpo, deu a ele traços de vida, juventude. Essa foi uma tentativa de ocultar e confrontar a morte. (RODRIGUES, 2013, p.8)

A teatralização da morte continuou a existir, assim como existiu entre os medievais e durante o oitocentos. Continuou a existir, porém, com outros sentidos e significados. Tratado quimicamente, maquiado, vestido para o seu último adeus, ele parecia dormir.

Seu velório aconteceu em sua casa. Embora não seja algo comum nas sociedades modernas, ter a casa enquanto espaço para velar os mortos, este costume ainda é presente no Sítio Baixio dos Gilas. O seu corpo foi posto na sala de estar, com seus pés virados para fora e ao lado do caixão, havia uma espécie de *banner*, onde tinha escrito um versículo da bíblia<sup>98</sup>.

---

<sup>98</sup> Segundo Oliveira (2011, p.10) a posição em que o morto é velado com os pés para sempre para fora, indicaria que ele não morava mais ali, que ele partiria para a nova morada: cemitério.

Algumas senhoras cantaram uns benditos e fizeram algumas orações, de forma a iluminar a passagem dele ao além<sup>99</sup>. Nos últimos momentos, talvez a vida passe como um filme, pois no velório do meu avô, a cena típica do parente que se debruça por cima do caixão e faz “um belo discurso, chamou a atenção dos presentes. O último adeus, também foi o momento das encenações de amores que em vida, meu avô nunca recebeu.

Depois de atestado o óbito e o corpo sendo entregue a funerária, como diz Maranhão (1985, p.17), a família exerce a função de espectador, já que são as funerárias que vão cuidar do velório. Em um memorial da própria funerária, o morto recepciona os vivos em meio a coroa de flores, cafés, chás, música e uma tela em *led*, no qual transmite as informações, como: nome do falecido, horário da missa de corpo presente e local e horário do sepultamento.

A vigília fúnebre continuou tradicional. A família comprou bebidas quentes, no qual era uma forma de atrair pessoas para tresnoitar. As cadeiras estavam postas no terreiro, homens bebiam e proseavam a luz da fogueira de São Pedro. Meu avô sozinho na sala de estar, recebia algumas visitas durante a madrugada. Eu não queria deixa-lo sozinho, olhava para ele acreditando que talvez só estivesse dormindo. É inevitável: escrever sobre esse momento e não sentir um amargor do dia em que a morte triunfou.

O corpo do meu avô foi teatralizado não somente pela funerária, mas houve uma preocupação com sua alma, pois a família, mandou realizar a missa de corpo presente, talvez uma forma de amenizar seus pecados ou até mesmo para não fugir do ritual católico.

Os padres não estavam mais presentes na hora da última agonia, mas eles ainda continuavam exercendo controle sobre esse momento, ainda continuava agenciando almas para Deus. A morte também foi comercializada pela igreja, pois o padre da comunidade realizou a missa de corpo presente por um valor de cem reais. Seu corpo foi encomendado a Deus, onde foi aspergido água benta por cima de seu caixão. O padre proferiu algumas palavras e assim, o entregou para o Pai Celestial.

A todo momento havia a tentativa de silenciar a morte, pois seu corpo seguiu em cortejo pela avenida principal da cidade até o cemitério no carro da funerária, onde tocava a música Trem- bala de Ana Vilela. A escolha da música não foi somente na intenção de passar uma mensagem de quão breve é a vida, de quão passageira ela é. Foi uma forma que a família encontrou de disfarçar a dor, de silenciar a morte.

---

<sup>99</sup> Sobre os velórios em São João do Rio do Peixe, ver Sousa (2017)

Chegamos ao cemitério e o coveiro já o esperava em seu túmulo. No cemitério aconteceu o espetáculo da despedida. O último adeus ao meu avô, que há oito anos encontrava-se no mesmo local, despedindo-se de sua esposa, minha avó.

Assim, outra forma de silenciar a dor, foi encontrada em goles de bebidas alcoólicas, já que ao finalizar todo o processo fúnebre, depois de enterrado em um túmulo da família, os familiares se reuniram em um bar local e então beberam o morto<sup>100</sup>. Talvez para alguns dos familiares de vovô, a velhice pode ter sido um fardo. Isso não significa que os choros e a tristeza em seus semblantes que logo depois que atravessaram o portão de ferro de cemitério, desapareceu em goles de cerveja, não tenha sido verdadeiro, mas apenas que talvez para eles, os velhos só precisassem descansar e sua morte pode também ter significado um alívio, pois, depois de sepultado, também acabaria toda e qualquer responsabilidade dos cuidados para com ele.

Logo, mesmo com todo o processo de medicalização, os últimos momentos continuaram tradicionais. O velório em casa, vigília fúnebre com comidas e bebidas. A casa que só foi varrida no outro dia, a reclusão da família em casa, o processo do luto e a dor da saudade.

---

<sup>100</sup> Beber o morto é um costume típico de regiões interioranas. Beber o morto, é uma tradição diante da morte, que ainda resiste em São João do Rio do Peixe. Ao sepultar o morto, a família paga bebida para os aqueles que acompanharam o cortejo. É uma forma de encerrar um ciclo, para começa o outro, que seria o processo do luto.

### CAPÍTULO III

## CIDADE EM PRETO E BRANCO: FRAGMENTOS URBANOS E RETRATOS DE UM PROGRESSO

Eu, forasteira: por entre “frechas” de minhas memórias

“Mais que qualquer outro, o historiador da cultura associa o seu trabalho à sua vida, os aspectos por vezes essenciais da sua história e da sua sensibilidade”. Assim, mencionou Alain Croix (1998) ao falar de sua relação com seu tema de pesquisa e seus caminhos metodológicos em um de seus trabalhos presentes no livro, *Para uma história cultural*, organizado por Jean-Pierre Rioux e Jean – François Sirinelli<sup>101</sup>.

Como disse Souza (2010, p.119) o passado reconstituído pelo historiador seja por meio de fontes orais ou escritas “será sempre reconstituído na tentativa de dar e oferecer um sentido”. Logo, escrever sobre essa pesquisa, é falar do encontro com as fontes, é estar em contato com um passado circunscritos nas Atas, Código de Postura e em livros que contam a história da cidade a partir de fotografias do urbano.

Escrever sobre a cidade, também, é falar de estranhamentos e de escolhas. É frequentar outros lugares, outra cidade que está posta em papéis; são cidades de papel, de concreto, de pedra, invisíveis, imaginadas, ideais, desejadas. Tecer fio a fio as linhas ainda que tortuosas sobre São João do Rio do Peixe, é olhar pelas frechas de minhas memórias e falar do eu forasteira naquele lugar. É se permitir fazer outras leituras da cidade, seja por entre lapsos de memória ou ler a cidade em preto e branco. A cidade que se reinventou e construiu novas sensibilidades frente ao que era considerado ser e parecer moderno no século XX. (SOUZA, 2010, p.114)

Escrever sobre a cidade de São João do Rio do Peixe, permitiu um encontro com os desejos que a urbe em mim despertou quando criança. Esse trabalho também me permitiu um encontro com as histórias de Trancoso contadas na calçada da casa de vovô. Eram histórias que ouvia dizer sobre os mortos e o perigo que eles representavam para os vivos e para a cidade. Assim, precisei violar essas memórias para gestar história. As minhas lembranças e as

---

<sup>101</sup> CROIX, Alain. Marx. A alugadora de cadeiras e a pequena bicicleta. (1998)

memórias presentes nos papéis não me dão acesso direto ao passado, mas me permitem uma recomposição. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994, p.43).

Então, antes de ir para as memórias do papel, para a cidade apresentada em preto e branco, no qual tem-se uma construção simbólica de um ideal de progresso, preciso que você caro leitor, volte um pouquinho no tempo, volte aos anos noventa. A minha infância. Essas não são memórias de dor, mas de desejos, vontades, sonhos. São memórias de momentos de felicidade. Recordação de encantamento, pois era isso que a cidade provocava em mim.

No sítio Baixio dos Gilas, zona rural de São João do Rio do Peixe, não tinha luz elétrica e quando chegava à noite, os filhos e netos dos meus avós paternos se reuniam no “terreiro” da casa de vovô e entre tantas conversas, tinham as histórias sobre “as almas penadas”. Aprendi ainda na infância, que o problema não era a morte, mas os mortos. Essas memórias de criança me fizeram chegar até esse tema de pesquisa, e escrever sobre um assunto tão delicado é rememorar um lugar, o lugar que escolhi para desenvolver esse estudo.

No dia 04 de outubro, é comemorado em São João do Rio do Peixe a festa de São Francisco de Assis. Como moradora da zona rural, minha família e eu tínhamos que acordar bem cedo, às quatro da manhã para nos organizarmos e pegar a condução para ir até a cidade. Sob o canto dos galos e o coaxar dos sapos, nos preparávamos para ir à urbe. Tomávamos o banho de caneca, depois o café da manhã e em seguida vestíamos a roupa nova, usada em festas, missas e quando fôssemos para a “rua” - perímetro urbano. Completado esse primeiro momento, poderíamos esperar a condução para então poder participar da festa dedicada ao santo, desfrutar de tudo aquilo que não tínhamos no sítio.

A festa de São Francisco de Assis, era o momento de socialização entre habitantes da zona rural e urbanos. A festa movimentava a economia da cidade, a partir dos parques, leilões, desfiles, missas. Era um verdadeiro espetáculo para o viver urbano.

Lembro que o carro passava às seis da manhã e aos poucos ia recolhendo as pessoas que iam para a cidade assistir à missa de São Francisco, ir ao parque de diversões e leilão. O carro era uma caminhonete amarela, onde dividíamos espaço com algumas galinhas que algumas pessoas da zona rural levavam para seus parentes que moravam na cidade.

As senhoras de idade iam na “*bulé*<sup>102</sup>”, que no máximo cabiam três pessoas. Os mais jovens e as crianças iam em cima do carro. O dono do automóvel cobrava uma quantia de cinco reais por pessoa. Crianças não pagavam a passagem. Era em cima do carro que eu ia, agarrada a base de sustentação do veículo. Ia minha mãe, meu pai, minhas duas irmãs, outros moradores

---

<sup>102</sup> Cabine do carro.



do sítio. Com a roupa nova, usada apenas em ocasiões especiais, seguia a viagem, com o vento batendo no rosto e aquele frio na barriga despertado por poder ir à cidade, e por tudo o aquele espaço parecia significar.

Foi em uma dessas festas tradicionais de São Francisco, que lembro do meu primeiro contato com a cidade, finais dos anos noventa. Em cima do carro, em uma manhã nublada, pois timidamente o sol apontava seus primeiros raios ao nascente. Lembro que passamos no percurso sítio- cidade por várias pessoas que iam caminhando vestidos em hábito franciscano e alguns descalços. Essas pessoas estavam pagando promessas. Em um determinado percurso, já próximo da cidade, avistei de longe duas torres amarelas, era então, o edifício mais alto que eu já tinha visto. Essas torres eram da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário. Naquele instante, curiosa, perguntei o que era. Minha mãe gentilmente me respondeu: “ são as torres da igreja. Ali é a cidade”.

Eu, forasteira, adentrei aquele lugar. A cidade provocou em mim encanto, mas também estranhamento. Descobri que ali o ritmo de tempo era mais intenso, carros e motos desfilavam pelas ruas apressadamente. Tinha trem, energia elétrica, televisão, parque de diversão, pracinha, tinha algodão doce. Também tinha um estúdio fotográfico – Foto Navarrese, onde minha mãe e meu pai, levavam minhas irmãs e eu para tirarmos fotos.

O estúdio fotográfico era do primeiro fotógrafo profissional da cidade. O fotógrafo chamava-se Cosmo João da Costa, mais conhecido na cidade por Totô. Através de seu olhar e das lentes de sua câmera, Totô produziu muitos registros fotográficos em preto e branco de casamentos, batizados, velórios e do cotidiano da cidade. Ao falecer em maio de 1995, sua esposa Elizabete Cipriano Costa, mais conhecida por Beta, passou a deixar congelado em papel lapsos de momentos, eternizando assim, algumas lembranças em preto e branco, que aos poucos foi ganhando um colorido. (GALVÃO, 2015, p.277)

O Estúdio Navarrese era um espaço harmonioso. A fotógrafa, sempre elegante com sua saia longa, blusa de mangas, cabelo solto, aproximadamente acima dos ombros e com uma voz suave dava-nos uns apetrechos para colocarmos no cabelo, e, com um sorriso largo, ela dizia que ia me deixar mais bonita e que a foto também ia ficar mais bela. Lembro que sempre ficava um pouco desconfiada, pois não sabia o que podia sair daquela máquina fotográfica, que para mim, era algo desconhecido. O *flash* sempre me deixava um pouco tonta.

Depois de sairmos do estúdio fotográfico, o nosso destino era a igreja e o parque de diversões. Eu queria ir em todos os brinquedos e meus pais com pouco dinheiro, precisavam me levar de volta para casa. Esse era o momento mais difícil, pois saía chorando, com uma

vontade de ficar mais um pouco. Os meus pais me carregavam nos braços até o carro, tentando conter o meu desejo de experimentar mais daqueles brinquedos.

O que era ofertado na cidade nas festas do santo, para nós deveria ser um consumo limitado, pois o que tinha ali, não era para todos. A modernidade não era para todos. Tudo o que vivi naquela cidade, foi muito mágico para uma criança que não tinha contato com aquelas novidades, que não sabia o que era luz elétrica, fotografia e que não havia experimentado o sabor de um algodão doce. Eu, assim como minhas irmãs, tinha essa oportunidade de ir à cidade apenas uma vez a cada ano, apenas no dia 04 de outubro, ou quando íamos ao médico.

Nas minhas idas a cidade, avistava de cima da caminhonete um túmulo que ficava na entrada da urbe, e que me chamava atenção. Sempre perguntava para minha mãe se aquilo era um cemitério, pois era um espaço vasto, que no seu interior tinha uma pequena capelinha, cercado por rosas vermelhas. Aquele túmulo me provocava inquietudes, pois queria saber quem era aquela pessoa que ali estava sepultada. Sempre achei que aquele morto carregasse consigo uma espécie de santidade, já que as rosas resplandeciam para mim pureza. Mas aquele corpo era apenas mais um entre tantos outros, que apenas teve o privilégio de sepultar-se afastado de todos os outros mortos, pois se tratava de uma figura política importante na cidade no século XX, Jacob Guilherme Frantz, que também exerceu cargo de prefeito em São João do Rio do Peixe.

Dessa forma, com o tempo e depois de várias leituras sobre o urbano, aos poucos pude perceber que aquele era um lugar que processava em seu cotidiano novas sensibilidades produzidas ao avançar da modernidade. Era para mim, algo novo, um lugar inebriante. É desse lugar que me proponho a falar.

A cidade é um espaço plural de experimentações diversas. Assim, essas representações do urbano por meio de fotografias, atas e código de posturas, possibilitou com que essa modernidade que chegava a São João do Rio do Peixe modificasse o meio citadino. Era a política moderna do urbano, que alterava o meio e os habitantes.

As imagens postas em preto e branco, relacionadas ao progresso, apresentam a construção e organização da vida pública citadina. Assim, a fotografia tornou-se uma aliada da publicização da cidade, onde pareceu querer congelar o urbano em seu esplendor, em um estado de grandeza que apresentado através de reformas, arquitetura e obras de melhoramentos, possibilitou uma valorização positiva das autoridades político-administrativas no processo de apropriação do urbano enquanto palco para o desabrochar da modernidade.

## Retratos de uma história: um olhar memorialístico da cidade

Configurado em cinquenta capítulos, e com mais de mil e quinhentas imagens, o álbum busca resgatar a história do espaço urbano da cidade de São João do Rio do Peixe. Neste cenário, destacam-se suas praças, ruas, os monumentos, as pontes, o cemitério, as escolas, igrejas, além de abranger a história do Açude Pilões e da Estância Termal de Brejo das Freiras. A literatura local, a memória educacional e os personagens dessa vasta história foram alguns dos caminhos percorridos para chegarmos aonde chegamos. Os Apreciadores desta obra conhecerão os primórdios da medicina em nosso contexto e ainda realizarão um passeio pelas cidades desmembradas de São João do Rio do Peixe, e, com isso serão levados a um verdadeiro leque de informações, o qual pode ser definido como um guia histórico que unirá as atuais e futuras gerações, no sentido de incentivá-las na busca do conhecimento histórico. (GALVÃO, 2015, p.4)

São João do Rio do Peixe: Retratos de uma História, é um livro escrito pelo memorialista Rogério Galvão. Ao folhear às 372 páginas do seu livro, é possível perceber como o autor se apropriou do urbano, apresentando iconografias da casa grande da fazenda às ruas da cidade, com o que era considerado moderno no século XX em São João do Rio do Peixe.

O memorialista apresentou os legisladores como “heróis do povo”, representados na figura de prefeitos, médicos, farmacêuticos, dentistas, saberes que esquadrinharam e definiram o urbano a partir de usos e significados atribuídos. São pessoas que assumiram a missão de compromisso de transformar a cidade e ao acionar esses nomes a partir das fotografias, Galvão (2015) pareceu querer congelar as ações de determinados grupos.

De acordo com Mauad (1996, p.4) “ há de que se considerar a fotografia como uma determinada escolha realizada um conjunto de escolhas possíveis”. Galvão (2015), fez escolhas ao selecionar mais de mil e quinhentas imagens para seu livro. O autor, buscou construir uma memória do urbano, cristalizando assim, aquilo que para ele foi significativo para a história de São João do Rio do Peixe, onde o progresso citadino a partir de obras de melhoramentos, entraram em cena, para dar visibilidade as ações de Otacílio Cartarxo, José Alexandre Filho, José Dantas Pinheiro, Natércio Maia, Manuel Fernandes Dantas, Jacob Guilherme Frantz, José Isidro de Almeida.

Em relação ao uso das imagens, de acordo com Mauad (1996, p.10) :

a própria fotografia é um recorte espacial que contém outros espaços que determinam e estruturam, como por exemplo, o espaço geográfico, o espaço dos objetos (interiores, exteriores e pessoais), o espaço da figuração e os espaço das vivências, comportamentos e representações sócias.

Portadoras de códigos e sentidos, as fotografias precisam ser dissecadas para assim ser possível decifra-las. Galvão (2015) não estava interessado em dissecar as imagens, em fazer perguntas, ou problematizar os espaços geográficos e os objetos nas imagens. Os retratos selecionados pelo autor apresentam descrições de ano, local retratado, espaço da figuração.

Talvez por descuido, falta de conhecimento, por ter julgado irrelevante, ou por não possuir informações sobre a história do retrato, o autor não informou o fotógrafo, se foi um profissional ou amador, qual o tipo de técnica utilizada na iconografia ou quem encomendou as fotos. Mesmo havendo uma produção de imagens na cidade, da cidade e de seus habitantes, Galvão (2015) não informou sobre o circuito das imagens; sua comercialização/ divulgação<sup>103</sup>.

As imagens apresentadas por Galvão (2015) são: Igreja Matriz, ruas principais da cidade, coluna da hora, carros, comércio, coreto, estação ferroviária, trem, cemitério, posto de higiene, casa de saúde, hospital e figuras políticas, entre outras. Ao lado de cada imagem, o autor apresenta uma breve descrição, uma vez que o contexto da mensagem veiculada ao retrato, incorpora funções de caráter informativo, de publicidade e legitimação dos trabalhos dos políticos.

As fotografias usadas no livro “São João do Rio do Peixe: Retratos de uma história”, resultam de um processo de criação da cidade moderna. Mas Galvão (2015) não é apenas um viajante que se arrisca a adentrar a cidade e narrar suas histórias. Galvão (2015) é um viajante assim como diz Calvino (2003, p.28) “que reencontra um passado”, pois ao tecer escritos sobre a história da cidade e de alguns habitantes através das iconografias, o autor também narra um pouco da história da sua família. Ele também narra sua história.

#### Em preto e branco constrói-se o progresso: a produção fotográfica do urbano

Como toda imagem, as fotografias são endereçadas, interessadas, pois resultam de um processo de criação técnica, cultural, estética e ideológica. (KOSSOY, 2014, p.32). Símbolos da modernidade, as fotografias registraram os cenários de urbanização da cidade de São João

---

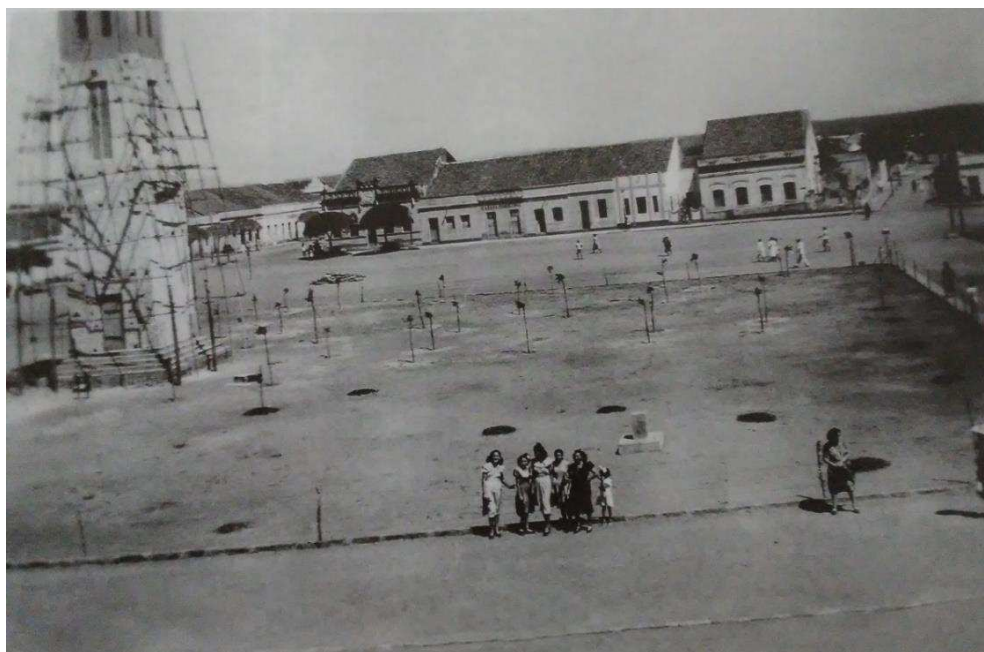
<sup>103</sup> No intuito de decompor as imagens Mauad (1996, p.12-13) criou fichas que pudessem dissecar as iconografias; ficha sobre elementos da forma do conteúdo e uma ficha sobre elementos da forma da expressão. Essa foi uma metodologia adotada para este trabalho.

do Rio do Peixe, desde o ano de 1924. A produção fotográfica que gravou fragmentos de um progresso na cidade, serviu de base para construir representações urbanas, tendo a função de contribuir com a publicização de um novo espaço citadino, constituído a partir do discurso do novo; do moderno. (LIMA e CARVALHO, 2009, p.39).

Galvão (2015) apresentou a partir do uso das imagens uma cidade que estava se horizontalizando, sendo redimensionada a partir de investimentos públicos – do poder político administrativo, como também intervenções privadas são presentes no processo de modernização, que envolveu diferentes projetos e interesses. Logo, é através das obras públicas que a cidade foi posta em questão, onde os retratos tornaram-se grandes aliados para dar visibilidade as obras de melhoramentos urbanos. (CERASOLI, 2004, p. III)

As medidas tomadas em prol da modernização e embelezamento da cidade a partir de ações políticas, são perceptíveis bem no começo do livro. Logo no início, o autor apresentou a ponte Dom Moisés Coêlho sob o Rio do Peixe, que marca a entrada principal da cidade. Em seguida, destacou parte do centro citadino, onde está localizada a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário e em seu largo, é possível visualizar através das imagens, a praça da Matriz.

**Imagem 10:** Largo da Praça da Matriz Nossa Senhora do Rosário (1948)



**Fonte:** Galvão (2015, p.29)

A imagem 10, buscou dar visibilidade ao objeto central - Praça da Matriz, e a Coluna da Hora. A captura da imagem foi realizada durante o dia, tendo seu sentido na horizontal.

Assim, a distribuição dos planos da fotografia, destacam alguns pontos expostos por Galvão (2015) em uma breve descrição sobre a imagem.

Galvão (2015, p.29), chamou atenção para o processo de arborização da cidade, realizado com árvores de *FICUS BEJAMIN*, da família *Moraceae*. Essa árvore é de origem indiana e das Filipinas. A *Ficus Benjamina*, seu nome científico, tem como características, o seu cultivo em pleno sol, sendo seu plantio bem característicos de países tropicais, uma vez que, essa árvore serve de incenso nas igrejas católicas<sup>104</sup>.

A arborização da praça, não era apenas uma questão voltada provavelmente a estética, mas acredito que também fizesse parte de um discurso de medicalização do corpo urbano, já que arborizar, significava purificar o ar. É possível perceber alguns transeuntes no local, sendo que algumas destas pessoas estão posando para o fotógrafo. Também é possível destacar a praça, que se encontrava cercada por arames farpados, talvez para evitar animais de grande porte, para assim não estragar o processo de arborização<sup>105</sup>.

Ao fundo na avenida antes denominada como Rua da Aurora, é possível ver algumas habitações. Em um desses edifícios, especificamente a casa de duas portas, onde tem um nome escrito em sua faixa, funcionava a Câmara Municipal e bem à esquerda da foto, aparece em destaque parte da obra de construção da Coluna da Hora. Segundo Galvão (2015, p.29) devido ao ângulo do retrato, provavelmente o registro pode ter sido feito da janela do Coro da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário.

**Imagem 11:** Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário e Coluna da Hora (1948)

---

<sup>104</sup> Disponível em: <http://museunacional.ufrrj.br/hortobotanico/arvoresearbustos/ficusbenjamina.html> < Acesso em 12/01/2019>

<sup>105</sup> Em 1987 a praça da Matriz passou por um processo de reformas e ampliação. (GALVÃO, 2015, p.34). As edificações acima citadas continuam hoje no mesmo lugar, exceto o prédio da Câmara Municipal



**Fonte:** Galvão (2015, p.30)

Em outro ângulo da mesma foto, é possível observar que provavelmente como destaca o autor, o retrato pode ter sido tirado de uma das janelas da Igreja Matriz, localizada em frente a Coluna da Hora. O autor não mencionou quem foi a pessoa que fez o registro.

A Coluna da Hora, segundo Galvão (2015, p.36) foi uma das primeiras obras de urbanização da cidade. Considerada um dos cartões postais da urbe, a obra foi construída durante os mandatos dos prefeitos Otacílio Dantas Cartaxo (1945), Neco Rocha e José Isidro de Almeida, sendo que as obras foram concluídas no ano de 1948. O que de mais interessante foi percebido na descrição de Galvão (2015, p.36), é que o poder público, principalmente durante o mandato de Otacílio Dantas Cartaxo, aspirou outros modelos do que era considerado moderno, sendo importados para São João do Rio do Peixe.

O projeto de construção da Coluna da Hora, teve o mesmo modelo da Coluna da Hora da Praça Padre Cicero da Cidade do Juazeiro do Norte- CE. Ao comparar as imagens, é possível ver um pequeno detalhe que distingue uma da outra. A Coluna da Hora do Juazeiro, parece ter acima do relógio, algo em formato circular, visto que na Coluna da Hora de São João do Rio do Peixe, não tem esse detalhe.

**Imagem 12:** Coluna da Hora – Juazeiro do Norte- CE



Fonte: IBGE

Vale salientar, que esse projeto teve interferências privadas, onde o relógio situado no topo da coluna, também importado do Ceará, foi doado por moradores da cidade, provavelmente pessoas da elite são-joanense. Nesse sentido, Viviane Araújo fez um estudo sobre o papel da fotografia na construção simbólica das reformas urbanas no Rio do Janeiro entre os anos de 1904 a 1906. Para Araújo (2014, p.48) além da fotografia ter objetivos comerciais para publicizar as cenas urbanas, também:

[...] órgãos do poder público e empresas privadas responsáveis por construções de avenidas, espaços de circulação e lazer, pela ampliação dos transportes, do fornecimento de energia, etc, utilizaram a fotografia como forma de registrar, publicizar, conferir visibilidade e perenidade aos seus empreendimentos, construindo uma espécie de síntese a respeito do processo de transformação das cidades retratadas.

Não sabemos se essas fotos foram encomendadas pelo poder público-administrativo ou por moradores da cidade. As fotos apresentadas por Galvão (2015), produziram narrativas a partir do que ele queria contar. Há uma distância entre o vivido e que foi apresentado por meio das imagens, pois a foto dá acesso à cidade escolhida pelo autor, a uma memória muito



específica, onde “os filhos da terra”, tomaram para si a missão de contar a história da cidade-, uma história linear, seletiva. Uma história política.

Como diz Kossoy (2014, p.54) “o fragmento fotográfico adquire significado quando se percebem às múltiplas teias que o enlaçam ao contexto histórico e à vida social em que se insere e, ao mesmo tempo, documenta”. Acredito que a relação do poder público e privado no projeto de modernização da cidade não pode deixar de ser questionado, assim como a recepção dessas intervenções, já que segundo Cerasoli (2004, p.4) “esse movimento também convertia os habitantes da cidade em sujeitos de tal processo”.

Assim, ao lado esquerdo da Igreja da Matriz e bem à frente da Coluna da Hora localizava-se na década de 40 alguns estabelecimentos comerciais que com o passar do tempo, passaram a servir outros interesses, mas sua estrutura arquitetônica continuou preservada. Os estabelecimentos comerciais descritos por Galvão (2015, p.61) são: A Barateira, de Laurindo Clementino de Sousa, Casa Nova e Casa de Retalhos”. O armazém Triunfo, Bar São Cristóvão e a Pernambucana, também faziam parte do centro comercial da cidade.

O centro comercial da cidade, localizava-se próximo à avenida Tabelaio José Candido Siqueira Dantas, que em 1975, passou por um processo de alargamento no mandato do prefeito Jacob Guilherme Frantz. (GALVÃO, 2015, p. 40). Assim, a Avenida Tabelaio José Candido Siqueira Dantas, ainda no mandato do prefeito José Dantas Pinheiro, passou por um processo de construção de galerias na rede de esgoto.

**Imagem 13:** Avenida Tabelaio José Candido Dantas (1970)



**Fonte:** Galvão (2015, p.40)

Esta é uma imagem da década de 1970, onde mostra um processo de reformas urbanas que aconteciam de forma gradual. Os fotógrafos, talvez o poder público, assim como Galvão (2015) parecem ter feito questão de retratar o processo de mudança que caracterizava o momento das intervenções; melhoramentos citadinos, evidenciando assim, a cidade que sofria interferências do moderno para a época. (ARAÚJO, 2014, p.65)

Ao fazer uma pequena descrição da imagem 13, Galvão (2015, p.41), disse que:

[...] em primeiro plano, a construção das galerias da rede de esgoto, com a fiscalização do mestre de obras Odilon Varela (chapéu de massa). Nota-se o entremeio da avenida até o centro da cidade. O seu alargamento só foi realizado em 1975, pelo prefeito Jacob Frantz. Ao fundo, é visto a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário e, à esquerda, o prédio do Cine São Francisco[...]

Aparentemente a cena captada na imagem 13, parece ter sido realizado como algo desprezioso, porém, as pessoas pararam para o registro, fitando a câmera fotográfica. Essa imagem escolhida por Galvão (2015) para apresentar uma das avenidas principais da cidade, buscou não somente dar visibilidade aos melhoramentos urbanos que estavam acontecendo na urbe, mas engessar a imagem daquele que permitiu tais benfeitorias – o então prefeito da época José Dantas Pinheiro, que também e como já mencionado, realizou trabalhos na cidade como médico.

A mira do fotógrafo, retratou não somente uma obra de saneamento necessária para o “bem viver” citadino, mas capturou uma avenida, que segundo Galvão (2015), tinha um Cine – O Cine São Francisco e também um Posto de Saúde - o Posto de Higiene Local. Assim, de acordo com Galvão (2011, p.135) o Cine São Francisco foi inaugurado no ano de 1965, era pertencente a Fransquinho dos Correios. Depois foi vendido. O novo proprietário o denominou de Cine São Miguel”. O cinema era um lugar de novas produções sensíveis despertadas com o advento do moderno que chegava a urbe.

As fotografias apresentam uma modernidade fundamentada nas reformas, no qual promoveu a visibilidade ao novo; alargamento da rua, pavimentação, galerias de esgoto, rede elétrica, cinema. A imagem captou muito mais do que obras de construção civil que estavam sendo realizadas e que ainda iriam ser desenvolvidas. A fotografia captou a condução de um

progresso gestado para um modelo que os políticos queriam construir, um modelo de cidade que Galvão (2015) quis apresentar como moderna e civilizada. (ARAÚJO, 2014, p.61)

Uma outra avenida que Galvão (2015) quis mostrar em seu livro, foi a Avenida Jacob Frantz, que provavelmente recebeu essa denominação em homenagem ao prefeito Jacob Frantz que exerceu mandato entre os anos de 1939 e 1940, como também em 1963-1966, e 1973 a 1977.

**Imagem 14:** Avenida Jacob Frantz (1932)



**Fonte:** Galvão (2015, p.43)

Esta foto foi cedida para Galvão (2015) por outro memorialista; Antônio Nogueira da Nóbrega. É possível notar, que essa foi uma foto realizada também durante o dia, revelando traços da vida cotidiana, e que provavelmente pode ter sido encomendada pelo poder público, para assim registra o processo de transformação da avenida.

Na imagem, destaca-se em primeiro plano, a rua em “terra batida”, com alguns traços de pneus de carro, bicicletas, cascos de animais e rastros de sapatos. Em segundo plano, nota-se populares, que em passagem bem rápida pela foto, até parece uma cena de um cortejo fúnebre, mas é possível perceber que eles apenas seguiam em direção a praça da Matriz, talvez fossem à Igreja, já que essa rua dava acesso ao centro da cidade.

Homens, mulheres e crianças todos sob o escaldante sol. É possível perceber que alguns tentam se proteger com guarda-chuva, leque, chapéus e panos na cabeça. Grande maioria parece

usar roupas de linho, algo bem usual para época, alguns estão vestindo roupas de cor preto e bem a esquerda da foto, por trás das mulheres, onde uma busca proteger-se dos raios solares com o que parece ser um leque.

Em uma rua em “terra batida” que estava se arborizando, é possível ver na imagem uma rede elétrica que se sustentava em postes de madeira, mas que não havia luz em todos eles, podendo significar que à noite, essa via não fosse bem iluminada e talvez não constituísse em um lugar seguro para seus habitantes no período noturno. Mas acredito ainda, que a luz elétrica mudou a relação do habitante com a cidade, proporcionando outras sensibilidades em viver o urbano.

Para os padrões de uma cidade interiorana, com poucos recursos, é possível perceber na fotografia, claras formas de modernização. Na Avenida Jacob Frantz além de uma rede de iluminação, o carro ao fundo e arquitetura das casas, dão um sentido positivo para esses novos ideais que chegavam a cidade.

Um outro ponto da imagem que também chamou atenção, foi a arquitetura. Sobre a estética arquitetural Galvão (2015, 42) descreveu que, “a arquitetura tem elementos simples do ecletismo caracterizado por filigramas nas esquadrias e detalhes”. Ao discernir sobre a incorporação do progresso em Campina Grande, Andrade (2014, p.103) utilizou plantas da cidade entre os anos de 1932 a 1942, onde se percebeu um estilo *Deco* aplicado a estética cidadina. Assim como Campina Grande, o estilo arquitetural era uma forma de embelezar e também impressionar com os projetos de modernização sendo desenvolvidos pelo poder público municipal, com interferências de parte da elite são-joanense.

De acordo com Lemos (1985, p.190 *apud* ANDRADE, 2014, p.104):

As características desse novo estilo representativo se compunham da combinação de linhas geométricas e o uso de concreto armado, grande novidade naquele momento. Segundo Carlos Lemos, é só nos anos de 1930 que o concreto armado foi empregado sistematicamente nas residências de classe média, sempre escamoteado por revestimentos e tratamentos plásticos ligados agora ao nosso estilo em moda, o *Art Deco*.

Em São João do Rio do Peixe esse estilo era usual em edifícios públicos e privados. Segundo Galvão (2015, p.42) na imagem 14, aparece o prédio da Prefeitura Municipal que era localizada nesta avenida na época. Com estilo geométrico bem marcados com casas de duas portas, duas e as vezes até três janelas em sua faixa e calçada, pode-se perceber que um estilo “futurista” já redesenhava a cidade.

Segundo Correia (2008, p.48 *apud* ANDRADE, 2014, p.105), ao se tratar da arquitetura nesse período, deveríamos nos referir a um viés *Deco*, já que os prédios podem apresentar diversos estilos. Porém, Andrade (2014, p. 106) não descarta o aspecto inovador do estilo *Deco*. Neste caso se tratando de uma cidade do sertão, podemos perceber uma expansão do espaço citadino, que buscava se renovar, procurando uma nova fisionomia, que também reforçava o discurso do “progresso”.

Nesse sentido, outra imagem da Avenida Jacob Frantz, apresentou outros ângulos desse espaço, mas em épocas diferentes.

**Imagem 15:** Avenida Jacob Frantz (1950)



**Fonte:** Galvão (2015, p.40)

Como é possível observar, são épocas distintas da avenida Jacob Frantz. Nessa imagem a avenida Jacob Frantz, antiga Rua da Aurora, se encontrava pavimentada. As obras de calçamento estavam inseridas como parte de um plano geral do processo de intervenções e transformação do urbano. Mas Galvão (2015) ao selecionar essa imagem, buscou dar destaque para aquele que empreendeu esse processo de transformação, o prefeito Manuel Fernandes Dantas, que foi um dos responsáveis por planejar as reformas citadinas em São João do Rio do Peixe. Assim, essa imagem escolhida por Galvão (2015) congelou não somente este processo de reformas, mas o nome daquele que o autor fez questão de mencionar a partir de sua política de realizações e melhorias urbanas.

Nesta mesma avenida, localizava-se a Praça Padre Joaquim Cirilo de Sá, com o seu coreto, grupo escolar e o Hotel Navarrese. As fotografias foram captadas a partir de dois ângulos e datas diferentes.

**Imagem 16:** Praça Padre Joaquim Cirilo de Sá (1932)



**Fonte:** Galvão (2015, p.47)

**Imagem 17:** Praça Padre Joaquim Cirilo de Sá (1950)



**Fonte:** Galvão (2015, p.44)

Galvão (2015) assim como o fotógrafo que produziu o registro, não só percorreu ruas, casas, obras de um progresso que chegava até a cidade e que foram congeladas em preto e branco, mas também através dessas fotografias, revelou-se os projetos de cidade que aos poucos foi tomando formas concretas – obras que melhoraram e embelezaram o corpo urbano, a partir das obras públicas do então prefeito da época, Natércio Maia. As imagens além de dar visibilidade a construção do grupo escolar e a pavimentação da rua, também dão destaque para a política de Natércio, responsável pelas primeiras obras de urbanização da urbe, sendo a praça padre Joaquim Cirilo de Sá, uma das primeiras obras de construção civil de seu mandato.

Tanto o processo de criação, como o processo de divulgação do progresso citadino representados através das imagens, criaram memórias do urbano, a partir de cenários, personagens, objetos e reformas. Uma cidade selecionada por Galvão (2015) em preto e branco, para ser admirada em sua construção e publicização.

As imagens 16 e 17, apresentam um outro ângulo da avenida Jacob Frantz. Essas imagens selecionadas por Galvão (2015) dão visibilidade a Praça Padre Joaquim Cirilo de Sá,



conhecida em 1932, por Praça João Pessoa. Em anos distintos, é perceptível que a avenida, assim como e a praça sofreram um processo de mudanças, pois como é possível observar nas imagens 14 e 16, a avenida ainda não possuía calçamento. A praça ainda estava em fase de construção, onde bem ao fundo, é crível visualizar o coreto em processo de edificação.

Ao fazer uma breve descrição da imagem Galvão (2015, p.47) disse que o prédio de esquina à direita da foto, tratava-se do Grupo Escolar Joaquim Távora, inaugurado no ano de 1932, onde em 1987 teve sua denominação mudada por lei, e passou se chamar Grupo Escolar Professora Franssinete Bernardo. Em primeiro plano da praça alguns habitantes posam para foto. A criança no coreto, os senhores em segundo plano e os outros em primeiro plano, que inclusive, um deles segura na árvore, o outro apoiado em suas muletas fitam o fotógrafo, enquanto que um dos homens que olha para o chão, parece estar acompanhando as crianças, que próximo ao poste e em fila, olham para a câmera fotográfica.

A imagem 16 apresenta um jogo de oposição, pois é possível visualizar três cavalos, que inclusive em um deles há um homem montado. Ao tempo que as fotografias da Avenida Jacob Frantz apresentam projetos de modernização representados por meio das reformas, construções de coreto, estética arquitetural, luz elétrica e a presença de carros, podemos ver que o novo e o velho se cruzavam. Em uma imagem que buscou dar ênfase a obra de urbanização, os cavalos aparecem como elementos destoantes, brotam como o passado do “ não progresso”, que Galvão (2015) preferiu em seu livro esquecer.

Em relação as representações visuais do urbano, Viviane Araújo (2014, p.52) mencionou que:

[...] ao se contratar fotógrafos a fim de registrar as reformas urbanas, as imagens produzidas deveriam apresentar visivelmente etapas de um processo captando para que fosse entendido como uma demonstração de progresso. Tais fotografias deveriam contribuir para inscrever as transformações urbanas em um conjunto visual harmônico, representativo para aquela sociedade, por seu conteúdo simbólico, social e estético.

As etapas desse processo de demonstração do progresso na Avenida Jacob Frantz, pode ser apreendida a partir do estilo arquitetural, rede elétrica, pavimentação e edificação da praça Padre Joaquim Cirilo de Sá. As fotografias formaram um conjunto visual representativos das políticas públicas pensadas para a cidade: a política do “construir e realizar”. Assim, as fotografias aliadas a essas construções simbólicas do progresso, passaram a exercer a função de legitimação desse processo de reformas como algo positivo as interversões modernizadoras de

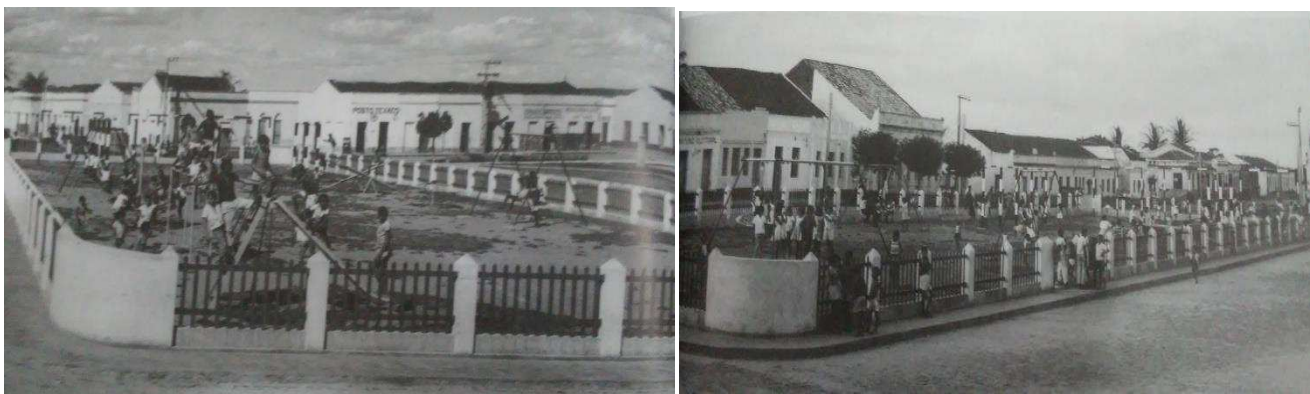
Natércio Maia, apresentado por Galvão (2015, p.44), como um dos primeiros interventores das obras de urbanização na cidade de São João do Rio do Peixe.

Já, a imagem 17, do ano de 1950, não foi possível saber se o retrato foi encomendado de forma a acompanhar o processo de edificação da praça. Podemos observar algumas crianças que na mira fotográfica, posam para o fotógrafo, fitando-o.

O coreto em terceiro plano na imagem, parece ter suas obras concluídas. A praça Padre Joaquim Cirilo de Sá, localizava-se bem próximo à Estação Ferroviária, à frente da estação, como também próximo ao antigo cemitério Jerusalém. Em 1986, a praça foi posta abaixo, para em seu lugar ser construído uma agência do Banco do Brasil. Esse “bota abaixo”, aconteceu por intervenção do prefeito na época, José Nilton Fernandes Dantas, que também era médico.

A cidade em construção, representada em preto e branco a partir de lentes fotográficas e escolhas feitas por Galvão (2015), também possibilitou segundo Araújo (2014, p.64) “ aos habitantes conviver com obras ‘passageiras’ onde conviveram por um curto intervalo de tempo”. Um exemplo disso foi a Praça Padre Joaquim Cirilo de Sá e seu coreto, o Cine São Francisco, que foi posto abaixo e em seu lugar construiu-se um supermercado, como também o parque infantil, localizado próximo à praça da Matriz.

**Imagem 18:** Parque infantil (1967)



**Fonte:** Galvão (2015, p.38-39)

Como disse Lima e Carvalho (2009, p. 55) “a fotografia integra muitos setores da vida social urbana”, já que elas podem publicizar aspectos da vida pública e privada, como também revelar detalhes da vida cotidiana, da cidade como um todo, seja por meio de suas obras de



urbanização, construções e edificações, como momentos de laser. Esse retrato, compõe e constrói mais uma das cenas captadas pelos fotógrafos; imagens da “cidade moderna”.

O poder político administrativo destacado na figura dos prefeitos, responsáveis pelos projetos de urbanização, buscaram fazer da cidade um polo de atração. Era a política moderna do urbano, que proporcionou reformas, projetos de urbanização, criou obras destinadas ao laser e bem-estar cidadão, pois isso, era também uma forma de angariar votos. Há em todos os casos a ação do Estado, pois como disse Rolnik (1995, p.53) “das altas paredes da escola que encerram os meninos no pátio, nos referimos as instituições públicas, destinadas a disciplinar, curar, educar ou unir. Há em todos esses casos, a ação do Estado na cidade, produzindo ou gerindo segregação”.

São João do Rio do Peixe estava sendo projetada para atender uma demanda do que era considerado moderno para época, como: escolas, hospitais e cemitérios, que atuaram no processo de cura e disciplinamento dos habitantes e controle dos mortos. Assim, ao modo que o relógio no topo da Coluna da Hora marcava o tempo, ao modo que as casas eram remodeladas ao estilo *Decó*, que as ruas eram pavimentadas e que o trem chegava na estação, a cidade estava sendo demarcada, criando suas fronteiras imaginárias, definindo o lugar de cada coisa e de cada morador, segregando-o, vigiando-o, civilizando. (ROLNIK, 1995, p.1)

Das aplicações destinadas ao projeto de cidade ideal, teve a construção do parque infantil, uma obra segundo Galvão (2015, p.38) “inaugurado no ano de 1965, na gestão do prefeito Jacob Guilherme Frantz, mas que foi demolido e em 1976, e construído em seu local, o terminal rodoviário”. Em segundo plano da imagem podemos ver alguns estabelecimentos comerciais da época; o Posto Texaco, Casa Barros e Merceria São José. Também o cartório eleitoral.

Essa foto também foi tirada durante o dia, e Galvão (2015) não informou onde encontrou a imagem, ou quem fez o registro, se foi um fotógrafo profissional ou amador. Não sei se a foto foi encomendada pela administração municipal ou se foi mais uma de tantas fotos tiradas da cidade. A iconografia apresenta várias crianças, como também alguns adultos estão presentes na imagem. A foto parece representar um momento de descontração; brincadeiras. Como é possível ver, algumas pessoas perceberam a presença do fotógrafo e muitos fitaram a câmera.

Dessa forma, o Código de Posturas da cidade (1951-1963) apresentou também algumas informações sobre o parque infantil. No Código de Posturas, consta que durante o mandato do prefeito José Alexandre Filho - 1953/1954, foi construído na Praça Padre Joaquim Cirilo de Sá, um parque infantil destinado ao desenvolvimento físico e social da infância. Vale salientar que

o parque foi construído de acordo com as orientações do Departamento de Educação e Saúde do Estado<sup>106</sup>.

Pode-se notar uma certa contradição entre os escritos de Galvão (2015) e os escritos do Código de Posturas (1951-1963). É perceptível algumas contradições em relação ao espaço em que se situava o parque infantil, já que ambas as fontes, apresentaram lugares distintos. Logo, entendo que essas obras de melhoramento também estavam associadas ao controle do corpo, que começava na infância. Esses investimentos ganharam espaço nas escolas como afirmou Soares Júnior (2011), que por meio da educação higiênica, buscou-se lapidar e medicalizar os corpos. Para Soares Júnior (2011, p.145):

[...] no começo do século XX, esse movimento ganha maior sonoridade, mobilizando outros profissionais, como médicos, educadores, engenheiros, biólogos, dentre outros ligados às questões da instrução pública. Nesse momento, os cuidados com o corpo da criança, de homens e mulheres passaram, no espaço escolar, a fazer parte do projeto de medicalização da escola, educação higiênica e moralização dos costumes. A escola tornava-se um lugar de disseminação do saber médico, das normas de civilização e moral que doutrina corpos, fazia inculcar novos hábitos e via na infância o lugar correto para essa prática.

Não tenho registro sobre os investimentos hígidos nas escolas, mas é possível perceber que a construção do parque infantil destinado a formação física e social da infância, estava em amplo diálogo com o processo de disciplinamento dos corpos, educando-os desde a infância a manter hábitos considerado saudáveis, uma vez que os discursos médicos, projetaram construir o “soldado da nação”.

O corpo estava na pauta de atenções do Estado, principalmente em finais dos anos 30, onde as atenções de médicos, educadores, engenheiros, escolas, hospitais e igreja, voltaram suas atenções para o corpo do cidadão que deveria ser moderno. A sociedade deveria ser transformada e para isso, necessariamente passava pelo trato do corpo, como recurso a alcançar a integridade do ser humano. Com isso, a criação de parques infantis, possibilitou as crianças uma instrução física, onde poderia modelar o corpo a partir de exercícios que possibilitaram construir um corpo resistente e saudável. (LENHARO, 1986, p. 75-103)

---

<sup>106</sup> Livro de Registros de Leis, Resoluções e Decretos Legislativos. Lei 97, de 24 de dezembro de 1954. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro-PB (fl 80v, 1954). A fonte não dá detalhes sobre a quais princípios atendia o Departamento de Educação e Saúde do Estado.

O discurso médico pedagógico, percebeu a ginástica como um dos primeiros modelos de cultura física, modelo que foi adotado nas escolas da Paraíba. O corpo resistente e saudável, não seria suscetível a doenças, e assim a escola também passou a ser reconhecida como o lugar por excelência para a construção de indivíduos fortes e saudáveis, e por isso mantinha sua pedagogia vigilante para com a modelação dos corpos. (SOARES JÚNIOR, 2019, p. 7-10)

Desse modo, a fotografia possibilitou congelar imagens como um recurso de teatralização, pois o espaço imagético e discursivo das fotografias produziu uma narrativa de uma cidade que regulamentava o bem viver, onde ainda em 2015, um memorialista se dedicou a compilar as imagens e produzir uma memória celebrativa das intervenções políticas na urbe.

### As luzes do progresso: a produção de novas sensibilidades

A introdução da luz elétrica nos espaços urbanos possibilitou a população conviver com a escuridão da noite, a emergência de novos padrões de comportamentos e como um novo estilo de vida acompanhado de uma claridade mais presente, diferente do bruxelar da luz fornecida pelos lampiões e pelos candeeiros. (ANDRADE, 2014, p.76)

A introdução da luz elétrica em São João do Rio do Peixe, produziu um outro estilo de vida, um outro modo de viver a cidade. Segundo Galvão (2015, p.65) “em 1932 se deu a instalação do primeiro gerador. O fornecimento de luz pela usina era das 18: 00 às 22: 00 horas. Diariamente, admitindo-se o prolongamento do horário em datas festivas ou quando do falecimento de alguém na cidade para ser velado até tarde da noite”. Já, em 1934, os habitantes de São João do Rio do Peixe, puderam em alguns pontos da vila, trocar os lampiões e candeeiros pela luz elétrica, mas esse uso era por um tempo determinado, apenas em casos específicos o uso poderia passar das horas determinadas pelo prefeito Jacob Guilherme Frantz<sup>107</sup>.

O fornecimento da luz elétrica para a cidade, ou pelo menos para alguns pontos da urbe, chegou como parte das conquistas materiais, que legitimou o progresso. Segundo Galvão (2015, p.65) em 1954 no mandato do Prefeito José Alexandre Filho, outro motor de energia foi comprado para cidade. Comparando as informações no livro de Galvão (2015), aos escritos do Código de Posturas, foi possível observar que conforme a Lei nº 189, de 2 de julho de 1960 -

---

<sup>107</sup> A inserção da luz elétrica na cidade, surgiu no primeiro ano de mandato do prefeito Jacob Guilherme Frantz (1930/1931) e, foi ampliada também nos primeiros anos de mandatos dos prefeitos José Isidro (1947/1951) e José Alexandre Filho (1951-1955).

Art. 2º, a mando do prefeito José Isidro de Almeida, a rede de iluminação foi ampliada, tendo o seu ponto de partida no poste defronte da casa do presidente da família Medeiros, situada na rua Engenheiro Adriano Brocos. A rede elétrica estendeu-se até a última casa do populoso Bairro<sup>108</sup>.

Essas demandas sociais apareceram como “novas sensibilidades”, pois ao discernir sobre a chegada da luz elétrica em Campina Grande, Andrade (2014, pp.77) informou que:

Com esse advento novos hábitos de sociabilidades e sensibilidades foram surgindo, dentre os quais, os encontros e namoros nas ruas e praças da cidade, a abertura de estabelecimentos comerciais e de lazer, os passeios noturnos como hábitos que constituem uma invenção da modernidade.

Com o advento de uma vida noturna, a cidade tornou-se um espaço atrativo, que marcado pelos signos do moderno, foi sendo traçado, significado, melhorado. Segundo Bresciani (2001, p.349) a palavra melhoramento “ está ligada a ideias sanitaristas, higienistas e de progresso. Está ligada a serviços públicos – instalações de trilhos urbanos, construção de edifícios públicos”.

Essa palavra melhoramento também foi muito empregada nos discursos políticos sobre São João do Rio do Peixe, pois, assim, como a alfabetização, a luz elétrica também foi considerado um problema das cidades civilizadas e com isso, no ano de 1956 o vereador Francisco Pereira da Silva que fez parte da comissão de agricultura, indústria, comércio, viação e obras públicas, encaminhou um requerimento nº 5/55 solicitando apelo do Sr. Prefeito José Alexandre Filho, no sentido que fossem levantados as redes de iluminação pública nos lugares onde passasse por sobre a estradas de rodagem ou vias públicas, lugar onde passavam caminhões carregados de algodão<sup>109</sup>. Também foi pensado sua ampliação aos bairros, assim como Bairro da Ponte que era um dos bairros centrais da cidade<sup>110</sup>.

Se as fotografias portam um tema: publicização das obras urbanas e a legitimação das ações dos legisladores, as Atas Municipais e o Código de Posturas, também discursam em torno

<sup>108</sup> Livro de Registros de Leis, Resoluções e Decretos Legislativos. Lei nº 189, de 2 de julho de 1960 - Art. 2º. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro-PB (fl.153fv, 1960)

<sup>109</sup> Livro de Leis e Resoluções e Decretos Legislativos (1951/1963). Lei nº22, de 20 de junho de 1951 – Cria o serviço municipal de estradas e rodagem (S.M.E.R). Esse serviço era responsável por executar e fiscalizar todos os serviços técnico administrativos concernentes aos melhoramentos das estradas, pontes compreendidas no Plano Rodoviário do Município de Antenor Navarro. Devendo assim, exercer a polícia do trafego nas estradas municipais. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro (f25v, 1951).

<sup>110</sup> Quinto Livro de Atas (1955-1959). Seção ordinária da 2ª reunião anual de 1955. Requerimento nº 28/56 discutido e aprovado na câmara. Ata da 11ª Seção Extraordinária da 2ª Reunião anual de 1956. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro - (fl.7v, 1955), (fl7v, 1956).

do mesmo tema. Havia um investimento econômico para melhorar o espaço urbano. O prefeito recebia uma determinada quantia do Governo do Estado e dos impostos, e esse valor era dividido entre os gastos públicos, como iluminação, limpeza de cemitérios, matadouros, mercado público, construção e melhoramentos de prédios e cacimbas, conservação de estradas, instrução pública e com a saúde. Não sei se de fato esse dinheiro que era repassado ao prefeito, era em sua totalidade aplicado com gastos públicos para a cidade e o habitante.

Vale salientar que em relação a luz elétrica, no ano de 1948, o decreto nº 11 de 30 de setembro, diz que a Câmara Municipal de São João do Rio do Peixe, recebeu crédito suplementar de 42.000,00 cruzeiros e 500,00 cruzeiros, que foram investidos na iluminação pública, onde houve a ampliação da rede<sup>111</sup>.

Por entre os papéis que trataram da inserção da luz elétrica em São João do Rio do Peixe, também houve prerrogativas para a iluminação particular. O fornecimento particular da energia elétrica, deveria primeiramente ser solicitado a prefeitura. Todas as vezes que o proprietário quisesse colocar ou retirar as lâmpadas, deveria comunicar ao prefeito, pois era a prefeitura que tomava as providências necessárias. Em todas as casas haviam um contador, onde o fiscal da prefeitura pregava um selo com rubrica do prefeito<sup>112</sup>. O consumo particular de energia, era para fins industriais, ou destinados ao funcionamento da rádio, amplificadores, geladeiras, máquinas de costuras e similares<sup>113</sup>.

A energia funcionava ainda de forma rústica, visto que, as lâmpadas eram assentadas em postes com estrutura de madeira. Esses postes eram localizados ao longo das ruas e nos frontões das casas. A quantidade de lâmpadas na cidade era decidido pela prefeitura. Então, ao adquirir os postes e lâmpadas, era proibido danificar ou destruir os fios, pois seria aplicado uma multa de 50,000 cruzeiros a 100,00 conforme a infração, além das indenizações dos danos resultantes<sup>114</sup>.

Vale salientar que, ao tempo que os escritos dão detalhes de como eram os postes e sua localização, as fotografias, a exemplo da imagem 13, da Avenida Tabelião José Candido Dantas Siqueira, apresentou em 1970, postes de concreto, já que as outras imagens comportaram postes

---

<sup>111</sup> Primeiro Livro de Atas (1947-1950) Ata da vigésima oitava seção - Decreto nº 11 de 30 de setembro de 1948, f27. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro-PB (fl27f, 1948). Ver tabela VIII em anexo - Tabela Ordinária de Tributos.

<sup>112</sup> Livro de Registros de Leis, Resoluções e Decretos Legislativos - Capítulo III - Da energia elétrica para outros fins. Art. 92. Seção II - Da iluminação particular. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro-PB. (fl. 14f, 1951).

<sup>113</sup> Livro de Registros de Leis, Resoluções e Decretos Legislativos. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro-PB. (fl.4, 1951)

<sup>114</sup> Livro de Registros de Leis, Resoluções e Decretos Legislativos - Da iluminação pública – Seção I. Art.89 Art. 90 Art. 91. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro-PB (fl13f, 1951).

que aparentemente parece ser em madeira. Segundo Andrade (2014, p.60) “ o uso do ferro e cimento ajudava a construir uma fisionomia da cidade consubstanciada com a ideia de ‘progresso’”, mas o que é possível perceber é que esse tão sonhado progresso dividiu espaço com o rústico, a exemplo, os postes em madeira espalhados pela cidade.

Assim, é possível perceber que era um progresso pensado para poucos-, melhoramentos que não destinava- se a todo e qualquer cidadão, já que as ruas que não eram centrais e que em sua maioria eram os lugares em que localizavam-se os pobres e as prostitutas, não havia luz elétrica. A cidade era de todos, mas sob regras de alguns e por isso, essas demandas sociais que aliados a técnica, possibilitou com que as mudanças citadinas fossem imiscuídas por um grande valor simbólico que atrelado as políticas públicas, evidenciou-se nos escritos do memorialista, em atas e código de posturas, representações do que seria o moderno pra a época, que ao botar abaixo o seu passado, o futuro seria visto como progresso.

#### “Fluxos do progresso”: o abastecimento d’ água na cidade

Segundo Galvão (2015, p.67) o serviço de abastecimento d’água na cidade, aconteceu por meio de:

A iniciativa partiu do prefeito José Alexandre Filho, em 1952, reivindicou junto ao governador José Américo de Almeida a construção de um serviço de abastecimento d’ água em sua terra natal. O pleito foi honrosamente atendido, e as obras iniciadas em março de 1953, e concluídas em 24 de setembro do mesmo ano.

Para o autor (2015, p.67), “São João do Rio do Peixe foi uma das primeiras cidades, no sertão paraibano, com o serviço de abastecimento de água tratada”. A emergência de um ideal de grandeza, incidiu também em melhoramentos das vilas congregadas ao território são-joanense, pois os políticos colocaram como pauta a construção de um mercado público e abastecimento de água para vila de Uiraúna<sup>115</sup>.

De acordo com Bresciani (2001, p.349), o abastecimento de água, assim como a construção de redes de esgoto, eram melhoramentos urbanos que interessavam a salubridade pública. Em 1951 a prefeitura já havia destinado os lugares para lavagem de roupas e

---

<sup>115</sup> Livro de Leis e Resoluções e Decretos Legislativos 1951/1963). Lei nº 321 de 8 de janeiro de 1949 (Leio orgânica Municipal) Artigo. Lei nº 35, de 31 de dezembro de 1951. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira - Antenor Navarro. (fl. 37v, 1951).

abastecimento de água em animais, tomando assim, todas as providencias para que os reservatórios públicos fossem mantidos de forma a atender cabalmente seus fins. Alguns reservatórios eram protegidos por cercas, sendo proibido sob pena de multa de 50,00 a 100,00 cruzeiros pescar em açudes e poços públicos de água potável, derrubar árvores nas proximidades dos açudes, lagoas ou nascentes dos riachos. Tanto os reservatórios públicos quanto privados deveriam seguir as medidas de higiene prescritas pela prefeitura<sup>116</sup>

Em seu livro, Galvão (2015) apresentou dois aspectos do processo de construção do primeiro reservatório de abastecimento de água no ano de 1953. Embora o Livro de Leis e Resoluções, tenha indicado por meio de seus escritos que em 1951, que também já existia na cidade depósitos de água potável. É possível perceber nas fotos selecionadas por Galvão (2015), que houve um acompanhamento do processo de construção do reservatório de água.

**Imagem 19:** construção do primeiro reservatório d'água (1953)



**Fonte:** Galvão (2015, p.67)



A imagem 19 apresenta o processo de construção e finalização do reservatório de água, que ficava localizado na saída para a cidade de Cajazeiras. Segundo Galvão (2015, p.67), na foto da esquerda, temos em terceiro plano vestido com sua batina, o padre Vicente de Freitas e

<sup>116</sup> Livro de Registros de Leis, Resoluções e Decretos Legislativos - Título X – Das águas – Capítulo I – Disposições preliminares, Art. 119. Capítulo II - Dos reservatórios de água – seção I -Dos reservatórios públicos Art. 20. Arquivo da Câmara Municipal Casa Raimundo Gomes Pereira – Antenor Navarro-PB (fl.16fv, 1951)

ao seu lado, o prefeito José Alexandre Filho. Em primeiro plano, Conceição de Freitas e seus filhos. Logo, essa fotografia, representou um registro do acompanhamento da obra, em que deu visibilidade ao cenário, as pessoas representadas na imagem. Essa imagem deu visibilidade a política do prefeito José Alexandre Filho, um dos interventores do tão sonhado progresso.

Essa imagem da esquerda apresenta as mesmas pessoas da imagem da direita, com ressalva para o Dr. Antônio de Freitas em terno branco<sup>117</sup>. De acordo com Galvão (2015, p.67) essa fotografia mostra a visita da obra. Acredito que além do que coloca o autor, a iconografia se refere ao um momento em que “o fluxo do progresso” estava chegando a cidade, portanto interesses políticos e também privados como é possível visualizar na imagem.

O que é perceptível na imagem selecionada pelo autor, é a presença da igreja, política e do saber médico, pois Antônio Freitas era formado em odontologia. São essas as pessoas que representavam a cidade, onde em suma maioria foram contempladas com a água potável. Eram para essas pessoas que o urbano estava sendo pensada e planejada para seus usos cotidianos, para o “bem viver e bem morrer”. Era esses cidadãos que cabia ser modernos.

É possível perceber através da imagem, uma clara publicização do “fluxo do progresso”, pois sendo a fotografia um excelente instrumento para inventariar, mostrar, evidenciar, também possuiu um uso político e ideológico, funcionando como ferramenta de propaganda (KOSSOY, 2014, p.154). Esse espaço de construção de novos sentidos, tomaram outras dimensões além desse lugar representados nas imagens 19. Entre os anos de 1953 a 1981, houve construção de açudes, barragem. De acordo com Galvão (2015, p.67) também foram construídos “cacimbões, caixa d’água distribuidora, o assentamento dos tubos condutores e a rede de máquina”.

Galvão (2015, p.67) legitimou as obras de urbanização do prefeito José Alexandre Filho, qualificando-o, como operoso, tendo em 1954, realizado as obras de abastecimento do precioso líquido, pois:

Nesta época só tinham direito as ligações de água aqueles que tinham condições de pagar, os demais valiam para os vendedores carroceiros, oferecia em carroças puxadas a boi, com um grande tonel de madeira construído para a condução de um expressivo volume de água e que era vendido aos moradores, por lata. Os carregadores ainda tinham que conduzir a água até a parte interna da residência do comprador, o qual enchia os potes de barro, latas e caixas de alvenaria.

---

<sup>117</sup> Provavelmente pelo sobrenome Freitas, Vicente Freitas – padre, Antônio Freitas – odontólogo e Conceição Freitas, possivelmente esposa do prefeito, deveriam ser de um mesmo tronco familiar.



Como foi possível perceber, os usos desse “líquido precioso” eram plurais. O processo de abastecimento d’água na cidade possibilitou surgir um comércio em torno das águas, já que além de ser preciso pagar pela água potável, havia na cidade fornecedores com seus cacimbões privados para uso comercial.

Visto isso, Galvão (2015), forja a imagem do prefeito como um dos “salvadores da nação”, pois ao construir obras de abastecimento de água, foi possível para os mais pobres o uso não limitado do “líquido precioso”. Vale salientar que, com o intuito de ampliar o abastecimento d’água, onde mais pessoas pudessem fazer uso da água, o prefeito Manuel Fernandes Dantas também se mostrou um dos “protetores do povo”, onde conseguiu junto ao governo do Estado, verbas para construir chafarizes em alguns pontos específicos da cidade: por trás do Grupo Escolar Franssinete Bernardo e do prédio dos Correios e Telégrafo, como na rua Edite Ferreira. (GALVÃO, 2015, p.67).

**Imagem 20:** Chafariz Público (1957)



**Fonte:** Galvão (2015, p.68)

As obras públicas tomadas como ponto primordial nesse processo de construção de uma cidade moderna, notadamente, podem ser compreendidas a partir das inúmeras fotos aqui problematizadas como elemento de propaganda e interesses políticos. Essa fotografia foi tirada

durante o dia, onde também não se sabe quem fez esse registro. Começando da esquerda, segundo Galvão (2015, p.69) o prefeito Manuel Fernandes Dantas aparece na imagem, onde acredito ser o homem vestido em terno preto, já que o autor não dá detalhes sobre tal figura política.

Esses usos sociais da imagem, apresentam claramente um “líquido precioso” que representou o progresso, onde a cidade passou por transformações não apenas no campo material, mas também transformações econômicas e sociais. Essas medidas políticas proporcionaram melhorias de vida para alguns habitantes, pois ao analisar a modernização do Recife nos anos vinte Rezende (1997, p.46) apresentou como essa modernidade chegava trazendo mudanças, principalmente no sentido de sanear a cidade, fosse a partir de fornecimento de água potável, drenagem de pântanos e ou revestimentos de estradas.

A construção simbólica da cidade moderna e civilizada por meio de representações fotográficas, possibilitou perceber os empreendimentos que pulsionaram a construir uma imagem de cidade e cidadãos, que buscaram romper com o passado, para cristalizar a percepção do novo tempo que surgia em São João do Rio do Peixe. A água foi mais um dos elementos que compôs as demandas públicas e que possibilitou dar visibilidade aos interventores e suas obras de melhoramentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano como causador de problemas, foi alvo de legisladores, médicos, farmacêuticos, dentistas que criaram códigos de posturas e leis para coibir a proliferação de doenças, como disciplinar a cidade e o habitante. O desenvolvimento econômico, político e social de São João do Rio do Peixe, explicitou o processo de urbanização, onde os serviços de melhoramentos urbanos, com seus mecanismos disciplinadores, implicaram na existência de uma modernidade que surgiu na cidade, principalmente durante o século XX.

Uma cidade que estava sendo construída para ser “grande”, redimensionada materialmente por políticos e profissionais da saúde pública, emergiu um cenário de “modernização plural”, onde vários interesses estavam em jogo. A gestão das obras públicas, estava transformando uma cidade de papel em uma cidade de concreto armado, onde essas mudanças que eram sancionadas através de um conjunto de leis, decretos e resoluções urbanísticas, definiram o estilo de moradia, ruas, tendo mais ênfase quando aplicadas aos pobres, prostitutas e os mortos. Também definiram como o habitante deveria usar a cidade e como cuidar dos moribundos e dos mortos.

A política municipal de investimentos urbanos desenvolvida em São João do Rio do Peixe no período aqui analisado, beneficiou claramente alguns habitantes da cidade -, novos arruamentos em avenidas centrais, obras de esgoto, calçamento e arborização. A lei era aplicada de forma diferenciada na cidade, pois a mesma lei aplicada a um bairro central, não era a mesma aplicada em lugares que não eram centrais na cidade, havendo assim uma hierarquização de espaços. Era uma expansão horizontal limitada.

Essas leis municipais, funcionaram como mecanismos de controle e pedagogização, definindo os limites do limpo e do sujo, hierarquizando lugares, segregando outros, rotulando habitantes, exaltando outros. Viver na cidade pressupôs em uma diversidade. Assim, foi um processo heterogêneo, onde as medidas tomadas em prol dos melhoramentos urbanos, promoveram uma construção simbólica de uma imagem moderna e civilizada da cidade, em que por meio de leis e fotografias, esses empreendimentos de cunho modernizador, impulsionaram a construção de uma São João do Rio do Peixe assentada nas ideias de progresso e grandeza.

O século XX, marcou a cidade de São João do Rio do Peixe, por um processo de mudanças, onde a técnica interviu no espaço e interferiu no tipo de habitante que a cidade pressupunha naquele momento. Uma nova relação, novas sensibilidades passaram a ser tecidas

na urbe. A cidade sofreu um processo de assepsia, onde buscou-se construir espaços e corpos medicalizados. Buscou-se construir o novo homem: “o homem higiênico”.

Era uma nova proposta de viver em cidade que coexistiu com uma série de transgressões, como os animais desfilando nas ruas, casas de taipa, lixo, cemitérios, mercado e matadouro mau cuidados e cabarés, ou seja, “zonas de ilegalidade”, que considerou-se também, por hábitos atrasados mediante as ideias do moderno que circulou naquele momento no espaço citadino. Entretanto, essas irregularidades não se referem somente ao que foi citado nesse parágrafo, elas eram múltiplas, pois analisando as formas e os usos do espaço, entendo que havia uma distância entre o que era planejado: a lei e o que de fato era executado por parte dos habitantes<sup>118</sup>.

Havia uma projeção de uma cidade que se queria moderna e, o seu futuro estava nas mãos de seus interventores - dos legisladores que estabeleceram a política do “bem servir”, “bem construir” e “bem realizar”. Assentados na tríade “ordem, segurança e progresso”, o processo de transição para os tempos modernos, pretendeu superar todo e qualquer tipo de atraso atrelados a imagem da cidade.

O progresso que chegou a cidade a partir de agudas transformações registradas em atas e código de posturas, também foram registrados a partir de fotografias, onde a ampliação dos aspectos materiais, como melhoramentos de ruas, edificação de cinema, coreto, energia elétrica, água potável, reformas urbanas, construção de cemitérios e galerias de esgoto, foram usadas pelo memorialista para dar visibilidade a diferentes forças envolvidas nesse processo - ações de políticos e profissionais da saúde e ações privadas - a elite são-joanense, para quem a modernidade era pensada, para quem a nova morte interessava.

Assim, ainda no século XXI, a memória do urbano foi construída e cristalizada a partir de imagens que contaram a história da cidade a partir de uma narrativa linear e celebrativa. O livro de Galvão (2015), serviu para compor um panorama da formação de São João do Rio do Peixe, onde a fotografia com a finalidade de documentar o desenvolvimento das reformas, nesse processo de estruturação da cidade, também possibilitou ao autor cristalizar nomes considerados por ele, como importantes para a história de São João do Rio do Peixe.

O memorialista selecionou uma cidade de papel, onde ele foi dando formas a partir de uma história tendenciosa, saudosista, positivista, onde os “heróis do povo”, foram os

---

<sup>118</sup> Raquel Rolnik (1997, p. 145), usa o termo “zona de ilegalidade” para pensar os assentamentos em São Paulo. Acredito que em São João do Rio do Peixe, as zonas de ilegalidade eram os espaços que fugiam a regra das novas exigências urbanas, como as citadas no parágrafo.

responsáveis pelo progresso da cidade. Ele encontrou na fotografia, uma forma de dizer São João do Rio do Peixe e de contar sua própria história.

Não apenas as fotografias forjaram o que era São João do Rio do Peixe, mas os debates suscitados na Câmara Municipal, que ao pensar a legalidade urbana e investir na medicalização da urbe e dos habitantes, também possibilitou para a cidade a padronização da morte e do morto, onde a criação de cemitérios, hospitais e a presença de médicos, romperam com o que as pessoas estavam acostumadas – enterro no interior das igrejas, enterro em rede e assistência fúnebre religiosa aos defuntos e moribundos.

A modernização das cidades e seus discursos médicos higienistas, que também atendiam a uma demanda capitalistas, produziu uma outra forma de pensar o “bem morrer”, onde a morte acontecia de maneira solitária, em paz com o hospital.

É uma estrutura de sociedade que foi alterando-se, onde a criação de novas intuições (hospital, cemitério, funerárias) passaram a assumir o controle da morte, novos elementos como o aparecimento do caixão, que rompeu com o enterro em rede e ataúdes que transportavam o corpo sem tampa, transformaram o morto em uma ameaça urbana. Assim, vale salientar que mesmo diante desse processo de assepsia da morte, o tradicional ainda continuou e continua resistindo. Os rituais domésticos da morte ainda vivem nas comunidades principalmente rurais da cidade de São João do Rio do Peixe.

A cidade é plural, produto de muitos construtores que estão e estavam sempre a modificar sua estrutura. São João do Rio do Peixe, não pode ser pensada somente a partir de escolhas fotográficas feitas por Galvão (2015), ou por Atas e Código de Postura que buscaram esquadrihar o urbano a partir de políticos que legislavam em benefício próprio. Os elementos móveis da cidade -, as pessoas, os usos que elas faziam do urbano, são tão importantes quanto as obras de melhoramentos. São os usos que vão definir o que era ser moderno em São João do Rio do Peixe.

O urbano não é por si só um cenário da modernização como bem disse Cerasoli (2004, p.338). São questões bem mais amplas que devem ser pensadas, questionadas para além de um cenário envolvido pela técnica. A cidade também deve ser percebida por seus habitantes e, principalmente pelos mortos, pois a partir destes que as primeiras obras de urbanização começaram a ser pensadas para construir uma cidade de concreto armado.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

Livro: São João do Rio do Peixe: Retratos de uma História

Livros de Atas Municipais (1947-1960)

Livro de Registros de Leis, Resoluções e Decretos Legislativos (1951-1963) – (Código de Posturas)

### Livros

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **São João na Colônia e no Império: Fazenda, Povoado e Vila, 1691- 1889.** Teresina-PI: Gráfica e Editora Halley S.A., 2015.

AGRA, Giscard Farias. **Modernidade aos goles: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande.** Campina Grande: EDUFCEG, 2010.

ARIÉS, Philippe. **História da morte no ocidente.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

\_\_\_\_\_. **O homem diante da morte.** - Volume II. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

BARROS, D'Assunção José. **Cidade e História.** Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CARTAXO, Rosilda. **Estrada das Boiadas: Roteiro para São João do Rio do Peixe.** João Pessoa: Nopigral, 1975

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.

CERASOLI, Josianne Francia. **Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX.** Campinas, SP. 2004.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GALVÃO, Rogério Cândido Ramalho. **São João do Rio do Peixe: retratos de uma história.** São João do Rio do Peixe-PB: Gráfica Santa Marta, 2015.

\_\_\_\_\_. **São João do Rio do Peixe: datas e notas.** São João do Rio do Peixe: Gráfica e Editora Halley S.A., 2011.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão – São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_ **O Queijo e Os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_ **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_ **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976), (trad. de Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia**: o efêmero e perpétuo. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014.

LE CORBUSIER. **Planejamento urbano**. Editora Perspectiva S.A. São Paulo, 1971.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. **O amor em tempos do cólera**. Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A: Rio de Janeiro-RJ. 1985

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade**: vida e trabalho – 1880-1920. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des) encantos Modernos**: História da Cidade do Recife na Década de Vinte. Recife. FUNDARPE/CEPE. 1997.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos nas cidades dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_ **A cidade e lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

REIS, J.J. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da Cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, IFHC, 2001.

SIAL, Vanessa de Castro. **Das igrejas ao cemitério**: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX. Recife: Fundação de Cultura e Cidade do Recife, 2007.

### Capítulo de livros

ARIÉS, Philippe. Quando se sente a morte chegar- Mors repentina. In: **O homem diante da morte**: tradução de Luiza Ribeiro \_ Rio de Janeiro: F. Alves. 1989.

BRESCIANI, Stella. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: BRESCIANI, MARIA Stella (Org.). **Palavras da cidade** Porto Alegre: Ed: Universidade/ UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. Pensar por associações. In: JACQUES, Paola Berentein; PEREIRA, Margareth da Silva (Org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I – modos de pensar**. Salvador: EDUFBA, 2018.

BORGES, Maria Elizia. Cemitérios secularizados no Brasil: um olhar histórico e artístico. In: RODRIGUES Cláudia; LOPES Fábio Henrique (Org.). **Sentidos da morte e do morrer na Ibero – América**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

CERASOLI, Josiane Francia. Pensar por pluralidades. In: JACQUES, Paola Berentein; PEREIRA, Margareth da Silva (Org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I – modos de pensar**. Salvador: EDUFBA, 2018.

CROIX, Alain. Marx, a alugadora de cadeiras e a pequena bicicleta. In: Rioux, Jean – Pierre; SIRINELLI, Jean – François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

FOUCAULT, Michel. Os recursos para o bom adestramento. In: **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade. In: BRESCIANI, MARIA Stella (Org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed: Universidade/ UFRGS, 2001.

LENHARO, Alcir. A militarização do corpo. In: **Sacralização da política**. Campinas- 2ª. Ed. SP: Papyrus, 1986.



LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSK, Carla Bassanezi; DE LUCA Tania Regina (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade nos limites das metrópoles brasileiras”. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil, vol. 3**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Era uma vez um beco: origens de um mau lugar. In: BRESCIANI, MARIA Stella (Org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

RODRIGUES, J.C. Higiene, Ciência e Medicalização: morte ‘natural’. In: **Tabu da morte**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006

Rodrigues, Cláudia. A secularização da morte no Rio de Janeiro oitocentista. In: RODRIGUES, Cláudia; LOPES, Fábio Henrique (Org.). **Sentidos da morte e do morrer na Ibero – América**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. Uma maldita massa de concreto: as metáforas do câncer e as ressonâncias de um corpo deformado. In: **Escritas do sensível: experiência, história cultural e práticas educativas**. João Pessoa: Ideia, 2018.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. A cidade e as memórias revisitadas: ou de como as memórias (re) inventam as cidades. In: **Historiografia e (m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico**. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPHU-PB, 2010.

TEMPORÃO, José Gomes. A propaganda popular de remédios: discurso, corpo e imagem. In: **A propaganda de medicamento e o mito da saúde**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

## Tese

ANDRADE, Juciene Batista Felix. **Mitologias do progresso na construção de uma grande Campina (1920-1940)**. 207 f. Tese (Doutorado em História) – Recife, 2014.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas políticas-econômicas e práticas culturais (1880-1925)**. 468 f. Tese (Doutorado em História) – Campinas, SP, 2001.

SANTOS, Alcineia Rodrigues. Espaços imaginados, lugares concretos – cemitérios seridoenses: novas práticas de perpetuação da memória do morto. In: **O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX**. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Goiânia- Go, 2011.

### **Dissertação**

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. A ribeiro e seus caminhos. In: **Senhores e escravos do sertão: Espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-188**. 2011.209 Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. Campina Grande.

RIBEIRO, Ana Claudia Anibal. **A morte pede passagem: ressuscitando lembranças dos ritos fúnebres em Russas- CE (1930-1962)** 155f Dissertação (Mestrado em História) Fortaleza – Ceará, 2013.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)**. 204f Dissertação (Mestrado em História) João Pessoa- PB, 2011.

### **Monografia**

SILVA, Rosimeire Pereira da. **Morte e Seca: A cidade e São João do Rio do Peixe (PB) durante a estiagem de 1877/79**.2012. 47f. Monografia (História), Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 201.

SOUSA, Maiza Ribeiro de. **Um último adeus: práticas fúnebres e a busca da boa morte nos séculos XIX e XX – São João do Rio de Peixe-PB- 2017**, 255f. Monografia (Historia) Universidade Federal de Campina Grande – Cajazeiras.

SOUSA, Rivaldo Amador de. **Vertigens do progresso: o trem e outros signos do moderno em São João do Rio do Peixe (1918-1964)**, 2005.132f. Monografia (História) Universidade Federal de Campina Grande – Cajazeiras.

### **Artigos**

AGRA, Giscard Farias. **A urbs doente e medicada: a higiene construindo Campina Grande**, 1877 a 1935. XXIV Simpósio Nacional de História- 2007. Disponível em <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Giscard%20Farias%20Agra.pdf>> Acesso em 12/12/2018

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Violar memórias e gestar a história: abordagens a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um “parto difícil”**. Revista Clio – Série História do Nordeste, nº 15, 1994. Disponível em <<file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/24901-49597-1-PB.pdf>>. Acesso em: 15/12/2018.

ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira **Representações do adoecer: doenças e epidemias na historiografia brasileira**. Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009, p.2-10. Disponível em: <[http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/juciêdo\\_ferreira\\_alexandre.pdf](http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/juciêdo_ferreira_alexandre.pdf)> Acesso em 23-11-2018.

ARAÚJO, Viviane. **O papel da fotografia na construção simbólica das reformas urbanas. Rio de Janeiro, 1904-1906**. URBANA, V.6, nº 9, ago-dez, 2014 - Dossiê: Dimensões Simbólicas das Intervenções Urbanas - CIEC/UNICAMP. Disponível em: <<file:///D:/Pessoal/Downloads/8642616-Texto%20do%20artigo-14352-1-10-20160104.pdf>> Acesso em 22-05-2019

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Intervenções urbanas e as aspirações de modernização – Campanha/MG (1890-1830)**. XVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis –SC, 2015. Disponível em: <[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439840177\\_ARQUIVO\\_Intervencoesurbanaseaspiracoesdemodernizacao.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439840177_ARQUIVO_Intervencoesurbanaseaspiracoesdemodernizacao.pdf)>. Acesso em 25/12/2018

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação, nº19, p.15,34. Jan/Fev/Mar/Abr, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 15/12/2018.

BRESCIANI, Maria Stella. **As sete portas da cidade**. Espaço & Debates. Dossiê Cidade e História. São Paulo: NERU, ano XI, n. 34, 1991, p. 10-15.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem: fotografia e história interfaces**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, p. 73-98. Disponível em <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf)> Acesso em: 22-04-2019.

OLIVEIRA, Elene da Costa. **A arte de bem morrer: a cultura funerária no Piauí do Século XIX.** Maranhão, 2011. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/oliveira2.pdf>> Acesso em 20-05-2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito além do espaço: por uma história cultural o urbano.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro vol.8, nº 16, 1995. p. 279-290. Disponível em: <[file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/2008-3487-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/2008-3487-1-PB%20(1).pdf)> Acesso em: 20/12/2018.

\_\_\_\_\_ **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias.** Revista de História, vol.27, núm.53, janeiro-junho, 2007, pp.11-23. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882007000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002)> Acesso em 25/07/2019

RODRIGUES, José Carlos. **Publicidade, silêncio, personalização, espetáculo: representações da morte no Ocidente.** Alceu – v 13- n26- p. 5 a 26. 2013. Disponível em :<<https://scholar.google.com.br/citations?user=TCpHkE8AAAAJ&hl=fr&oi=sra>> Acesso em 24/08/2019

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **Sob o governo de hígia: os saberes médico-pedagógicos e a construção de um corpo hígido na Paraíba (1930- 1940).** Revista História da Educação (Online), 2019, v. 23: e76717. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-34592019000100400](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592019000100400)> Acesso em 09/12/2019

### *Site*

Disponível em : Nóbrega, Antônio Nogueira da. São João do Rio do Peixe e seus aspectos. In: **Um olhar sobre São João do Rio do Peixe.** 2012. Disponível em <<http://umolharsobresaojoao.blogspot.com/2012/03/sao-joao-do-rio-do-peixe-e-seus.html>>. Acesso em 12/01/2019.

Disponível em <<http://museunacional.ufrj.br/hortobotanico/arvoresearbustos/ficusbenjamina.html>> Acesso em 12/01/2019.

Disponível em : <<https://construindohistoriahoje.blogspot.com/2013/03/janus-deus-romano-do-passado-e-do-futuro.html>> Acesso em 12/01/2019>

Disponível em : <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=436419&view=detalhes>> Acesso em 12/01/2019>

Disponível em <[https://www.ecclesia.com.br/biblioteca/miscellaneous/cruz\\_suas\\_formas\\_e\\_seus\\_significados.html](https://www.ecclesia.com.br/biblioteca/miscellaneous/cruz_suas_formas_e_seus_significados.html)> Acesso em 12/01/2019>

Disponível em : <<http://saude.gov.br/saude-de-a-z/difteria>> Acesso em 12/01/2019.